

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

CARLOS JOSÉ SUÁREZ GARCÍA

O ESTADO E O ABJETO

Discursos, dispositivos e políticas públicas
para remoção de moradores de rua em Bogotá (Colômbia).

Niterói, RJ

2012

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

CARLOS JOSÉ SUÁREZ GARCÍA

O ESTADO E O ABJETO

Discursos, dispositivos e políticas públicas
para remoção de moradores de rua em Bogotá (Colômbia).

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Antropologia da
Universidade Federal Fluminense,
como requisito parcial para obtenção do
Grau de Mestre.

Orientador:

Prof. Dr. Jair de Sousa Ramos

Linha de pesquisa do orientador:

Antropología do Poder

Niterói, RJ

2012

CARLOS JOSÉ SUÁREZ GARCÍA

O ESTADO E O ABJETO

Discursos, dispositivos e políticas públicas
para remoção de moradores de rua em Bogotá (Colômbia).

BANCA EXAMINADORA

Orientador - Prof. Dr. JAIR DE SOUZA RAMOS

Programa de Pós-Graduação em Antropologia – Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. MARCOS OTAVIO BECERRA

Programa de Pós-Graduação em Antropologia – Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. ANTONIO CARLOS DE SOUZA LIMA

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (Museu Nacional) –
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Niterói, 2012

A Patricia Leonor, com tudo o meu carinho

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos a Rose Mary Granja pela elaboração e redação desta dissertação para. A Mary Lily Congolino, colega colombiana no programa. A meu orientador, o professor Jair de Souza Ramos. Agradeço aos senhores professores da Banca Examinadora, Marcos Otavio Becerra e Antônio Carlos Lima. Aos meus professores nestes anos no Brasil, especialmente Júlio Tavares e José Sávio Leopoldi do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense e Andréa Casanova Maia do Programa de Pós-Graduação em Historia Social da Universidade Federal de Rio de Janeiro. Igualmente, ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense.

Agradeço aos meus colegas e amigos na Colômbia que me ajudaram a dar forma às minhas idéias. Aos meus amigos Andrés Góngora e a María Cristina Alzate. Aos meus professores da Universidad Nacional de Colombia, especialmente a professora Myriam Jimeno Santoyo do Centro de Estudios Sociales e aos doutores Miguel Barrios Acosta e Núbia Farias da Faculdade de Medicina. Ao professor Thierry Lülle da Universidad Externado de Colombia. Finalmente, agradeço à equipe da Fundação Procrear: Susana Fergusson, Juan Carlos Celis e John Jairo Pinzón.

El observador social debe entrar en esas sombras, las cuales forman parte de su laboratorio. La filosofía es el microscopio del pensamiento. Todo quiere huir de ella, pero nada se le escapa. Inútil es toda tergiversación. ¿Cuál es el lado de sí mismo que se muestra tergiversado? El lado de la vergüenza. La filosofía persigue, con su mirada bondadosa, el mal, y no le permite evadirse en la nada. En el obscurecimiento de las cosas que desaparecen, en el apocamiento de las cosas que se desvanecen, lo reconoce ella todo; y reconstruye la púrpura con arreglo al andrajo y la mujer conforme los trapos. Con la cloaca, rehace la ciudad; con el cieno, rehace las costumbres. Del simple tiesto, concluye en el ánfora o en el cántaro. Por una marca o raya hecha con la uña en un pergamino, reconoce ella la diferencia que separa a los judíos de la “Jüdingasse” de los judíos del “Ghetto”; y en lo que queda encuentra lo que hubo: el bien, el mal, la verdad, la falsedad, la mancha de sangre del palacio, el borrón de tinta de la caverna, la gota de sebo del lupanar, las pruebas sufridas, las tentaciones bien inspiradas, las vomitadas orgías, el pliegue que han hecho los caracteres que se rebajan y se doblagan, las trazas de la prostitución en las almas cuya grosera naturaleza las hacía capaces de ella, y la señal del codazo de Mesalina en la chaqueta de los mozos de cuerda de Roma.

*Víctor Hugo, **Los Miserables**,
Parte V, libro II, capítulo II, La historia antigua de las alcantarillas*

*Os que falam, que fazem a história do Estado, de desenvolvimento do Estado, das pretensões do Estado, porventura não são precisamente os que desenvolvem uma entidade através da história e que fazem a ontologia dessa coisa que seria o Estado?
E se o Estado não fosse mais que uma maneira de governar?
Se o Estado não fosse mais que um tipo de governamentalidade?
E se, de fato, todas essas relações de poder que vemos se formarem pouco a pouco a partir de processos múltiplos e bem diferentes uns dos outros, e que pouco a pouco se coagulam e fazem efeito, se essas práticas de governo fossem precisamente aquilo do que se constitui o Estado?
... o Estado não é mais que uma peripécia do governo, e não o governo que é um instrumento do Estado.*

*Michel Foucault, **Segurança, Território e população**,
Aula de 8 de março de 1978.*

O ESTADO E O ABJETO
Discursos, dispositivos e políticas públicas
para remoção de moradores de rua em Bogotá (Colômbia).

RESUMO

A partir do processo de renovação urbana do centro de Bogotá (Colômbia) e especialmente da destruição da *Calle del Cartucho* (que deu origem ao Parque Terceiro Milênio) se esclarecerão, desde uma perspectiva antropológica, as formas pelas quais se constroem os significados sociais que têm os moradores de rua dentro da administração pública. As zonas de renovação, incluídas dentro do *Plan Zonal Centro* de Bogotá, estão projetadas fundamentalmente para intervir nos bairros e setores da cidade considerados violentos e altamente perigosos, ligados geralmente à degradação moral, ao consumo de substâncias psico-ativas e especificamente ao morador de rua. Esta dissertação procura mostrar como a renovação urbana no centro de Bogotá faz parte de uma série de práticas que incluem a re-socialização e o deslocamento dos indivíduos considerados como abjetos. Neste caso, trata-se da destruição do hábitat destas pessoas, o que leva à remoção e re-localização em outros setores da cidade. Neste contexto, o estudo da construção do Parque Terceiro Milênio e do projeto Cidade Saúde oferecem um cenário privilegiado para analisar estes processos de renovação, que ao tempo que reconstróem a cidade implicam novas formas de definição da ação do Estado.

Palavras chave: Renovação urbana; moradores de rua; políticas públicas.

THE STATE AND THE ABJECT.
Discourses, dispositives and public policies
for street people removal in Bogotá (Colombia)

ABSTRACT

This dissertation takes a specific urban renewal case in the Bogotá's historic center (Colombia), particularly of the former *Calle del Cartucho* (that was substituted by the Third Millennium Park) in order to clarify, from an anthropological perspective, the construction form of social meanings for homeless people within the public administration. The renewal zones, included in the Bogotá's *Plan Zonal Centro*, are fundamentally projected to intervene the neighborhoods and urban sectors considered as violent and highly dangerous, generally connected with moral degradation and psychoactive drugs consumption, and specifically with the homeless people. This dissertation tries to show who the urban renewal in the Bogotá's center is part of a set of state practices that includes re-socialization and habitat destruction of this population, with their major consequence: the displacement to other sectors of the city. As a significant urban renewal enterprises the construction of the Third Millennium Park and the new project *Ciudad Salud* (Health City) offer privileged scenery to analyze this process that recreate the city and at the same time implies in new forms of the State action definition.

Keywords: Urban renewal; Street people; Public policies

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| INTRODUÇÃO. | 1 |
| CAPÍTULO 1. A construção do Estado, suas margens e o território | 12 |
| CAPÍTULO 2. <i>El Cartucho</i>: O projeto de destruição da zona da morte em Bogotá | 26 |
| CAPÍTULO 3. Metamorfose urbana: O Parque Tercer Milenio | 59 |
| CAPÍTULO 4. A renovação urbana como “solução”: O projeto de Cidade Saúde | 93 |
| REFLEXÕES E CONSIDERAÇÕES. A disciplina sobre a cidade | 130 |
| FONTES E REFERÊNCIAS | 140 |

INDICE DE FIGURAS

| | | |
|-------------------|--|-----|
| Figura 1 | Fotografia do Parque Terceiro Milênio (PTM) 2006. | 3 |
| Figura 2. | Taxa de homicídio Bogotá e Colômbia 1980-2000. | 32 |
| Figura 3. | Mapa da concentração de homicídios em Bogotá 1997-1999 | 35 |
| Figura 4. | Mapa da localização de El Cartucho segundo o estudo da Câmara de Comércio de Bogotá, 1997 | 37 |
| Figura 5. | Fotografia do interior da <i>Calle del Cartucho</i> , 1997 | 38 |
| Figura 6. | Gráfico de distribuição por idade moradores de rua em Bogotá, 1996 | 41 |
| Figura 7. | Gráfico da relação entre idade e consumo de drogas, 1996. | 44 |
| Figura 8. | Mapa síntese do imaginário do medo em Bogotá, 1998 | 45 |
| Figura 9. | Mapa da localização da área de renovação urbana do centro histórico de Bogotá segundo o Decreto 880 de 1998 | 49 |
| Figura 10. | Mapa da localização dos “cambuches” em Bogotá, janeiro-setembro, 2000 | 79 |
| Figura 11. | Gráfico da distribuição por idade moradores de rua em Bogotá, 2001 | 82 |
| Figura 12. | Gráfico da prevalência do uso de drogas entre os moradores de rua em Bogotá, 2001. | 83 |
| Figura 13. | Mapa das áreas de renovação urbana, localidade de Santa Fé e Los Mártires, 2004 | 88 |
| Figura 14. | Curvas das taxas de homicídios localidades de Santa Fé, Candelária, Los Mártires e total de Bogotá, 1997-2004. | 90 |
| Figura 15. | Gráfico da distribuição por idade moradores de rua em Bogotá, 2004 | 95 |
| Figura 16. | Gráfico da prevalência no consumo de drogas entre moradores de rua em Bogotá, 2004 | 98 |
| Figura 17. | Gráfico do número de moradores de rua Bogotá e El Cartucho, 1996, 2001 e 2004 | 99 |
| Figura 18. | Gráfico do número de pessoas em “cambuches”, 2006 | 101 |
| Figura 19. | Gráfico do número de moradores de rua em “parches”, 2001 - 2005 | 102 |
| Figura 20. | Fotografia da <i>Calle del Bronx</i> , 2008 | 104 |
| Figura 21. | Mapa da concentração do homicídio em Bogotá, 2005 | 105 |
| Figura 22. | Mapa da concentração do homicídio no centro histórico de Bogotá 2005 | 107 |
| Figura 23. | Mapa da localização dos empreendimentos residencial e | 112 |

| | | |
|-------------------|---|-----|
| | hospitalar de Cidade Saúde, 2005 | |
| Figura 24. | Mapa da localização do projeto piloto de renovação urbana segundo o CONPES 3471, 2007 | 115 |
| Figura 25. | Mapa da localização das UPZ La Sabana e Las Cruces, segundo o Decreto 492, 2007 | 117 |
| Figura 26. | Gráfico da distribuição por idade moradores de rua em Bogotá, 2007 | 121 |
| Figura 27. | Gráfico da prevalência no consumo de drogas entre os moradores de rua em Bogotá, 2007 | 123 |
| Figura 28. | Mapa da distribuição dos moradores de rua na cidade de Bogotá, 2007 | 124 |
| Figura 29. | Mapa da concentração do homicídio no centro histórico de Bogotá, 2006-2007 | 126 |

INDICE DE TABELAS

| | | |
|-----------------|--|----|
| Tabela 1 | Relação cronológica dos documentos relevantes dentro da pesquisa | 7 |
| Tabela 2 | Relação entre idade e tempo de moradia na rua, 1996 | 42 |

RELAÇÃO DAS SIGLAS

| | |
|---------|---|
| BID | Banco Interamericano de Desarrollo |
| CEDE | Centro de Estudios sobre Desarrollo Económico |
| DABS | Departamento Administrativo de Bienestar Social |
| DANE | Departamento Administrativo Nacional de Estadística |
| DNP | Departamento Nacional de Planeación |
| ERU | Empresa de Renovación Urbana |
| IDIPRON | Instituto Distrital para la Promoción de la Niñez y la Juventud |
| IDU | Instituto de Desarrollo Urbano |
| INMLCF | Instituto Nacional de Medicina Legal y Ciencias Forenses |
| POT | Plan de Ordenamiento Territorial |
| PTI | Programas Territoriales Integrales |
| PTM | Parque Tercer Milenio |
| PZC | Plan Zonal Centro |
| SDIS | Secretaría Distrital de Integración Social |
| SDS | Secretaría Distrital de Salud |
| SUIVD | Sistema Unificado de Información de Violencia y Delincuencia |
| UPZ | Unidad de Planeamiento Zonal |

INTRODUÇÃO

As emoções e sensações compartilhadas podem ter um poder transformador sobre a estrutura da cidade. As vezes aparece como banais os usos que se fazem destas emoções e sensações, que as vezes fazem parte das justificativas das ações reguladoras da sociedade. A ação do Estado constrói as diferenças a partir destas emoções, em um proceso de problematização contínua e de realização dialética, onde cada solução parece ser uma translação geopolítica, neste caso de reconstrução do centro da cidade de Bogotá. Este processo de regulação, que pode ser lido e visto como cruel, contudo, deve ser estudado e interpretado como um caminho de mão dupla: tanto existe uma racionalidade atuando que exclue mediante a ação do Estado àqueles que não se adaptam, quanto existem indivíduos que, ainda que sejam enxergados comumente como inadaptados, tem escolhido racionalmente se afastarem dos modos e comportamentos que são normalmente impostos para ser considerado um cidadão.

A rua é a expressão da velocidade, da conexão e do espaço público. A rua também é um desses lugares onde estão os “desajustados”, onde são “jogados fora” ou onde eles mesmos pulam. Os moradores da rua geram essas emoções que a maioria desejamos longe de nós: as sensações de caos, sujeira e descontrole. Os moradores de rua também aparecem como transgressores de uma ordem patriarcal de família e consumidores compulsivos de substâncias entorpecentes para os usuários da cidade de Bogotá. A “cultura de rua” aparece em diversas urbas da cultura ocidental como um universo de oposições políticas não reconhecidas e não coerentes; como uma série de práticas rebeldes com um estilo antagônico e beligerante respeito ao esperado para o governo da cidade. Portanto, os moradores de rua desafiam a naturalização política das idéias tradicionais sobre gênero e classe, que assumem a família nuclear como paradigma da estabilidade e o bom funcionamento social, pois estas pessoas geralmente parecem não ter pontos de fixação e perambulam solitárias pela cidade. Ainda, as associações da vida na rua com a vagabundagem e a doença mental, esquecem que muitas

vezes se trata de uma opção tomada livre, ativa e racionalmente. Na cidade de Bogotá um dos locais de “moradia” e consumo de entorpecentes, especialmente *crack*, que incorporou mais de 3.000 pessoas foi chamado a rua de *El Cartucho*. Por fugir dos modelos paradigmáticos da cidadania os moradores de rua instauram um “problema” para o governo da sociedade. Nesta dissertação explorarei como foram “solucionadas” estas questões desde a perspectiva do Estado, tendo em vista a sua ação global, não focalizada por instituições, sobre uma região específica da cidade. Trata-se, portanto, de observar uma forma de governo do território que implicou como “solução” extrema a destruição total e racionalizada do local assim como a continuação de uma política de criação de “vazio”.

O interesse sobre estas questões surgiu a partir de duas pesquisas prévias nas quais estive envolvido desde o ano 2006 e que foram um alicerce valioso para o desenvolvimento das minhas indagações, em especial por que foi nestas pesquisas que desempenhei o trabalho de campo, o que abriu o espaço para refletir sobre os processos de administração das cidades e das populações que pretendo desenvolver nesta dissertação. Na primeira pesquisa, realizada pela Faculdade de Medicina da Universidade Nacional da Colômbia para o Instituto Colombiano de Bem-estar Familiar, que teve como resultado o livro *Derechos deshechos: Modelo de gestión para la garantía de los derechos sexuales y reproductivos de niños, niñas, adolescentes y jóvenes* (Barrios, Góngora e Suárez, 2006), caracterizaram-se aos menores de idade moradores de rua ou usuários dos serviços de proteção do Estado mediante três tipos de diagnóstico: médico, sócio-demográfico e etnográfico. Esta pesquisa foi conduzida em sete cidades capitais da Colômbia. As equipes de pesquisa de cada cidade acompanhavam as atividades das instituições de proteção estatal, tanto no âmbito propriamente institucional quanto nos locais de moradia destes meninos e jovens, como são as favelas, bairros de invasão periféricos e as zonas de tolerância do centro das cidades. Já nos anos 2006 e 2007, participei da equipe conformada pela Faculdade de Medicina da Universidade Nacional da Colômbia para o Ministério da Proteção Social para o estudo sobre a oferta institucional de proteção e saúde para moradores de rua, principalmente adultos, em seis cidades capitais da Colômbia. O objetivo desta investigação foi identificar, recopilar, documentar e dar visibilidade às experiências locais institucionalmente desenvolvidas junto a pessoas em situação de rua. As áreas temáticas desta foram distribuídas assim: políticas públicas (nacionais, departamentais e municipais); proteção social e saúde (entorpecentes, saúde mental, sistema geral de segurança social em saúde e proteção); violência (delinquência, gênero, justiça e deslocamento); re-inserção social (geração de emprego, educação, espaços de participação) e, finalmente, sistemas de indicadores e acompanhamento.

Ao longo destas investigações, um dos locais que mais chamou a minha atenção foi a região da cidade que será um dos focos desta dissertação, e que passou por um intenso processo de transformação, o bairro Santa Inês, conhecido como *La calle del Cartucho*, uma das zonas mais perigosas e arquitetonicamente degradadas do centro de Bogotá. A partir do ano 1999 este local foi paulatinamente destruído para dar lugar ao Parque Terceiro Milênio, que se percebe na figura 1 como um “vazio urbano”.



**Figura 1. Fotografia do Parque Terceiro Milênio (PTM).
Fonte: arquivo do autor, fevereiro 2006.**

Após esta mudança no centro histórico de Bogotá, as áreas em torno do Parque como nos bairros San Bernardo e Las Cruces, começaram a sofrer um processo de degradação similar ao de *El Cartucho*. Assim, o que vou apresentar nesta dissertação é como o Estado fez uso reiterado do instrumento da renovação urbana ligada com outras formas de conhecimento como a criminalística e o trabalho social para caracterizar, descrever e mudar material e, portanto, simbolicamente estas regiões da cidade. O que se percebe é que a ação de Estado provocou e provoca um contínuo deslocamento dos moradores de rua das áreas centrais e, ao mesmo tempo, parece se intensificar e dispersar as formas das ações estatais para a administração destas pessoas.

O presente estudo da transformação da face da cidade visa discutir uma tríplice relação entre a ocupação de zonas degradadas arquitetonicamente por segmentos sociais marginalizados (compostos por prostitutas, ladrões, moradores de rua, etc.); a construção/difusão desta população com uma localização específica na cidade atrelada em discursos políticos de segurança; e finalmente o processo de renovação urbana como política sobre o território que, conseqüentemente, vem incidindo sobre a região.

Procurarei, desse modo, que esta dissertação possa ser uma ferramenta que ajude a compreender os processos de decisão política nas administrações das metrópoles contemporâneas em América Latina, a partir da atualização local do empreendimento bogotano. Historicamente as intervenções sobre as cidades ocidentais seguem paradigmas específicos das suas épocas, como foi o paradigma do embelezamento proposto por Haussmann para Paris ou o paradigma da velocidade proposto pelos futuristas para Milão. Na atualidade, cidades como Baltimore e Barcelona passaram por redefinições que procuravam atrair investimentos internacionais, especificamente mediante o estímulo ao turismo e o lazer. Igualmente na América Latina o Rio de Janeiro aparece como a próxima metrópole a ser redesenhada a partir da realização dos mega-eventos como foi para Barcelona. Veremos para caso colombiano especificidades que podem se apresentar em grandes cidades do século XXI como São Paulo, com a proliferação das chamadas “crackolândias” que implicam “problemas” de segurança que impedem investimentos. No entanto, de acordo com o método de análise que vou utilizar proposto por Foucault, as semelhanças impedem ver as particularidades próprias da emergência e administração de certo tipo de discursos. Assim, a verossimilhança não é a palavra de ordem para entender este tipo de processos, pois cada um deve ser enxergado na sua idiosincracia. A descrição detalhada, como corresponde ao novo paradigma da investigação do século XIX, deixa de lado as velhas tipologias baseadas nas correspondências, nas características comunes e nas analogias formais. Neste paradigma no

qual nos encontramos, a pesquisa deve ser dirigida para a comparação exaustiva dos elementos que podem ser discernidos em si e não para si. Por isso, é necessário ter cuidado com as armadilhas das verossimilhanças, que obscurecem mais do que aclaram as possibilidades de avanço das pesquisas. Pelo contrario, o ato de discernir, de procurar as formas particulares de construção de políticas públicas de sujeitos por meio da ação do Estado requer do método comparativo como forma de desenvolvimento metodológico. No entanto, o que vou analisar limita-se ao caso específico, ao que pode ser considerado desviado e que deve ser entendido na sua profundidade arqueológica. Deste modo, e seguindo a metáfora analítica de Foucault, é possível ver as diversas camadas que se superpõem para a constituição discursiva da ação do Estado, e de um Estado particular que é o colombiano.

A pesquisa a bem da precisão e da amplidão sobre as políticas públicas na cidade de Bogotá, terá como suporte a análise dos discursos. Ainda que dentro da antropologia do Estado, esta dissertação não procura analisar o *continuum* entre a lei e a prática, mas como se modela o Estado a partir da sua própria ação. Isto é, a dissertação não pretende mostrar como se levam a cabo pelos agentes estatais específicos as indicações legais ou como a lei é efetivada em uma ação particular. O que pretendo mostrar são as contínuas mudanças da ação do Estado e dos seus instrumentos como diversas formas de governamentalidade, como formas de administração das eventualidades. Assim, a lei é um destes instrumentos, assim como os mecanismos disciplinares desenvolvidos sobre o território da cidade e como os dispositivos de segurança pelos quais o Estado pretende administrar as populações objeto de intervenção e posterior deslocamento. Por isso, o autor que guiará a forma peculiar como devem ser lidas as fontes é Michel Foucault, especialmente as noções de governamentalidade, de território e de população como vão ser exposta no primeiro capítulo.

Os documentos que vou apresentar aqui correspondem principalmente as leis, planos, censos e relatórios relacionados com a renovação urbana, a criminalidade e os moradores de rua na cidade de Bogotá, especificamente no centro histórico. O marco legal da renovação urbana são o Decreto 880 de 1998, que institucionaliza o Programa de Renovação Urbana, o Decreto 619 de 2000, que define o Plano de Ordenamento Territorial (POT) para a cidade de Bogotá e o Decreto 492 de 2007 que define o Plano Zonal Centro. Eles são, como veremos, os ponto de partida das ações de Estado no tratamento da urbanização da cidade durante os anos seguintes. Como projetos de constituição do centro histórico ambos os decretos foram sucessivamente implementados.

Estudarei quatro censos que se efetuaram para a população de rua durante os anos 1996, 2001, 2004 e 2007 pelas instituições de bem-estar e proteção social do Distrito nos

mostram a potencia da contabilidade com seu intuito ordenador. Os dados destes censos são minuciosos em tentar descrever a cotidianidade das relações sociais e de mercado dos moradores de rua e ao tempo dar uma legibilidade aos seus comportamentos.

Dentro da criminologia, interessam em especial os mapas que apresentam a localização dos homicídios, pois a pesquisa revela uma relação intensa e direta entre esta localização e as zonas de renovação urbana. Assim, a maioria de relatórios de homicídios que encontrei baseiam sua informação nos dados dos levantamentos de cadáveres efetuados pelo Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses (INMLCF). Interessam os relatórios como os do Centro de Estudos para o Desenvolvimento Econômico (CEDE) sobre os homicídios na cidade de Bogotá que complementam as interpretações da fonte principal de dados, o mencionado INMLCF. Para o caso específico de Bogotá, existem relatórios publicados pelo Sistema Unificado de Informação de Violência e Delinquência (SUIVD) da Secretaria de Governo. Também são relevantes os dados compilados nos mapas de densidade de homicídios que ajudam a delimitar o local e que apresentam as zonas onde se incrementaram as taxas de homicídio depois da destruição de *El Cartucho*. Deste modo, poder-se-a evidenciar o espalhamento do que tenho chamado da “zona da morte” no centro da cidade de Bogotá. Desta forma, os censos serão objetos da análise sendo que eles tem por sua vez como objetos de análise os moradores de rua. Por isto, os moradores de rua são construídos como “problema” que os censos ajudam a enxergar. Por outro lado, a criminologia e a renovação urbana concebem de forma diversa, articulada e relacional “problemas” específicos que estão relacionados direta ou indiretamente com os moradores de rua.

Finalmente, estudarei os diferentes diagnósticos e relatórios publicados pelas diferentes localidades¹, especialmente as de Santa Fé, La Candelaria e Los Mártires; estes documentos elaborados pelas Secretarias da Fazenda e de Saúde têm informação dos diversos programas do Distrito, especialmente os dirigidos aos moradores de rua, porém a maioria da sua informação baseia-se nos supracitados censos.

A tabela a seguir (**Tábel**a 1) contem os documentos mais relevantes que foram estudados nesta pesquisa, que seguem uma ordem cronológica, pois é assim que o Estado vai se construindo a medida que constrói os problemas que devem ser administrados:

¹ As localidades são partes da divisão político-administrativa da cidade de Bogotá. A cidade encontra-se dividida em 20 localidades cada uma com um *Alcalde Local* e um corpo de *Ediles*, todos eleitos por voto popular e direto. Cada localidade tem certa independencia na formulacao de politicas publicas dependendo das suas particularidades, ainda que sempre devem seguir os linhamenos de politicas contados nos planos de desenvolvimento distritais. Finalmente, cada uma das localidades esta dividida internamente em bairros.

Tabela 1. Relação cronológica dos documentos relevantes dentro da pesquisa

| Ano | Documento | Instituição |
|-------------|---|------------------------------|
| 1995 | Decreto 897, Programa integral de protección y seguridad social a los indigentes de la ciudad de Santa Fé de Bogotá | Alcaldía Mayor de Bogotá |
| 1996 | Estúdio Piloto del censo de las personas que han hecho de las calles de Santa Fé de Bogotá su hábitat | IDIPRON – IDCT – UNAL |
| 1997 | Habitantes de la calle, un estudio sobre la calle de El Cartucho en Santa Fé de Bogotá | Cámara de Comercio de Bogotá |
| 1998 | Territorios del miedo en Santa Fé de Bogotá | Alcaldía Mayor de Bogotá |
| 1998 | Decreto 880, programa de renovación urbana para los barrios San Bernardo y Santa Inés | Alcaldía Mayor de Bogotá |
| 2000 | Violencia Homicida en Bogotá: más que intolerancia | CEDE |
| 2000 | Decreto 619, Plan de Ordenamiento Territorial para la ciudad de Bogotá | Alcaldía Mayor de Bogotá |
| 2000 | Inclusión social para el habitante de la calle | DABS |
| 2001 | III Censo sectorial para el habitante de la calle | IDIPRON – DANE |
| 2002 | Rehabilitación del centro urbano: el proyecto Tercer Milenio (Bogotá, Colombia) | IDU |
| 2004 | Diagnósticos locales: Santafé – Los Mártires – Candelária | Secretaría de Hacienda |
| 2004 | IV Censo sectorial para el habitante de la calle | IDIPRON – DANE |
| 2005 | Diagnósticos locales con participación social: Santafé – Los Mártires – Candelária | SDS |
| 2005 – 2006 | Diagnósticos de seguridad y convivencia: Santafé – Los Mártires | Secretaría de Gobierno |
| 2006 | Decreto 239, Centro comercial metropolitano y proyecto de renovación del sector de San Bernardo | Alcaldía Mayor de Bogotá |
| 2007 | Consejo nacional de política económica y social, CONPES 3471 | DNP |
| 2007 | Decreto 492, Operación estratégica del centro de Bogotá y Plan Zonal Centro | Alcaldía Mayor de Bogotá |
| 2007 | V Censo de habitantes de la calle en Bogotá | IDIPRON – SDIS |
| 2008 | Plan de prevención de sectores críticos | Secretaría de Gobierno |

Como vemos, cada um dos documentos é expedido por instituições diferentes, portanto, cabe apresentar as suas relações e as suas formas de articulação. A cada uma das disciplinas corresponderia aproximadamente uma instituição, neste caso as mais importantes são, a Secretaria de Governo Distrital, o Departamento Administrativo de Bem-estar Social, o Instituto para a Promoção de Infância e a Juventude e o Instituto de Desenvolvimento Urbano. A Secretaria de Governo Distrital formula as políticas de segurança e de proteção de direitos, dirigindo a ação policial e contabilizando os crimes da cidade. Também atua mediante a assistência direta aos afetados por crimes. Foi criada desde 1926 e teve uma grande reforma administrativa orgânica no ano 1996. Nela formalizaram-se as funções da Direção de Segurança Cidadã, que deve atuar em conjunto com a Polícia Metropolitana no desenho e controle dos programas de prevenção da segurança. Para isso, deve conseguir a informação qualitativa e quantitativa da segurança. Por outro lado, a Subsecretaria de assuntos para a convivência cidadã tem a faculdade de recomendar a criação ou a supressão de delegacias de polícia, de inspectores de policia e demais funcionários encarregados de impartir justiça

policiva no nível local. Igualmente, deve criar os mapas de risco de conflitos. A Secretaria de Governo também dirigia as Alcaldías Locais, tentando coordenar as ações entre entidades nacionais e distritais sob os princípios de complementariedade, subsidiaridade e concorrência. Igualmente, deve informar ao Alcalde Mayor sobre o estado da cidade a partir da recopilação e consolidação no sistema de dados sobre as administrações anteriores. Em fim, tem funções policivas dentro das diversas instituições de governo, o que liga as diversas instituições, a pesar do seu nível hierárquico, no núcleo controlador.

O Departamento Administrativo de Bem-estar Social (DABS) foi criado desde o ano 1960 com as funções de proteção e assistência social foi reestruturado no ano 1994. Nesse ano determinou-se que sua função era prevenir os fatores de risco e decomposição social nos grupos vulneráveis, em estado de abandono ou miséria. Destaca na reforma a presença dos Centros Operativos Locais, instalações públicas administradas por este Departamento com a participação da comunidade. A partir de 1997 a intervenção local dependia dos estudos elaborados pela subdireção de planejamento e pesquisa e do resguardo da informação em bases de dados atualizadas.

Junto com o DABS atua o Instituto Distrital para a Proteção de Infância e a Juventude (Idipron), criado no ano 1967 e sediado na fazenda a Florida. Entre seus objetivos estavam a reabilitação física e a readaptação social dos jovens pela educação e o trabalho agrícola e artesanal. No ano 1986 expediu-se seu estatuto orgânico como prova da descentralização das funções públicas e do termo indefinido da instituição. Os seus objetivos eram nesse ano mais específicos, atender exclusivamente as crianças de rua. Propunham-se um sistema de respeito à liberdade infantil, um ambiente esmeradamente limpo e acolhedor, métodos autoativos e terapias de ocupação. A educação dentro da produção devia ser recompensada moral e monetariamente como forma de estímulo para transcender as “paredes da instituição”. A formação moral devia remover qualquer hábito ruim da rua, mas ao mesmo tempo é preciso conhecer os problemas da rua: o “gaminismo”, os entorpecentes, a prostituição e a corrupção infantil. Portanto, seu escopo é ir contra a uso de drogas entorpecentes, o alcoolismo, a vagância e a mendicância. Ressalta no seu estatuto orgânico os capítulos referidos à autogestão educativa e às gratificações.

Finalmente, o Instituto de Desenvolvimento Urbano (IDU), criado no ano 1972 com funções de execução das obras públicas de desenvolvimento urbanístico, como: abertura de pontes, construção de parques, renovação urbana, conservação de vias, obras para o sistema de transporte em massa. Seus instrumentos de ação são a expropriação, a alienação e a administração de bens moveis e imóveis. O Instituto é dirigido por uma junta conformada

pelo Alcalde Mayor, os secretários de Governo, Fazenda e Obras Públicas, o diretor do Departamento Administrativo de Planejamento e quatro vereadores; o diretor designado tem voz mas não voto. Um dos objetivos desta pesquisa é descrever as ações combinadas ainda que não necessariamente articuladas destas instituições no início da destruição de *El Cartucho* até a formalização legal de *Ciudad Salud*. As séries de instituições atuam separadamente ainda que, como apresentarei nesta dissertação, coincidem no local onde suas ações manifestam-se. Pois não se tratam de hierarquias claras ou de prioridades diferentes, cada instituição atua separada e autonomamente. Pelo seu caráter policivo, a Secretaria de Governo concentra mais capacidade de ação e de manifestação de poder dentro do governo; igualmente é a instituição com mais relações internas e a posição do Secretário tem intimidade política com o Alcalde Mayor.

Além das instituições que fornecem, elaboram e produzem as fontes para o estudo da ação do Estado, existem outras que permitem construir os contextos da transformação física da cidade. As pesquisas acadêmicas foram elaboradas principalmente pelos estudantes da Universidad Nacional de Colômbia, entidade pública de educação superior institucionalizada no ano 1867, como parte de sua labor de desenvolvimento social e nacional. A maioria monografias e dissertações atreladas com experiências laborais dentro de alguma instituição estatal ou ONG com alguma relação com *El Cartucho*. As notícias de jornal, especialmente *El Tiempo*, pela sua ampla difusão que cria pânico morais junto com sentimentos de solidariedade caritativa dentro da população da capital. Desta forma, a produção de notícias teve relevância durante a destruição de *El Cartucho*.

O problema que se apresenta nesta dissertação diz respeito ao uso das políticas públicas relacionadas com o deslocamento dos moradores de rua e a renovação urbana no centro histórico da cidade de Bogotá como estratégias estatais para fazer frente aos problemas de segurança e violência na cidade, assim como a forma na qual cada uma destas políticas públicas se relaciona. Com base na investigação desenvolvida, pretendo analisar as relações existentes entre o Estado e os moradores de rua na capital colombiana, focando a construção de uma população que possa ser gerida pelos agentes estatais implicados nos processos de remoção. Recuperando o processo da ocupação informal de espaços urbanos degradados arquitetonicamente e sua transformação em “zonas de perigo”, um dos objetivos centrais da pesquisa consiste em entender como, tanto no plano discursivo quanto na prática, a administração pública tem lidado com este tipo de questão. Finalmente, quais são as consequências e desdobramentos gerados pelas ações do Estado.

Este trabalho de investigação em antropologia do Estado é desafiado pelo efeito de

historicidade que está contido nas mudanças de *episteme* que Foucault estudou. Entende-se este efeito como a sucessão de transformações e de mudanças discontinuas dentro das formas do discurso, das maneiras de nomear e dos mecanismos da ação do governo. As mudanças de *episteme*, i.e., as discontinuidades que implicam uma progressão e que nega a possibilidade de retorno, são mais bem enxergadas a partir da perspectiva histórica². A possibilidade do pesquisador se colocar frente ao objeto mediante a distância temporal daria ao mesmo tempo um efeito de objetividade, embora que possa ser confundida com a interpretação teleológica. A proposta de Foucault implica observar diretamente as formas como foram produzidas as fontes e os contextos de produção. Assim, o pesquisador se coloca diretamente no meio do campo epistêmico específico de produção de discurso, fugindo deste modo das interpretações anacrônica das fontes próprias da tradição crítica. De modo que o efeito de historicidade se completa aqui pela apresentação cronológica entre a projeção, a representação e a ação. No entanto, é preciso esclarecer que esta dissertação não necessariamente vai dar conta de mudanças da *episteme*, mas de variações nas formas discursivas de construir os problemas por parte do Estado colombiano em um momento determinado. Verifica-se assim que as repetições exaustivas aparecem como definições do Estado destruindo ou deslocando as margens da sua ação.

O texto inicia esboçando os modos em que vou proceder com a análise e interpretação dos dados, tomando principalmente a obra de Michel Foucault. Explorando o desenvolvimento posterior do seu método de estudo, aparecem uma série de autores, alguns denominados pós-foucaultinas e outros não, mas que tem em comum um interesse por olhar de forma produtiva as ações do Estado, de modo que em geral não se encontram enclausurados dentro do que seria uma tradição crítica. A continuação, a partir tanto de Foucault como dos autores que lhe sucederam, darei início à descrição e análise simultânea do caso.

Primeiro, apresentarei a forma como foi construído *El Cartucho* como local do medo e da morte no centro da cidade de Bogotá, i.e. como “problema”, o que originou o plano de destruição desta zona. Neste primeiro momento, e como continuará acontecendo subsequentemente, conjugaram-se uma série de disciplinas com suas formas particulares de construção e administração de “problemas”. No segundo momento apresentarei a ampliação

² O estudo de Foucault está centrado nas mudanças sociais, particularmente do câmbio da *episteme* ocorrida na França entre os anos 1775 e 1825. Tais transformações da *episteme*, pelas quais se abandonaram, modificaram-se ou retomaram-se idéias e conceitos da antiguidade clássica, têm expressões na atualidade. Como pertencemos de fato a uma positividade de natureza diferente, e cada vez mais distante daquelas ordens da era clássica, impõe-se estudar a função desse saber, mais do que a alteração contemporânea de positivities. Não nos perguntemos pelo que gera a mudança epistemológica, diz Foucault, pois esta já foi dada; melhor enxergar o que produz cada positividade. Assim, na sua obra, o autor avança na demonstração da geração de um novo objeto de conhecimento e, sobretudo, de administração: o homem.

destas políticas públicas mediante a fixação pelo discurso legal. Igualmente estão presentes outros mecanismo de ação de Estado para os moradores de rua e para à administração da violência, sendo o instrumento de renovação urbana, legalizado e instituído, o modo privilegiado de condução dos moradores de rua. Assim, a destruição de *El Cartucho* implicou o deslocamento dos moradores de rua e, portanto, novas formas de intervenção estatal. No entanto, a renovação urbana parece ser, dentre os diversos instrumentos e mecanismos estatais de controle, o mais efetivo para conduzir adequadamente os moradores de rua, afastando-os dos locais de maiores investimentos do centro de Bogotá. Finalmente, dentro das mudanças da face da cidade, apresentarei a forma como começou a ser planejado o futuro deslocamento dos moradores de rua, mediante o instrumento da renovação urbana.

Depois da destruição de *El Cartucho*, é possível apreciar como se faz mais acurado o instrumento da renovação urbana, como ele é mais discriminatório e ao mesmo tempo mais amplo. Poder-se-a apreciar a forma como a renovação urbana se consolida e se institucionaliza dentro das políticas públicas, e como ela se faz mais efetiva como modo de transformação da cidade e de deslocamento dos comportamentos indesejáveis. No capítulo final apresentarei uma série de reflexões a partir tanto da análise sob a luz de método foucaultiano quanto das formas de governo contemporâneos na Colômbia. Nesta ordem de ideias, espero que a pesquisa ganhe importância, não a partir da procura das semelhanças, mas no sentido de explorar novos caminhos para ver as particulares que cada governo adota para criar e solucionar, construir e administrar problemas específicos, neste caso, a presença de moradores de rua no centro histórico da cidade.

CAPÍTULO 1.

A CONSTRUÇÃO DO ESTADO, SUAS MARGENS E O TERRITÓRIO.

A dificuldade de estudar uma ação estatal na atualidade está na capacidade do pesquisador conseguir enxergar as mudanças que a ação estatal se coloca. Denominações, descrições e valorações aparecerão continuamente neste texto como foram construídas dentro dos documentos estatais, ou melhor, se repetirão tanto quanto foram repetidas durante o processo de transformação da cidade. Pois a repetição constante da descrição dos moradores de rua teve (e tem) como efeito um padrão de conduta do Estado como forma de “solução ao problema”. A cada repetição da descrição corresponde, como veremos, uma ação particular e regularizada. Estas iterações, no entanto, não tem a mesma estrutura na sua construção, de modo que, elas apresentam variações internas. Assim, existe um intuito de acurar as descrições em uma dada direção, um refinamento quantitativo na medida em que o número e a descrição baseada nas frequências tomam o lugar das descrições e narrativas dos comportamentos. Poder-se-ia dizer que a repetição va da narração para a numeração, da nomeação para a quantificação.

Para observar os modos de ação do Estado e as mudanças nas suas formas de administração do “problema” da reconquista do centro histórico como local sadio e de convivência tentarie utilizar os princípios de Foucault. Para este autor, a aparição de novos enunciados aparece como um temor surdo perante o acontecimento; para conseguir apagar esse temor, Foucault sugere três grupos de funções do pensamento: “questionar nossa vontade de verdade; restituir ao discurso seu carater de acontecimento; suspender, em fim, a soberania do significado” (FOUCAULT, 2008b: 51)³. Deste modo, aparecem quatro categorias dentro

³ Para conseguir isto, ele mesmo identifica quatro princípios que devem moldar as análises das mudanças e do surgimento dos discursos. 1) Princípio de inversão, pelo qual se reconhece a rarefação do discurso. 2) Princípio de descontinuidade, pelo qual os discursos devem ser tratados como práticas descontínuas, de modo que estes se cruzam, se ignoram ou se excluem. 3) Princípio de especificidade, pelo qual se reconhece que o discurso é uma violencia feita sobre as coisas como uma prática de imposição; eis ali onde o acontecimento do discurso encontra sua regularidade. 4) Princípio de exterioridade, pelo qual se reconhece as condições externas de possibilidade do discurso, que coloca no seu lugar as série descontínuas de

do análise do discurso como sugerido por Foucault e que vou tentar usar como chaves analíticas e regulatorias nesta dissertação: o acontecimento em oposição à criação, a série em oposição à unidade, a regularidade em oposição à originalidade e a possibilidade em oposição à significação (FOUCAULT: 2008b: 53-54). Destarte, veremos como *El Cartucho* foi paulatinamente construído discursivamente como o local do medo e como um acontecimento dentro da história de Bogotá passível de ser administrado. Igualmente, apresentarei como foi a administração dos moradores de rua segundo as divisões disciplinares de saber/poder sobre os sujeitos e sobre a cidade que são igualmente divisões entre instituições e mecanismos de poder. Veremos a regularidade discursiva na descrição das práticas identificadas mediante a ação do Estado como nocivas ou desviadas, as práticas que vão a contra-mão das lógicas modernas de consumo. Estas práticas vão ser cada vez mais pormenorizadas e minuciosamente esquadrihadas; da mesma forma, é possível observar a regularidade da ação do Estado mediante as séries de mecanismos de controle do espaço e dos comportamentos que se intensificam progressivamente. Finalmente, veremos a possibilidade como o grande motivação para a ação e como forma de cálculo das políticas de governo. Os comportamentos que se pretende sejam modificados são previstos mediante o cálculo da probabilidade de ocorrência e, portanto, como forma de controle do futuro. Portanto, essas quatro categorias vão estar ligadas constantemente dentro desta dissertação como corpus para entender as ações do Estado em relação com os moradores de rua.

A partir deste método é possível ver como o próprio Estado se constrói enquanto ele próprio constrói discursos sobre sujeitos particulares e locais da cidade, neste caso, os moradores de rua, as zonas degradadas arquitetonicamente e os espaços da violência e da morte no centro de Bogotá. É possível perceber como o Estado se produz a si mesmo enquanto produz sujeitos passíveis de ser problematizados, de modo que a construção de “problemas” dentro da razão do Estado implica a mudança dele próprio para dar conta do problema que ele mesmo constrói. Apesar da aparente circularidade, o que existe é uma progressão na construção e na superação dos problemas construídos pelo Estado que implica a mudança nas suas formas de ação e de administração. A pesquisa pretende, portanto, dar conta dessas mudanças a partir do estudo do caso particular. Assim, no caso que apresentarei, as diversas formas com as quais o Estado administra uma população específica estão em contínua construção e mudança, através de uma multiplicidade de estratégias que se relacionam constantemente, mas que se apresentam separadamente. As diversas estratégias construídas a partir de diversos campos de saber/poder confluem na geração fragmentada de acontecimentos dando-lhes regularidade e fixando as suas fronteiras.

políticas públicas que tem como alvo um local específico da cidade de Bogotá. Neste caso é o território e a sua administração o ponto fulcral da ação do Estado que vou apresentar.

Para poder observar melhor estas mudanças é possível utilizar o método arqueológico de Foucault⁴. Assim, qual a particularidade do pensamento histórico deste autor? Essencialmente a de que o poder não se apresenta como um bloqueio do processo de produção ou como uma forma de repressão para o benefício de uma “classe” determinada como aparece dentro do pensamento crítico. Pelo contrário, o poder para Foucault desempenha um papel efetivamente positivo e produtivo, onde a repressão passa a ser um efeito secundário (FOUCAULT, 2007c: 58-59). Isto é o esgotamento da crítica marxista como forma de interpretação denunciada por Foucault. Deste modo, “repressão” e “luta” não serão usadas nesta dissertação como formas da análise da ação do Estado. Este tipo de visão crítica pode chegar a obscurecer e naturalizar tanto as ações do Estado como as ações dos indivíduos, pois cria-se uma dicotomia que não permite enxergar a produção do poder.

Para Foucault, a análise crítica deve ser indissociáveis da análise genealógica. Assim, mediante a primeira análise é possível ver as formas de exclusão, de limitação e de apropriação, mostrando como se formam os discursos, como se modificam ou deslocam e a quais necessidades específicas respondem. Mediante a análise genealógica é possível observar por meio de quê sistemas de coerção e de outras séries de discursos os novos discursos são formados, nas formas específicas das normas que permitem as condições de aparição, de crescimento e de variação do discurso (2008b: 60-61). Em resumo, “a crítica analisa os processos de rarefação, mas também de reagrupamento e de unificação dos discursos; a genealogia estuda sua formação ao mesmo tempo dispersa, descontínua e regular” (FOUCAULT, 2008b: 65-66). No caso que vou analisar veremos como os documentos produzidos a partir da ação do Estado são divididos nas diversas disciplinas, de saber/poder sobre uma população específica e sobre uma parcela determinada da cidade. Observaremos umas séries de discursos se complementam para dar forma à ação do Estado, que ligam os comportamentos dos moradores de rua com a concentração do homicídio e cuja resposta são as políticas de renovação urbana do centro histórico da cidade⁵. Para Foucault,

⁴ Na sua reflexão acerca da dimensão histórica das construções sociais do homem ocidental, Foucault procura romper os debates filosóficos na História, especialmente a questão sobre o princípio teleológico segundo o qual o conhecimento da origem daria como resultado o conhecimento da totalidade do processo.

⁵ Na sua obra de 1969 *As palavras e as coisas*, Foucault analisa três ordens nas quais se apresentaram mudanças na linguagem durante os séculos XVIII e XIX: na história natural, na análise da riqueza e na gramática geral. O método “arqueológico” que usou Foucault neste primeiro momento foi: I. Ver como se modificam as configurações próprias de cada positividade. II. Analisar como se alteram os seres empíricos em cada positividade. III. Estudar o deslocamentos das relações entre positivities. IV. Mostrar que o espaço geral do saber é de relações internas entre elementos cujo conjunto assegura uma função (FOUCAULT, 2007b: 213-

as descrições críticas e as descrições genealógicas devem alternar-se, apoiar-se umas nas outras e se completarem. A parte crítica da análise liga-se aos sistemas de redescobrimto do discurso; procura detectar, destacar esses princípios de ordenamento, de exclusão, de rarefação do discurso. Digamos, jogando com as palavras, que ela pratica uma desenvoltura aplicada. A parte genealógica da análise se detem, em contrapartida, nas séries de formação efetiva do discurso: procura apreendê-lo em seu poder de afirmação, e por aí entendo não um poder que se oporia ao poder de negar, mas o poder de constituir domínios de objetos, a propósito dos quais se poderia afirmar ou negar proposições verdadeiras ou falsas (FOUCAULT, 2008b: 69-70).

O projeto de Foucault e a sua preocupação, que compartilhada nesta dissertação, não é procurar a verdade ou falsidade do discurso, i.e. não é um projeto de verificação nem de descoberta. Este autor procura ver os efeitos de produção e de destruição os discursos estimulam, e assim, observar os mecanismos pelos quais os discursos vão ser efetivados no real, i.e. os modos como os discursos podem mudar nossa percepção do mundo e o própria manifestação material de uma parte do mundo que é, neste caso, a cidade de Bogotá. A partir da aula inaugural de 1971 intitulada *A ordem do discurso*, que condensa o projeto acadêmico de Foucault, desprender-se-ão seus estudos mais específicos. Deter-me-ei especialmente nas aulas do Collège de France de 1978, intituladas *Segurança, território e população*. Neste texto o autor analisa inicialmente como a ciência do governo tem procurado a introdução progressiva da “economia” na práticas políticas da família. De modo que a família pasou de ser o modelo fundamental para a condução das nações, para sua transformação como instrumento do Estado. Essa mudança da família do modelo para o instrumento como forma estatal de governo e, em fim, como forma de condução das pessoas, é específico e particular da sociedade ocidental. Neste texto Foucault aclara:

Por governamentalidade, entendo o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, as análises e as reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança (FOUCAULT, 2008a: 143).

Portanto, o que interessa observar nesta dissertação é a governamentalização do Estado ao invés de procurar a estatização da sociedade. Isto é, como vão se desenhando uma série de categorias ao interior do Estado que permitem enxergar as suas formas de ação, o que seria as formas de produção de autoridade estatal. Devemo-nos perguntar se é possível ver

214). Olhando para estas mudanças o que se descobre no final é a capacidade de gerar uma historicidade, como ocorreu com o nascimento dentro do campo do conhecimento ocidental com a biologia, a economia política e a filologia. Este foi o resultado da combinação das duas formas de análise, crítica e genealógica, que se superpõem e se alternam.

como se constrói o mundo a partir das classificações estatais, ou seja, como se relacionam categorias e ações, como se produzem efeitos no real. As classificações estatais, atravessadas pela economia moral contemporânea da produtividade formal e do consumo de bens e serviços que modelam os comportamentos dos indivíduos, separam o que é passível de transformação do que deve ser preservado, i.e., a separação entre o que deve permanecer dentro e o que deve ser parte da razão do Estado. Para mostrar as dificuldades do estudo do Estado, especificamente da governamentalidade, Foucault aclara que

essa governamentalidade que é ao mesmo tempo exterior e interior ao Estado, já que são as táticas de governo que, a cada instante, permitem definir o que deve ser do âmbito do Estado e o que não deve, o que é público e o que é privado, o que é estatal e o que é não-estatal (FOUCAULT, 2008a: 145).

Sendo assim, qual a base para entender o arcabouço conceitual de Foucault? Nas suas aulas de 1978, Foucault inicia explicando o que seria para ele a grande novidade das formas de governar do século XIX: o bio-poder. Este se define como “o conjunto de mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder” (2008a: 3). Assim, o importante é identificar como se passa o poder, entre quem e quem, entre quais pontos, segundo quais procedimentos e quais seus efeitos. O poder é, assim, intrínseco dessas relações. Devemos encontrar as coordenações laterais, as subordinações hierárquicas, os efeitos encadeados na sua especificidade em um momento dado, em um campo dado. Por fim, os efeitos de saber, da conformação de discursos, de políticas públicas. Foucault distingue, primeiro, a Lei penal que estabelece o sistema binário permitido/proibido, estipulando simultaneamente sua punição. Em segundo lugar, o mecanismo disciplinar, que coloca um terceiro personagem de saber, o culpado, com toda uma parafernália de técnicas adjacentes, como medicina, polícia e psicologia, saberes aos quais se atribuem, ao mesmo tempo, a vigilância, o diagnóstico e a eventual transformação dos indivíduos. Finalmente, distingue o dispositivo de segurança, que se ocupa da previsão estatística como “ciência do Estado”, da manutenção de certo tipo de criminalidade, do cálculo do custo da administração dentro das médias ótimas que estabelecem também os limites do aceitável. Se Foucault identifica uma historicidade das três formas das relações de poder, isso não significa uma substituição automática; pelo contrário, “vocês não têm mecanismos de segurança que tomam o lugar dos mecanismos disciplinares, os quais teriam tomado o lugar dos mecanismos jurídico-legais” (2008a: 11). Trata-se de emergências de poder que se superpõem e se conectam entre si.

Nesta dissertação vão ser expostas as relações disseminadas de poder, primeiro estabelecendo os limites do comportamento; no entanto, no caso que apresentarei a dicotomia proibido/permitido está em questão, pois o morador de rua como indivíduo não é considerado criminoso mas vítima. Descreverei a parafernália disciplinar da ação de Estado atuando duplamente, já que durante a elaboração dos diagnósticos, os agentes estatais realizam a “atenção” à população de moradores de rua, visando a modificação dos seus comportamentos. Igualmente, delinearei as formas de construção dos dispositivos de segurança, cuja visualização requer a elaboração e o desenho de mapas, entre os que destacarei os da concentração do homicídio. Este conjunto de mecanismos da ação estatal determinarão quais são as áreas de intervenção dentro do espaço da cidade, na forma de políticas de renovação urbana. As interconexões entre estes diversos mecanismos não são necessariamente evidentes; o que pretendo mostrar esta dissertação é essa imbricação que possibilita uma “adequada” administração da cidade.

Poder-se-a enxergar igualmente as modificação e as alterações da forma de controle a partir das considerações apresentadas por Foucault. Assim, se o poder soberano durante a era clássica se exerce no território, na realidade ele vai tratar também de uma multiplicidade que habita dentro do território, os servos da gleba, o povo. Posteriormente, a disciplina teria como foco essa multiplicidade, porém é um modo de individualização, de fragmentação, de análise. A unidade mínima, o corpo, deve ser trabalhada na forma de um “edifício de elementos múltiplos”, separando, moral e tecnicamente, o bom do ruim. Já a segurança apóia-se em dados matérias, na “realidade”, tentando maximizar efeitos positivos e minimizar o “ruim”, com o conhecimento de impossibilidade da sua eliminação total. O que conta no dispositivo de segurança é a probabilidade, o prognóstico do possível. É desde esta perspectiva foucaultiana da construção e das formas de administração do “ruim” e do “mal” sobre um local específico e singular da cidade de Bogotá que trata esta dissertação. Esse “ruim” que é móvel e malévolo, que cresce e que se dispersa sem desaparecer, ainda que sem ser totalmente controlado, esse é o “objeto” desta pesquisa. Existe igualmente uma oposição povo/população, que para Foucault é de natureza diversa à oposição sujeito delinqüente/obediente:

O povo é aquele que se comporta em relação a essa gestão da população, no próprio nível da população, como se não fizesse parte desse sujeito-objeto coletivo que é a população, como se se pusesse fora dela, e, por conseguinte, é ele que, como povo que se recusa a ser população, vai desajustar o sistema. [...] [A análise] tem uma espécie de simetria em relação ao pensamento jurídico que dizia, por exemplo, que todo indivíduo que aceita as leis do seu país assina um contrato social, aceita-o e o revalida a cada instante em seu próprio comportamento, enquanto aquele que, ao contrário, viola as leis, rasga o contrato social, este torna-se

estrangeiro em seu próprio país e, por conseguinte, cai sob as leis penais que vão puni-lo, exilá-lo, de certo modo, matá-lo. O delinqüente em relação a esse sujeito coletivo criado pelo contrato social rasga esse contrato e cai do lado de fora desse sujeito coletivo (FOUCAULT, 2008a: 58).

Assim, os dispositivos de segurança criados no século XVIII são centrífugos, frouxos, apóiam-se nos detalhes: o “*laisser-faire*”. Enquanto a disciplina é centrípeta, regulamenta tudo, impede tudo, determina o obrigatório: o “dever fazer”. Por outra parte, “a segurança tem essencialmente por função responder a uma realidade de maneira que essa resposta anule essa realidade a que ele responde - anule, ou limite, ou freie, ou regule” (FOUCAULT, 2008: 61). Em uma equação mais abstrata, Foucault determina que se a Lei trabalha no imaginário e a disciplina no complementar da realidade, os dispositivos de segurança trabalham na realidade. Como? Mediante a liberdade de circulação. O dispositivo de segurança leva em conta o conjunto sem descontinuidades, adjudica distribuições de probabilidades de risco. Ou seja, determina zonas de perigo circunscritas no tempo e no espaço. Assim, se na disciplina isolavam-se em celas e vigiavam-se os mínimos detalhes de desvio dos indivíduos, nos dispositivos de segurança determina-se a quantidade de casos que configuram uma população dentro do normalmente esperado. Como a disciplina trabalha no complementar da realidade, atua nas relações de adestramento pela norma que permitem distinguir o normal do anormal: a norma está em primeiro lugar. O dispositivo de segurança, por outro lado, atua na realidade, deduzindo dela a norma e fixando um estudo das normalidades, de modo que o normal é o objetivo: processo de normalização. No caso da destruição de *El Cartucho* e as sucessivas políticas de renovação urbana da cidade, apresentarei como se constroem essas zonas de perigo e as possibilidades de morte mediante a criminalística. Observarei como se intensificam os esquadrinhamentos e a redução numérica dos comportamentos efetuada mediante o trabalho social, que procura determinar e quantificar a anormalidade. Finalmente, exporei o processo de normalização efetivado mediante a regulação e disciplinamento do território segundo as mudanças determinadas pelas políticas de renovação urbana.

Este processo de controle e mudança dos comportamentos dos indivíduos, como apresentado por Foucault, aparece como descontinuidades epistêmicas de longa duração. Assim, a partir da era clássica, Foucault percebe como o povo da gleba era útil enquanto gentio para a guerra. No entanto, nas novas formas de poder do Estado, que emergem no século XVIII, a riqueza se mede pela sua população enquanto mão-de-obra, enquanto força produtiva. Destarte, o população supera a idéia de comunidade de interesses a ser parte substantiva da riqueza das nações na forma de “trabalho”. A “população” para Foucault deve

ser olhada com atenção, pois ela é variável como o clima, já que depende de toda uma série de variáveis como, por exemplo, o entorno material. Da mesma forma, assim como muda a população mudam os fenômenos próprios de cada população⁶. Contudo, a ciência do Estado apresenta como regularidades essenciais que devem ser administradas e controladas a morbidade, a mortalidade e a natalidade. Assim,

O interesse como consciência de cada um dos indivíduos que constitui a população é o interesse como interesse da população, quaisquer que sejam os interesses e as aspirações individuais dos que a compõem, é isso que vai ser, em seu equívoco, o alvo e o instrumento fundamental do governo das populações. Nascimento de uma arte ou, em todo caso, de táticas e técnicas absolutamente novas (FOUCAULT, 2008a: 140).

Qual o equívoco que apresenta Foucault? Apesar da diversidade de interesses de cada um dos componentes da população, o conjunto dos indivíduos que conforma uma população aparecem perante o poder do governo simultaneamente como fim e como instrumento, como sujeitos de necessidade e como objetos de governo. Isto é, conscientes do que eles querem mas inconscientes do que o poder do governo faz fazer com eles. É na rede das múltiplas relações entre população, território e riqueza que se constituirá a ciência da economia política. Passa-se de uma arte de governar para uma ciência política, de um regime dominado por estruturas de soberania a um regime dominado por técnicas do governo. Isto levaria à agudização do problema da fundação da soberania e da necessidade do uso das disciplinas. Foucault estabelece o que seria o programa de estudos do Estado ao afirmar que são as táticas de governo que fazem possível a contínua definição e redefinição do que fica dentro das competências do Estado e do que não fica, ou seja, o público versus o privado. Da mesma forma, nesta dissertação veremos como sutilmente as fronteiras entre o público e o privado se confundem, dependendo da confluência de interesses e das possibilidades orçamentárias. Destarte, veremos como as políticas de renovação urbana aparecem atreladas com as possibilidades de investimento internacional e da atração turística. Assim, a própria legislação começará a amparar e estimular as parceria público/privado como estratégia de financiamento, desmanchando desta forma as suas fronteiras. estudar

Assim, o Estado só pode ser entendido a partir da observação da conformação dos seus limites, i.e., nas bases das táticas gerais da governamentalidade. Foucault aprofundou com os anos a perspectiva do estudo do Estado dentro das mudanças epistemológicas e científicas do

⁶ Existe, deste modo, uma relação de interdependência entre o território e a população que o ocupa. Se na época clássica a relação entre os indivíduos e o rei era de submissão dos indivíduos, onde o poder real manifestava-se potencialmente em cada instante na punição como marcador do rechazo do comportamento desviado, houve também uma relação de condução entre os indivíduos e o território.

século XVIII e XIX, o que provocou uma ampliação e uma maior precisão descritiva dos processos. Por isto, na sua historicidade mais abrangente da conformação do Estado destaca-se uma genealogia da governamentalidade moderna européia desde Maquiavel até Rousseau no artigo “Governmentality” (FOUCAULT, 2005). Em conclusão, governar é a introdução da economia na prática política⁷. Aqui Foucault apresenta a constituição do poder segundo os pólos que configuram o corpo, o corpo/máquina e o corpo/espécie. O corpo máquina é, neste caso, otimizado, disciplinado para incrementar o seu uso e docilidade, dentro da possibilidade de integração dentro do sistema de eficiência e controle econômico. O corpo/espécie, por outro lado, é a base do processo biológico de reprodução e propagação controlados por meio da biopolítica das populações, que devem ter como eixo de análise o território. Deste modo, o próprio Foucault reafirma neste artigo de 1991 a sua definição do Estado:

It is the tactics of government, which make possible the continual definition, and redefinition of what is within the competence of the state and what is not; thus the state can only be understood in its survival and its limits, on the basis of the general tactics of governmentality (FOUCAULT, 2005: 143).

É assim que tem se propiciado uma política de renovação urbana que implica a destruição do habitat dos “moradores de rua”. Igualmente, dentro das perspectivas das políticas públicas, o processo de longo prazo supõe uma continuidade das mudanças, que ocorreriam como uma seqüência de ganhos. Isto sugere que, como afirmou Foucault “administrar a população quer dizer administrá-la igualmente em profundidade, administrá-la com sutileza e administrá-la em detalhe” (2008: 142).

Vários autores incorporaram esta perspectiva de Foucault, de modo que os estudos do Estado ganharam importância nas ciências sociais. Alguns destes autores “pós-foucaultianos” têm advertido sobre as reificações das práticas estatais, por exemplo, na produção de sua representação nas formas visíveis do dia a dia como a linguagem legal, a arquitetura dos edifícios públicos, nos uniformes militares e ainda nos passos de fronteiras (MITCHELL, 2006, 171). O Estado como forma de governo se modifica a si mesmo o que dificulta sua apreensão ou a possibilidade de reconhecer os seus contornos. A ação do Estado, como

⁷ Foucault pesquisou as mudanças ocorridas nas ciências durante o século XVIII, com a formação de novos objetos de estudo que nortearam a biologia, a economia e a lingüística: a organização, o trabalho e o sistema flexional. Sendo estes os elementos irreduzíveis de cada ordem de saber, Foucault vai se debruçar posteriormente para o entendimento das práticas políticas que aparecem permeadas, particularmente, pela prática econômica dentro da razão do Estado. O que devemos enxergar, portanto, é a forma como se modificaram as relações das representações e especialmente o fim da representação como forma de fazer ciência: “Em todos os casos, a relação de representação consigo mesma e as relações de ordem que ela permite determinar fora de toda medida quantitativa possam agora por condições exteriores à própria representação na sua atualidade” (FOUCAULT, 2007b: 326).

poderia ser melhor definida e para evitar essencialismos ou substancialismos, determina aliás um complexo sistema de direitos, penalidades, prisões, sistemas de reabilitação, bibliotecas e escolas de leis o que dificultaria a distinção do que é exatamente o Estado. Os limites estariam colocados como efeito das ações, de modo que teríamos que contrapor o efeito à estrutura mesma que o produz. Novas instituições, novas regulamentações, novas formas disciplinares e novos dispositivos de segurança, i.e. analisar o estado como um “efeito estrutural” (MITCHELL, 2006: 180). A construção de “problemas” implica mudanças para atingi-los, seja eliminando-os ou diminuindo-os. Deste modo, criam-se concomitantemente novas instituições, ou ampliam-se as competências das existentes, na medida em que novos problemas são construídos.

Deste modo, as disciplinas cujo aparecimento foi percebido por Foucault na França no século XVIII, como o processo de individualização dos corpos e sua reorganização no tempo e no espaço, podem ser interpretadas como os aspectos da forma capitalista de organizar as relações de produção. Assim, por exemplo, a disciplina na fábrica teria introduzido, segundo Marx, a separação entre a labor mental e a labor manual na subsunção formal do trabalho. Embora, tanto a fábrica quanto o Estado são sistemas de poder disciplinar e são técnicas de produção. Ambos produzem o efeito de abstração fora da realidade, e entanto o Estado se produz a si mesmo, na fábrica o efeito de abstração adquire a forma, também inapreensível, de capital. Assim, capital e Estado podem ser vistos como aspectos de um processo de abstração comum e como formas particulares de poder. Deste modo, aquelas pessoas que se encontram fora de qualquer uma destas lógicas não realiza devidamente a produção, seja capitalista ou estatal. O fato de não estar atrelado às formas de produção e consumo capitalista, tanto da fábrica quanto da cidade, coloca aos moradores de rua fora da possibilidade de produção do Estado. Portanto, eles aparecem como uma manifestação da impossibilidade da abrangência total do Estado sobre os comportamentos das pessoas. É por isso que geralmente as relações de poder entre os moradores de rua e o Estado se apresentam de forma violenta.

A proposta radical de Veena Das e Deborah Poole (2004) é colocar-se imediatamente nas margens do Estado, afastar-se da sua forma administrativa e racionalizada. As margens devem ser enxergadas como uma efeito necessário do Estado; mas do que uma exceção as margens são um componente fundamental da lei. Os limites da lei, da disciplina e da segurança tem manifestações no território, de modo que o Estado sempre e necessariamente atua em um nível local, apesar da sua abstração e aparência de ordem. Deste modo, se vemos que existem várias formas da manifestação e do cálculo das possibilidades dentro da

administração, no caso do centro histórico de Bogotá a ação do Estado se desenvolve no local, em um território específico da cidade. Isto é, devemos ir sempre para o local e a partir daí ver os desdobramentos das ações do Estado, em toda sua densidade e amplitude, tentando enxergar a multiplicidade de mecanismos de controle, de instituições disciplinares e de leis envolvidas. Os estudos das margens do Estado, aqueles lugares da desordem e da instabilidade, mostram as exceções (mais do que os diálogos) na existência do Estado ao nível local, ou seja, como se vai configurando (mais do que negociando) por meio da resistência violenta. Para Das & Poole a violência e sua relação com as funções de ordem do Estado constituem a peça chave justamente nas margens dos comportamentos e das disciplinas. Já estas autoras se perguntam por outro tipo de divisão, que não interna mas externa, entre o *status ratio* e os *principia naturae*: “the margins we explore are simultaneously sites where nature can be imagined as wild and uncontrolled and where state is constantly refounding its modes of order and lawmaking” (2004: 8). As margens são essas zonas de desordem, onde a imposição estatal da biopolítica acontece geralmente de forma violenta. De que se trata esta passagem entre os *principia naturae* e o *status ratio*?

A extensão da margem também depende da densidade e do escopo investigativo. Assim, a margem pode dividir o centro da periferia e o legível do ilegível, i.e. as práticas que estão dentro de uma economia de deslocamentos, de falsificações e de interpretações. Ou a margem pode ser, como consideram estas autoras, os lugares entre o corpo, a lei e a disciplina, onde se realiza a produção de um corpo biopolítico, o lugar da verdadeira atividade de soberania do poder, onde o Estado pode tentar exercer controle e ordem sobre os indivíduos. A possibilidade de produção de uma população, da disciplina dos corpos individuais está em uma constante tensão com os comportamentos anti-disciplinares dos moradores de rua, cuja representação se encontra relacionada com o vício e a violência. Esta possibilidade de disciplina será, portanto, uma manifestação das relações de poder.

A todo momento, as ações do Estado, vistas tanto na lei quanto na norma, parecem visar a construção de sujeitos que se comportem de maneira homogênea, dentro da razão capitalista de produção e consumo através do processo de civilização. Embora, o que está colocado nesta dissertação é a forma como se administra aquilo construído como diverso, e sobre o qual recaem as ações do Estado que procuram essa mesma normalização. Isto é o que Foucault chamou de heterotopias, ou seja, essas praias vazias que envolvem o conhecimento, esses lugares reservados para indivíduos cujo comportamento é desviante em relação à média ou à norma exigida. Se para Foucault esses espaços correspondem com os asilos, as cárceres, as escolas e os batalhões do exército, configurados desde o século XVII como os locais de

disciplinamento dos comportamentos, no caso que vou apresentar trata-se de um espaço totalmente diferente. Não existia em *El Cartucho* uma muralha de isolamento, não havia lugar para o segredo e também não havia um espaço para disciplinar os comportamentos. Como lugar da anti-disciplina, este lugar do centro de Bogotá passou por uma série dispersa e articulada de relações de poder entre o Estado e seus moradores.

As relações que o Estado estabelece se manifestam tanto no monopólio da violência, mediante os agentes do aparato de controle e segurança quanto na provisão de educação e alimentação, dentro das rotinas burocráticas da vida moderna. Assim, as preocupações pela condição de saúde e as técnicas para o controle da doença fazem parte dos repertórios de ação do Estado, de modo que a produção de patologias transforma-se em uma importante técnica de poder. Junto com a patologia, a pedagogia que procura converter os corpos massificados em cidadãos empreendedores em posse de razão; pedagogia que segundo Das & Poole são específicas de cada gramática cultural. Os moradores de rua colocam em pauta a proposta de Das & Poole e desvendam ao mesmo tempo as inquietantes formas pelas quais o Estado se apresenta, na sua multiplicidade de dispositivos de segurança, de disciplinas, de normas e de leis.

Dentro das variadas formas de poder Das & Poole mencionam como os documentos apresentam o duplo signo da distância e da penetração do Estado na vida diária, das diversas formas de legibilidade e de ordem na vida cotidiana. Por outro lado, a documentação produzida pelo Estado vai fazer da população algo legível para o próprio Estado, o que produz não somente efeitos de poder mas efeitos de legibilidade. Assim, as autoras destacam a importância dos documentos anotando que:

What interest us here, however, is not how the state makes the population legible to itself but how these documents become embodied in forms of life through which ideas of subjects and citizens come to circulate among those who use these documents (DAS & POOLE, 2005: 16).

O antropólogo está facultado para observar a política não somente no poder legal, mas também mediante o corpo político, focando o interesse tanto nos micro-mecanismos quanto na multiplicidade de estratégias através dos quais o Estado procura construir a sociedade e, com isso, construir um tipo particular de sujeito. Para Aihwa Ong não basta com olhar para as formas de controle a través da polícia, ou da defesa da soberania do Estado a partir do exército. Existem outros mecanismos de controle das populações:

State management of the population thus requires different modalities of government, based on mechanisms of calculation, surveillance, control, and regulation that set the terms and are

constitutive of a domain of social existence. The different forms of regulation, of course, do not mean that states do not, now and again, here and there, resort to police and military action against their own people. (ONG, 2005b: 84-85)

Assim, o cálculo dos impactos das políticas e os censos que quantificam a diversidade dos comportamentos são instrumentos da ação do Estado que não implicam o uso da violência. Pelo contrario, este tipo de procedimentos de contagem fazem parte dos modos de produção dos sujeitos. Assim, poder-se-ia afirmar junto com Aihwa Ong (2005a) que o nosso entendimento das práticas estatais cotidianas ganharia em precisão e clareza se distinguíssemos entre o poder disciplinar – como as regras e regulações dirigidas à instalação da autodisciplina e da produtividade – do poder pastoral – que tem a ver com a existência biológica e social dos seres humanos. Assim, junto com os dispositivos de segurança veremos modificações no território urbano, um deslocamento do objeto da disciplina do corpo do morador de rua para o espaço da cidade. O Estado amplifica e diversifica as possibilidades de controle e de produção dos sujeitos, pois faz uso de todos os instrumentos acumulados. Seguindo a Foucault, poder-se-ia dizer que a ação do Estado se expressa nas leis, nas instituições normalizadoras e nos dispositivos de segurança. Amplificação tanto no grau como intensificação da ação, quanto na natureza daquilo que deve ser controlado: os corpos, os comportamentos e os espaços das cidades.

Uma das formas de enxergar as relações de poder entre as pessoas e o Estado é a través das manifestações e das práticas espetaculares: dispositivos midiáticos e a teatralização das ações da polícia e dos militares. Jean & John Comaroff (2004a, 2004b) estudaram o caso Sul-africano e observaram uma obsessão pela criminalidade e a desordem após o *apartheid*. Explicam como junto à imagem do cidadão exemplar, que é empreendedor e disciplinado, há uma contra-parte personificada no grande criminoso e no abjeto. Os *mass-midia*, por sua parte, imbricam o medo com o crime, promovendo com suas opiniões o aumento da polícia estatal e da segurança em geral. Junto com esta intensificação existe uma exaltação do criminoso que serve de base a uma metafísica da ordem e da nação como comunidade moral resguardada mediante a ação do Estado. A violência torna-se produtiva, pois no caso Sul-africano os crimes que usurpam a representação revelam os limites do Estado e justificam, aliás, o monopólio deste sobre os meios de coerção. Deste modo, os agentes do Estado invocam à violência, de forma direta ou mimética, para dar resposta aos acontecimentos não controlados, às vicissitudes à quais se enfrenta o Estado.

Os Comaroff vêem também a procura de uma moral coletiva nas representações que fazia o Estado dele mesmo nas suas manifestações cotidianas. Nessa moral, o mundo é

espantoso e a violência torna-se cada vez mais incontrolável, endêmica e ubíqua. Da mesma forma, é preciso indagar nos cenários locais, especialmente aqueles com uma história de relacionamento referida pelas disputas, onde é possível ver as transformações e reconfigurações dos discursos e práticas. É possível indagar também como se tem tecido no tempo as gramáticas sociais dentro de contextos sociais específicos, em particular aqueles inscritos nas zonas de conflito, nos quais as tensões entre os indivíduos e o Estado são evidentes. Nesta dissertação apresentarei o modo como o medo e a morte se imbricam para gerar uma imagem das zonas onde se localizam os moradores de rua. Deste modo, cria-se no espaço da cidade locais interditados sem necessidade do uso de muros ou de qualquer elemento de impedimento físico. Somente basta com a divulgação da imagem construída sobre os moradores de rua e os locais que eles utilizam. Isto cria, no final, uma configuração simbólica/espacial particular de alguns locais do centro histórico de Bogotá.

As reflexões dos autores sobre a ação do Estado apontam para o seu caráter fugidio e sua possibilidade de apreensão nas margens, nos locais de desordem, que são da mesma forma limites tão líquidos como as políticas de cada governo. No caso que estou estudando aparecem duas reflexões. A primeira, tem relação com a construção social do medo a partir da possibilidade de legibilidade do Estado. A segunda, com a necessidade de competitividade econômica internacional das metrópoles contemporâneas, onde cada elemento da cidade deve ser funcional. *La calle del Cartucho* e suas adjacências, caracterizadas reiterativamente como zonas degradadas do centro histórico da cidade de Bogotá, são o território alvo desta investigação. Tal região era e ainda é definida como a fonte de maldade e desordem; e o morador de rua do local evocava e evoca a pobreza extrema, a sujeira, a delinqüência, o vício, a degradação, o medo e o perigo. Este local específico da cidade bem como o processo que o instituiu como uma zona do medo está detalhado a seguir.

CAPITULO 2.

EL CARTUCHO: O PLANO DE DESTRUIÇÃO DA ZONA DA MORTE EM BOGOTÁ

O Centro Histórico de Bogotá é o arquivo arquitetônico da cidade, pois dentro de poucas ruas é possível achar as diversas formas como foi construída a cidade, desde a colonial até a contemporânea. Exemplo disto é o eixo do centro da cidade, a Plaza de Bolívar; nela se concentram os poderes da nação: a Catedral Primada, o Capitólio (sede do Senado), a Alcaldia Mayor (a Prefeitura) e o Palácio da Justiça. A Catedral, no lado oriental, é agora um imponente prédio neoclássico, cuja construção iniciou-se em 1570 e terminou com sua fachada de 1823; nesse mesmo lado da praça está o prédio mais antiga da cidade, o Cabildo Eclesiástico de 1618, assim como o Palácio Arcebispal de 1793. O Capitólio Nacional, no lado sul, é um gigantesco prédio cuja construção demorou quase 80 anos, iniciando em 1847 e finalizando em 1926; ainda, deste lado da praça ficava a sede da administração colonial. No lado ocidental está a Alcaldia, lote que antigamente era ocupado por uma galeria comercial, até que queimou nos inícios do séc. XIX; o lote foi doado para fazer a Alcaldia, cuja construção terminou em 1907. Finalmente, no lado norte da praça está o Palácio da Justiça, que foi destruído duas vezes no século XX: em 1948, no “Bogotazo”, e depois da sua tomada pelo movimento guerrilheiro M-19, quando foi incendiado pelo exército como “solução final”, no ano 1985; o novo Palácio foi inaugurado em 2004.

Em volta da Plaza de Bolívar estão os bairros mais antigo da cidade, iniciando por La Candelária, totalmente colonial com casas de taipa do séc. XVI e XVIII e onde se encontra uma capela que marca o local de fundação da cidade em 1538. O local que interessa nesta dissertação está ocupado hoje pelo Parque Terceiro Milênio (PTM), o antigo bairro Santa Inés, que fica a dois quarteirões da Plaza de Bolívar e do centro de poder. O bairro Santa Inés era, a inícios do séc. XX, uma área de grandes mansões e uso praticamente exclusivo das elites burocráticas da capital. A ambiência de paz e tranqüilidade até então característica do

local viu-se notadamente alterada quando, em 1948, um importante acontecimento político se sucedeu, abalando não só a região como, pode-se dizer, o país inteiro. No dia 9 de abril daquele ano foi assassinado publicamente perto da Plaza de Bolívar o líder do partido liberal, Jorge Eliecer Gaitán, o que desencadeou uma onda de destruição e morte, de sangue e fogo por toda a Bogotá.

A partir da revolta popular que atingiu o centro histórico da capital, chamada de “Bogotazo”, as elites decidiram fugir do bairro Santa Inês para o tranqüilo norte, deixando, assim, suas mansões inteiramente desabitadas. A população pobre, que vinha à cidade fazer negócios ou fugir de outros contextos tidos como violentos, não se furtaram em ocupar os prédios abandonados, de modo que, gradativamente, as mansões foram se transformando em albergues ou, como diriam os cariocas, foram se tornando em cortiços e cabeças de porco. Ao passo em que se desencadeavam as ocupações, as grandes casas passaram a ser utilizadas como locais de reciclagem de garrafas de vidro e ferro-velho, e a serem habitadas por inúmeros catadores de papel e moradores da rua. As atividades ilegais, por sua vez, não tardaram a florescer, de tal modo que o antigo e elegante bairro Santa Inês transformou-se, após décadas de um processo de degradação arquitetônica e social, naquilo que se convencionou chamar, entre os moradores de Bogotá, de *El Cartucho*. *El Cartucho* foi majoritariamente povoado até o ano 2005 por pessoas representadas como “descartáveis”, “ratas” ou “jíbaros”; é assim que a maior parte da sociedade costuma, ainda hoje, a se referir aos moradores de rua, aos ladrões e aos vendedores de entorpecentes respectivamente. Nesta dissertação vou apresentar o modo como foram construídos estes sujeitos e as diversas formas como a administração distrital agiu sobre eles. Assim, paulatinamente vai se concretizando a abjeção como o conjunto dos comportamentos não admitidos dentro das razões de Estado, que devem ser necessariamente mudados e que, portanto, não tem lugar nas utopias da cidade. O abjeto surge, no caso específico que estou estudando, como o verdadeiro “sujeito” da ação do Estado. São os abjetos aqueles que não podem ser mencionados, aqueles que vão encher os vazios das cidades contemporâneas, aqueles cujos hábitos de consumo não aparecem como adequados para a lógica da contabilidade monetária.

Durante as décadas de oitenta e noventa, *El Cartucho* foi considerado o local mais perigoso e apavorante da Colômbia. Conforme diversos relatos, lá se encontravam os maiores centros de venda de drogas, de armas ilegais e de prostituição da capital. Por essa razão, a área passou a ser qualificada como o lugar do mal e do medo em Bogotá. Dado, contudo, a sua posição no território da cidade, *El Cartucho* foi derrubado e transformado, a partir do ano 1998, no Parque Terceiro Milênio, em conformidade com o *Programa de Renovación Urbana*

para la recuperación del sector comprendido por los barrios San Bernardo y Santa Inés y sus zonas aledañas.

O processo de destruição/reconstrução do bairro Santa Inês, ou *El Cartucho*, local de moradia de aqueles descritos anteriormente como indesejáveis e abjetos, significou uma nova etapa na vida do centro histórico de Bogotá. Uma possível narração do processo é fornecida pela ampla cobertura jornalística durante os primeiros anos. Qual o caráter especial dos usos da linguagem em geral e da mídia em particular? Foucault nos fala de uma forma especial da função da linguagem judicial durante o século XIX no que diz respeito aos anormais que pode iluminar as condições de produção da linguagem contemporânea dentro da mídia:

Se trata de un discurso del miedo y un discurso de la moralización, un discurso infantil, cuya organización epistemológica íntegramente gobernada por el miedo y la moralización, no puede sino ser irrisoria, aun con respecto a la locura [...] ese lenguaje balbuceante que es el de la pericia funciona precisamente como el transmisor de los efectos de poder que son propios de la institución judicial y de la institución médica, a través de la descalificación de quien hace la unión. (FOUCAULT, 2007c: 43)

Ainda que o discurso da mídia se coloque em outra posição na produção de poder, ela positivamente produz um sujeito particular que deve ser controlado. Na França do século XIX a perícia judicial funcionava desqualificando mediante o uso de uma linguagem infantil, criando assim a possibilidade de julgar a vida e a morte desde o tribunal do júri. Na Colômbia nem a vadiagem nem a indigência são delitos cuja punição possa ir além da reclusão provisória, como poderá ser visto mais amplamente nesta dissertação quando apresente as diversas políticas públicas para os moradores de rua existentes na cidade de Bogotá. De modo que, a mídia engendra uma comunidade moral a partir da criação e consumo massivo dos seus discursos, das suas relações de verdade. Assim, através da mídia se apresentam as emoções que dão forma tanto aos estigmas quanto às formas particulares que o Estado adota para estas populações. Durante a destruição de *El Cartucho* o jornal *El Tiempo* criou uma “paisagem mediática” (PEREIRA e GOMES, 2001), cuja ação sobre a maioria dos consumidores e dos cidadãos foi de medo excessivo. Houve desta forma uma espetacularização tanto da ação do Estado quanto da reação destrutiva dos moradores de rua e outras pessoas que estavam sendo deslocadas. Mas também uma espetacularização dos efeitos emocionais desta estratégia da mídia sobre as pessoas, pelo seu caráter inerentemente estético, que veiculava diversas lógicas e formas de transformação, de repulsão ou de anseio. Se a psiquiatria se baseava no saber médico, a mídia apóia-se na verdade da testemunha, i.e., “estar ali” como fundamento de verdade e como mecanismo de construção da realidade. Neste caso, existe uma produção de saber/poder também nos discursos da imprensa; e nesses discursos também aparece

representado o Estado. Aliás, a *mass* mídia neste caso constrói e liga o medo com os moradores de rua. Assim, existe uma coincidência entre os discursos estimulados pelo Estado e pela mídia, não na sua natureza, mas na forma como eles constroem e produzem certo tipo de sujeito. Observados separadamente, ambos os discursos tem a capacidade de fazer circular uma imagem particular dos moradores de rua, descritos geralmente como perigosos, violentos, viciados e sujos. De modo que existe uma complementariedade entre as descrições que faz o Estado, sobre as quais deter-me-ei nesta dissertação, e as imagens da abjeção que veicula a imprensa. O ponto de apoio destas descrições da imprensa nesta pesquisa encontra-se nos artigos do jornal *El Tiempo*. Mediante esta série de artigos é possível reconstruir uma narrativa acerca da forma como foi destruído *El Cartucho*.

O início da transformação do bairro Santa Inês no Parque Terceiro Milênio foi marcado por uma revolta no mês de março de 1999, ante o anúncio do Alcalde Mayor Enrique Peñalosa de demolir as primeiras 28 casas em ruínas, dos 17 quarteirões projetados para serem destruídos. Por intervenção do Procurador Geral da Nação no governo distrital, as autoridades decidiram adiar a demolição. Um ano depois, em 2000, alguns dos líderes dos catadores de papel organizaram um novo protesto, cujas conseqüências foram 21 feridos por arma de fogo, além da apreensão de granadas e fuzis pela polícia. Àquela altura residiam no bairro 600 comerciantes, que afirmavam a indisposição de deixar suas casas. Durante o mês de agosto do ano 2000, destacaram-se nos jornais duas notícias: em primeiro lugar, uma denúncia feita pelos “indigentes” de que a “limpeza social”, como são chamados os esquadrões da morte e de vigilantes, teria atuado na região, uma vez que 20 mortos foram encontrados num *container* (caçamba) de lixo próximo aos limites do bairro Santa Inês; em segundo lugar, a demolição dos primeiros sete quarteirões dos programados para serem derrubados pelo *Programa de Renovación Urbana*. No mesmo, mês foi realizado um censo dos moradores de rua na cidade de Bogotá (cf. Idipron – DANE, 2004), que revelou a existência de 10.447 pessoas vivendo nessa condição. No mês de março de 2001, por fim, foi anunciada a demolição de 309 imóveis, restando tão-somente 115 para terminar a expropriação do bairro inteiro, no qual se calculavam a presença de aproximadamente 4.000 indigentes vivendo em *El Cartucho*.

Devido aos primeiros empreendimentos, muitos moradores da rua começaram a migrar para os bairros vizinhos, principalmente para Voto Nacional e San Bernardo, o que, evidentemente, gerou protestos enérgicos por parte dos moradores desses bairros. Esses moradores protestavam argumentando acerca da insegurança e dos roubos de bens públicos, tais como tampas de esgotos, cabos de energia, dutos de gás e contadores de energia e água.

No dia 7 de outubro de 2002, novamente *El Cartucho* estampou as primeiras páginas dos jornais colombianos, uma vez que foram lançados em direção do Palácio de Nariño, a residência do Presidente da República, dois *rockets* durante a cerimônia de posse do presidente Álvaro Uribe Vélez. Embora, eles caíram na calle del Cartucho, que ficava muito perto do local alvo do ataque. Isto produz uma revolta, durante a qual 14 pessoas foram mortas e 25 ficaram feridas, sendo que a quase totalidade deles era composta por moradores da rua. No dia 30 de outubro de 2003, caiu a última casa de *El Cartucho*, permanecendo até agora de pé apenas dois prédios, que não haviam sido expropriados pela administração: o Colégio de Santa Inês e o Instituto de Medicina Legal e Ciências Forenses (INMLCF). Os últimos dois mil moradores de rua que ainda não tinham deixado a área foram deslocados transitoriamente, no ano 2005, para o quarteirão onde antigamente funcionava o “Matadero Municipal” (o local que tinha sido destinado nos primórdios do século XX para matar os bois para consumo e comercialização). O Parque Terceiro Milênio, símbolo da recuperação de uma “zona de perigo” foi entregue na sua totalidade pelo Alcalde Mayor Luís Eduardo Garzón em meados do ano 2005.

O que interessa nesta dissertação é enxergar com profundidade a forma como este tipo de discurso pode ser produzido e aceito, para ir além dessa imagem de revolta e desordem que aparece dentro de *El Cartucho*. Deste modo, o discurso transmitido pela mídia vai aparecer paulatinamente nesta dissertação com a plenitude de seu conteúdo através da apresentação dos documentos produzidos pelo Estado. Nas cidades contemporâneas como Bogotá, não se trata unicamente de modificar a cidade segundo a imagem da água correndo límpida e sem qualquer esgoto ou sujeira, ou de obter uma sensação do ar batendo fresco e não contaminado pela poluição da fumaça industrial, como foi o intuito dos projetos haussmanianos do século XIX e que dominaram as formas de construir as cidades de América Latina durante o século XX. É também o ataque contra o que parece ser a anormalidade mais visceral, a quase animalidade ou o quase além-túmulo. É assim que o imaginário da sociedade bogotana via a presença incomoda dos “descartáveis” moradores de *El Cartucho*.

A idéia sanitária está aqui ligada aos comportamentos dos moradores de rua como índices e indicadores de um entorno insalubre, portanto, da sua redução enquanto população. Para Foucault, iniciou-se no século XVIII na França uma ruptura da ação econômica-política do governo: o surgimento da população. Com o surgimento das disciplinas como formas de condução, a população só pode ser pertinente em que há, ao mesmo tempo, uma multiplicidade e um fim, um objetivo e um destino, ou seja, a possibilidade de obter um resultado a partir da multiplicidade. Assim, a disciplina é um modo de individualização das

multiplicidades. Igualmente, a disciplina não vai tratar os indivíduos da multiplicidade isoladamente, não vai ser exercida em cada um dos corpos mas vai ser desenvolvida na multiplicidade dos corpos capazes de desempenhos enquanto corpos úteis ou com uma finalidade útil. Por isso, a disciplina deve agir na multiplicidade de indivíduos que devem conformar a população. Foucault explica qual é a diferença radical entre cada um dos níveis:

Vamos ter uma cesura absolutamente fundamental entre o nível pertinente à ação econômico-política do governo. E esse nível é o da população, e outro nível, que vai ser o da série, da multiplicidade dos indivíduos, nível esse que não vai ser pertinente, ou antes, só será pertinente na medida em que, administrado devidamente, mantido devidamente, incentivado devidamente, vai possibilitar o que se pretende obter no nível, este sim, pertinente [...] O objetivo final vai ser a população. A população é pertinente como objetivo, e os indivíduos, as séries de indivíduos, os grupos de indivíduos, a multiplicidade dos indivíduos, esta não vai ser pertinente como objetivo. Vai ser simplesmente pertinente como instrumento, intermédio ou condição para obter algo no nível da população. (FOUCAULT, 2008a: 55 e 66)

Trata-se, portanto, da devida administração destas multiplicidades como se fossem instrumento para atingir o nível da população, a partir do qual será possível atingir um objetivo, uma meta, e no caso analisado nesta dissertação, será possível materializar um projeto e um plano de transformação da cidade. Deste modo, a administração dos indivíduos é pertinente para alcançar o nível da população, a qual pode ser conduzida a um destino determinado.

As várias dimensões do saber/poder se expressam tanto nas disciplinas sobre a cidade quanto na administração territorial de uma população. Destarte, veremos a persistência e sofisticação das práticas de conhecimento sobre as populações por parte dos especialistas da administração pública, particularmente com o uso da cartografia como lente para discernir a localização de certos comportamentos na cidade de Bogotá. Existe, assim, uma série de percepções subjetivas que são medidas com os saberes e práticas das novas técnicas: o medo, a densidade de homicídios, a degradação arquitetônica, em fim, fenômenos descritos como “nocivos” que se devem regular e regulamentar. Deste modo, três conjuntos de saberes e práticas interligam-se para o governo da cidade: a criminologia, o trabalho social e o planejamento urbano. Veremos como se constrói cada uma dessas disciplinas a partir da ação que implicou a destruição de *El Cartucho* e a construção posterior do Parque Terceiro Milênio (PTM). O estudo não pretende fazer um percurso de cada uma destas disciplinas na Colômbia, mas ver sua atualização na ação, no diagnóstico e no projeto.

Devido ao *boom* do narcotráfico na Colômbia durante as décadas de 1980 e 1990 anos, a segurança foi destacada no âmbito urbano. O período corresponde particularmente aos anos em que aconteceram os múltiplos ataques do narcotraficante Pablo Escobar à cidade de

Bogotá, entre os que se destacaram o ônibus-bomba contra o Departamento Administrativo de Segurança (DAS) em dezembro de 1989 e o carro-bomba contra o *shopping* Centro 93 em abril de 1993, até a morte do “capo” em dezembro de 1993. Percebem-se dois movimentos simultâneos da violência na cidade. O estudo do ano 2000 elaborado pelo Centro de Estudos para o Desenvolvimento Econômico (CEDE, 2000) da Universidade de Los Andes para a Alcaldia apresenta essas cifras já consolidadas como se aprecia na **figura 2**, cuja elaboração baseou-se nas informações sobre as taxas de homicídios na cidade fornecidas pelo Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses (INMLCF). Neste gráfico, se observa inicialmente uma tendência ao aumento das taxas de homicídio no país e na cidade que foi de 1980 até 1990 e 1992; depois destes anos houve uma queda generalizada destas taxas, quando diminuíram primeiro as de Colômbia e depois as de Bogotá.

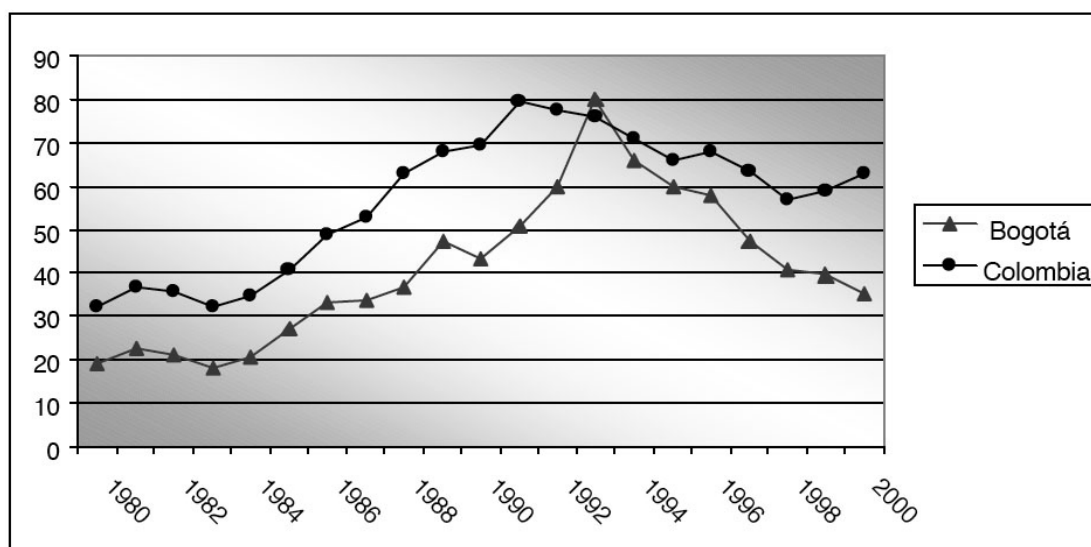


Figura 2. Curva da taxa de homicídio Bogotá e Colômbia 1980-2000. Fonte CEDE (2000).

Além desta queda generalizada das taxas de homicídio na cidade, percebe-se, a partir dos dados do INMCLF resgatados por Guillermo Segovia (1994), uma primeira mudança na distribuição dos homicídios na cidade durante este mesmo período de “declínio”. Para os anos 1992-1993, o tema da violência no centro de Bogotá em geral e em *El Cartucho* em particular não era evidente. O INMCLF reporta nos seus dados 5.612 mortes violentas na cidade de Bogotá entre julho de 1992 e junho de 1993, das quais 3.187 foram com arma de fogo. Na localização destes homicídios, a localidade de Antonio Nariño aparece como a mais violenta, com 1.036 mortes; segue a localidade de Los Mártires com 998, Ciudad Kennedy com 897, San Cristobal com 672 e finalmente Usaquén com 665. No início dos anos 1990, podemos dizer que a distribuição absoluta da morte violenta em Bogotá aparece na periferia da cidade.

Durante os anos anteriores ao início da destruição de El Cartucho ressaltaram alguns estudos que ligavam as mortes violentas com os moradores de rua na cidade de Bogotá, especialmente pesquisas sobre a chamada “limpeza social”. Carlos Rojas (2004), no seu trabalho “La violencia llamada ‘limpieza social’” afirma que este mecanismo no somente pretende “solucionar” o problema, mas preveni-lo: esta morte é uma lição para a sociedade sobre o conjunto de padrões de comportamento que se censuram em oposição àqueles que devem ser aceitos. No seu texto Rojas mostra o seu funcionamento:

en mayo de 1989, en inmediaciones del estadio El Campín, fue encontrado el cadáver de un niño de la calle con 3 impactos de bala en el estómago, uno en la cabeza y la boca sellada con el pegante que usaba para chupar (1994: 62).

As inscrições sobre o corpo são os sinais de advertência. A função pedagógica se realiza mediante as intervenções tanatológicas sobre o cadáver, como marcas que delimitam ou proíbem territórios, ou como advertências de tratos desfeitos. A tese de Lovisa Stannow (1996) sobre a limpeza social em Bogotá desenvolve uma descrição das diferentes mecânicas deste fenômeno:

En la primera dinámica, que describí como “semi-espontanea”, la violencia es llevada a cabo principalmente por policías en servicio, y a veces por guardias privados de seguridad. Estos ataques a menudo son perpetrados con el objeto de controlar el crimen o castigar a la gente de la calle que han fallado en cumplir sus “deberes” hacia los agentes del estado. En la segunda dinámica, que llamé violencia “mercenaria”, los perpetradores a menudo pertenecen a “escuadrones de la muerte” que reciben dinero y otros apoyos para llevar a cabo las “limpiezas”. Mientras que los verdaderos sicarios son usualmente ex-policías o guardias de seguridad y oficiales fuera de servicios, los principales instigadores son civiles, que incluyen negociantes, miembros de grupos cívicos llamados Juntas de Acción Comunal y elementos criminales (STANNOW, 1996: 74).

O baixo *status* e o desprezo com o qual se tratam as vítimas da “limpeza social”, que podem ser lidas como a “lama social” faz delas alvos fáceis. Sob isso apareciam as relações entre a legalidade e a ilegalidade dentro do comércio de drogas. Na sua tese, Stannow descreve como o policial atua como regulador entre o tráfico ilegal, a prostituição e as instituições do Estado. Existe igualmente uma relação entre os moradores de rua e a delinqüência, de modo que eles são manifestação da propagação de um mal dentro da cidade. Teresa Caldeira escreveu no ano 1996 que dentro da sociedade brasileira o mal era potencialmente infeccioso, o que facilitava sua propagação. O contágio do mal não é segundo Caldeira uma metáfora mas uma explicação social que justifica a violência do Estado y da polícia. O mal espalha-se rapidamente, sobretudo na cabeça dos jovens que se acham confundidos pelos entorpecentes, como o *crack* ou a maconha. Quando ataca este mal é

irreversível, a única solução é a eliminação ou a morte.

Ainda que as mortes violentas em Bogotá tenham começado a se concentrar cada vez mais no centro histórico, não por isso deixaram de ser tema de importância nas periferias urbanas. O importante aqui é ver quais foram as ações estatais concretas para administrar o homicídio em Bogotá. Se voltamos para o estudo do CEDE do ano 2000 vemos como o uso das taxas de homicídio foram apresentadas com maior impacto mediante um mapa com a distribuição por localidades (**figura 3**). Na lógica governamental as mortes violentas são sintoma de desordem social, é uma situação que deve ser modificada. A morte violenta é também sintoma da possibilidade de revolta, que deve ser a primeira questão que os governos e os Estados devem impedir ou, no caso contemporâneo em Bogotá, minimizar. A idéia da minimização, como modo de medição do impacto das políticas públicas, poderá observar-se ao longo desta dissertação. Igualmente, é preciso levar na conta que não existe um discurso oficial de eliminação das pessoas moradores de rua; o que se poderá apreciar constantemente é o discurso da diminuição e do cálculo das probabilidades de ocorrência do comportamento. Deve ser reduzida a possibilidade da existência daquilo fora de controle, daquilo fora da ordem. A queda das taxas de homicídio representava, portanto, uma melhoria das condições de segurança na cidade e, no entanto, o mapa elaborado pelos pesquisadores do CEDE a partir dos dados do INMLCF apresentam com maior clareza a distribuição e concentração destes homicídios dentro da cidade.

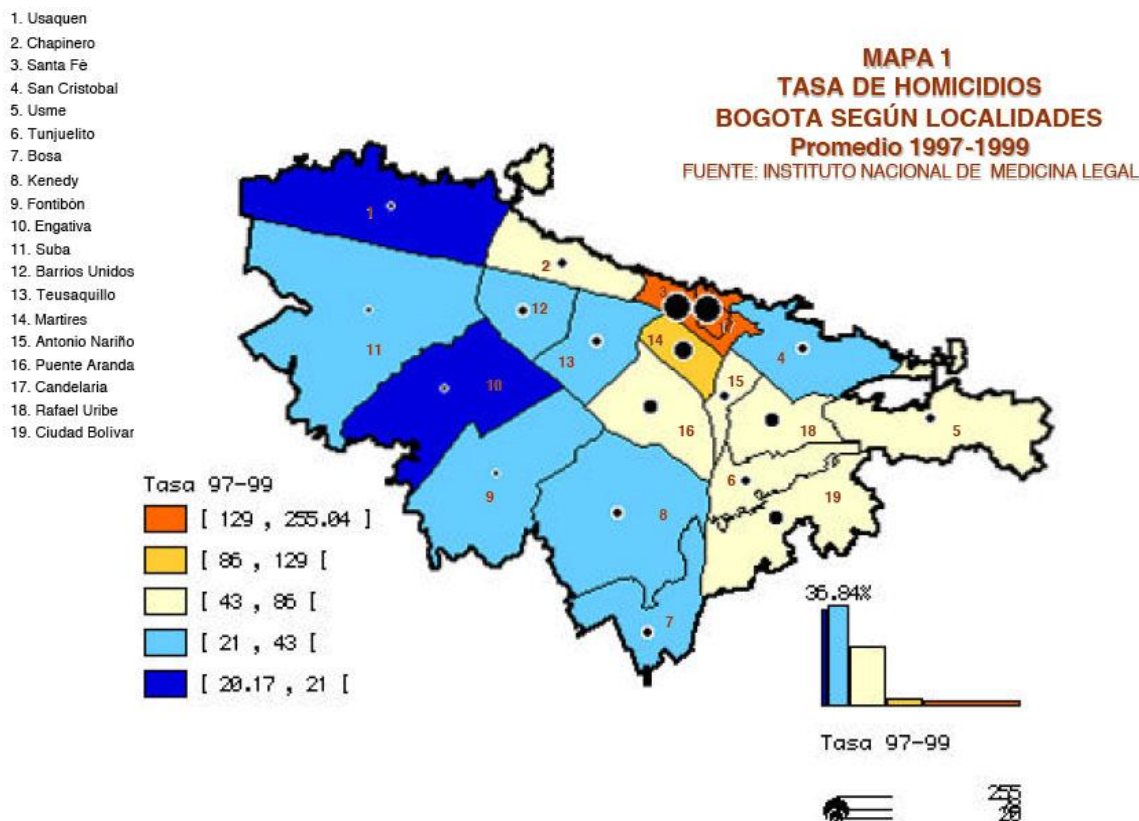


Figura 3. Mapa da concentração de homicídios em Bogotá 1997-1999 (Orientado leste-oeste).
Fonte: CEDE (2000).

A concentração do homicídio no centro histórico da cidade é parte da realidade construída a partir das cifras e que deve ter uma resposta por parte da administração distrital. No Plano de desenvolvimento econômico, social e de obras públicas para Santa Fé de Bogotá do Alcalde Enrique Peñalosa, conhecido como “Por la Bogotá que queremos”, aparecem como meta três grandes parques para o centro da cidade: o Parque Terceiro Milenio, a vizinha praça de San Victorino e o Parque Renascimento. Estes equipamentos urbanos achavam-se dentro da estratégia de Urbanismo e serviços cujo objetivo era “Ordenar el crecimiento de la ciudad para armonizar el proceso de urbanización y renovación urbana, propiciando soluciones de vivienda digna en ambientes amables”.

A política de segurança na cidade de Bogotá que visava atender essa realidade baseava-se não somente neste tipo de informações técnicas criminalísticas para a boa administração da cidade. Existem com efeito diagnósticos qualitativos, entre os quais se destaca o estudo da Câmara de Comercio de Bogotá (1997) *Habitantes de la calle. Un estudio sobre la calle de El Cartucho en Santa Fe de Bogotá*. Esta publicação coloca pela primeira vez o foco de atenção em uma zona particular da cidade, *El Cartucho*. Ali aparece a rua como hábitat de uma população caracterizada pelo hábito do consumo de drogas, o que coloca esses

indivíduos “por fuera del marco de la sociedad formal” (1997: 11). A população moradora de rua é localizada conceitualmente dentro do “ñerismo”, a “cultura da indigência”. A existência dos indigentes não é nada nova na cidade, e as instituições hospitalares para administrá-los aparecem já desde o século XVIII. O que percebemos de novo são as formas pelas quais o governo administra esta população e a sua representação e localização dentro da cidade. Como se verá mais adiante, antes do estudo da Câmara de Comércio houve uma tentativa de caracterização formal desta população a partir de um estudo piloto do Instituto distrital para a promoção da infância e a juventude (Idiprón) do ano 1996: *Estudio piloto del censo de las personas que han hecho de las calles de Santa Fé de Bogotá su hábitat*. Por enquanto, o estudo da Câmara de Comércio singulariza ao mesmo tempo em que concentra, em certa região da cidade a localização dos moradores de rua em Bogotá. Descreve-se assim *El Cartucho*:

la zona en su conjunto está identificada socialmente como refugio de población marginal: indigentes, ladrones, expendedores de drogas, travestidos, prostitutas y sus diversas formas de combinación [...] De alguna manera, El Cartucho sirve de punto de encuentro de los discriminados, los revaloriza socialmente y los libera del rechazo o del hostigamiento social. Es su territorio (CÁMARA DE COMERCIO DE BOGOTÁ, 1997: 24).

A indigência é definida igualmente, no documento, como fenômeno antigo, mas que foi agravado pelo narcotráfico e pelo enfraquecimento das estruturas internas de integração social, particularmente a família. A localização de *El Cartucho* neste estudo corresponde praticamente com o bairro Santa Inês e, portanto, com o futuro PTM; o ponto A no mapa (**figura 4**) corresponde com a Plaza de Bolívar:



Figura 4. Mapa da localização de *El Cartucho* segundo o estudo da Câmara de Comércio de Bogotá, 1997 (Orientado Norte-Sul, base Goglemaps2011).

Ressalta o documento os resultados dos transtornos mentais dos moradores de rua da cidade, a partir de uma amostra de 100 indivíduos. Esses transtornos foram determinados segundo os diagnósticos médicos do manual DSM IV, e mostraram em geral que estes indivíduos apresentam transtornos psiquiátricos de psicose gerada por consumo habitual de entorpecente. Igualmente, o estudo mostrou a prevalência dos dois transtornos por conduta perturbadora: o transtorno por déficit de atenção com hiperatividade e o transtorno anti-social da personalidade. Isto mostra o poder classificatório da psiquiatria, que atribui arbitrariamente graus de normalidade aos comportamentos, dependentes ou não de certas práticas de consumo. No entanto, as classificações psiquiátricas individualizam e colocam a “anormalidade” unicamente na esfera pessoal, sem levar na conta as biografias nem os entornos onde habitam os moradores de rua. Como a classificação psiquiátrica depende neste caso das formas de consumo, segundo este informe o uso de pasta de cocaína (*basuco*⁸ ou *crack*) pode potencializar todo o quadro sintomatológico. Finalmente, os transtornos somáticos gerados pelo uso de substâncias entorpecentes foram amnésia e ansiedade orgânica,

⁸ Nos documentos de diagnóstico e jornalísticos encontra-se as duas grafias: *basuco* ou *bazuco*.

além de doenças respiratórias e da pele. Os resultados são produto do “estilo de vida” do morador de *El Cartucho*, que

se presenta en condiciones de marginalidade en las que no es posible una higiene mínima, de manera que se aprende a convivir con las enfermedades infecciosas [...] Si las enfermedades son en su mayoría infecciosas, quiere decir que son contagiosas, es decir, transmisibles. Tal situación rebasa los límites de una problemática circunscrita al territorio de El Cartucho para configurar un problema médico y social de más amplia magnitud (CÁMARA DE COMERCIO DE BOGOTÁ, 1997: 112-113).

O que homogeneiza à população de *El Cartucho* é em definitiva o consumo de “basuco”, e por trás toda uma série de atividades ilícitas. O estudo estava acompanhado por fotografias entre as quais apresento aquela que acompanha o início do capítulo intitulado *Marco de referência (figura 5)*, e que tem como epígrafe a frase de um morador de rua: “*aqui todos andamos muertos, solo estamos esperando que nos entierren*”:



Figura 5. Fotografia do interior da *Calle del Cartucho* Fonte: Cámara de Comercio de Bogotá, 1997.

A imagem apresenta uma rua estreita e suja, com pessoas sentadas contra as paredes de velhas casas. Trata-se do comportamento e da situação corriqueiros neste setor da cidade. Sobre o tipo de problema aqui colocado cabe aprofundar na direção da representação que o Estado faz dos moradores de rua como forma de legibilidade de uma contra-conduta; de certa forma, a descrição do Estado da conta de determinados hábitos e formas de sociabilidade

determinados pelo consumo. Por fim, o documento resume o indivíduo, peça de ação do Estado dentro dos mecanismos disciplinares institucionais:

el estudio permitió identificar el perfil del futuro habitante de El Cartucho: niño, proveniente de familia pobre e incompleta, sin la presencia estable de un adulto que garantice la crianza adecuada. En su mayoría son originarios de fuera de Bogotá, presentan antecedentes de maltrato infantil, consumo temprano de sustancias psicoactivas y rápido contacto con redes sociales de barrios marginales, sin supervisión familiar (CÁMARA DE COMERCIO DE BOGOTÁ, 1997: 165).

Nas recomendações da interpretação das redes sociais dos moradores de *El Cartucho*, percebe-se que estas devem ser positivamente fortalecidas a partir de trabalhos com o próprio indivíduo, enfatizando a substituição mental e material do lazer que proporciona o *basuco*. Como é possível observar, trata-se de uma intervenção que pretende ir além do diagnóstico médico sobre o indivíduo, tentando atuar sobre o entorno social das pessoas moradores de rua, i.e., sobre as suas relações familiares e sociais. Amplia-se assim o campo de possibilidades de transformação da ação do Estado, de modo que aparece como uma prioridade a mudança da qualidade das relações que estabelecem os moradores de rua. Em outras palavras, neste caso o indivíduo não é tirado do ambiente, como acontecia quando estavam em vigor as leis que obrigavam ao isolamento das pessoas consideradas anormais. O Estado contemporâneo atua tanto sobre o indivíduo quanto sobre as suas redes de relações, de modo que finalmente procura-se mudar as relações de poder que estabelecem estas pessoas.

Previamente a este estudo da Câmara de Comércio de Bogotá de 1997, o Instituto Distrital para a Promoção da Infância e a Juventude (IDIPRON) realizou um antecedente deste tipo de estudo de diagnóstico social e de censo para população de rua. No ano 1996 o IDIPRON efetuou o *Estudio piloto del censo de las personas que han hecho de las calles de Santa Fé de Bogotá su hábitat*. Este estudo procurava acurar o conhecimento sobre os moradores de rua, tentando uma caracterização *in loco* como antes não tinha sido feita. Também estavam envolvidos na pesquisa o Instituto Distrital de Cultura e Turismo (IDCT) e a Universidad Nacional de Colômbia (UNAL). Enquanto problema do governo da cidade, era necessário ter este tipo de conhecimento qualitativo e quantitativo, que poderia desembocar no desenho de melhores e mais efetivas políticas públicas, o que efetivamente, ainda que de modo “inesperado”, aconteceu. Dentro da metodologia dessa pesquisa, ou seja, para a recuperação dos dados, precavia-se desde o início sobre o caráter potencialmente agressivo dos moradores de rua. Por isso, eram importantes as “qualidades sociais” do recenseador, que precisava ser habilidoso, esperto, malicioso, prudente e manhoso para obter a informação e preencher o questionário. Esta equipe estava composta por mais de 100 jovens entre 14 e 30

anos, antigos moradores de rua e que pertenciam ativamente ao programa de recuperação social do IDIPRON. Igualmente, consideraram-se as localizações dos “parches” mais conhecidos e os horários mais oportunos para a coleta dos dados, na noite e de madrugada. Assim, além das qualidades sociais, eram aproveitados os conhecimentos de sua vivência prévia, como os costumes e gíria do ambiente de rua. Este foi o modo como se preparou a contagem destes indivíduos, dentro da lógica dos dispositivos de segurança. Esta população começa a definir-se com mais clareza, que é a criação de uma realidade que deve ser gestada, gerida, diminuída e, eventualmente, eliminada. Assim, a criação e caracterização dessa multiplicidade de indivíduos como população é parte das formas de governo do Estado dentro dos planos administrativos distritais.

O estudo piloto centrou-se nas informações de idade, gênero, uso de substâncias entorpecentes, origem e redes familiares, dados imprescindíveis para o desenho do perfil dos indivíduos que compõem esta população, e assim formular políticas públicas mais adequadas para a prevenção do “abandono”. Assim, como já tinha anotado para o diagnóstico da Câmara de Comércio de Bogotá 1997, a proposta de intervenção amplifica a esfera da ação do Estado, do indivíduo para suas redes sociais. De início as categorias de idade consideraram as classificações próprias da rua, de modo que a idade das pessoas entrevistadas foi de sete até 40 anos, desconsiderando o detalhamento das faixas etárias acima desta idade. Assim, no texto vemos quais são as chaves de decodificação:

***EDAD:** en esta celda aparece un número entero entre 1 y 7, con la siguiente convención: 1 es Infante o sea un menor de 7 años; 2 es un Chinche, su edad está entre 8 y 11 años; 3 es un Mediano con edad entre 12 y 16 años; 4 es un Largo su edad está entre 17 y 21 años; 5 es un Adulto con edad entre 22 y 27 años; 6 es un Cucho con edad entre 28 y 39 años; 7 es un Viejo con edad superior a 40 años (IDIPRON, 1996).*

Aos moradores de rua achados pela equipe fizeram-se perguntas sobre: o tempo de vida na rua; as motivações para estar ali; parentesco e familiares; conformação do “parche”; escolaridade; vício; finalmente, classe de limitação física ou estado mental, avaliada subjetivamente pelo recenseador. Apesar dos jovens da instituição Idipron terem percorrido os principais “parches” da cidade, não penetraram a *El Cartucho*:

Por ser un sitio de difícil acceso, el Padre Javier de Nicolás realizó allí un conteo sin llenar el instrumento diseñado para el estudio piloto del censo, acompañado por ocho personas que valoraron categoría (edad) y sexo (IDIPRON, 1996).

Desta forma, apreciamos um primeiro vazio de informação, não pela impossibilidade técnica de execução da pesquisa, mas pela distância moral carregada de violência que se

estabelece entre esta “zona da morte” dentro do centro histórico da cidade de Bogotá e o resto da cidadania. Do total de moradores de rua recenseados na cidade, 4.515 no ano 1996, estimou-se que 674 estavam em *El Cartucho*. No entanto, uma caracterização desta população em geral poderia ser trasladada metonimicamente àquela parcela de moradores de rua que se achava em *El Cartucho*. Nos resultados destaca que a maioria da população de rua é masculina, em uma proporção de 5:1 com respeito às mulheres. Do total, 46,65% são adultos entre 22 e 39 anos de idade e 28,53% são jovens entre 12 e 21 anos. A partir dos dados proporcionados e das categorias por idade propostas pelo Idiprón, elaborei a seguinte gráfica (**figura 6**) para melhor visualizar as cifras:

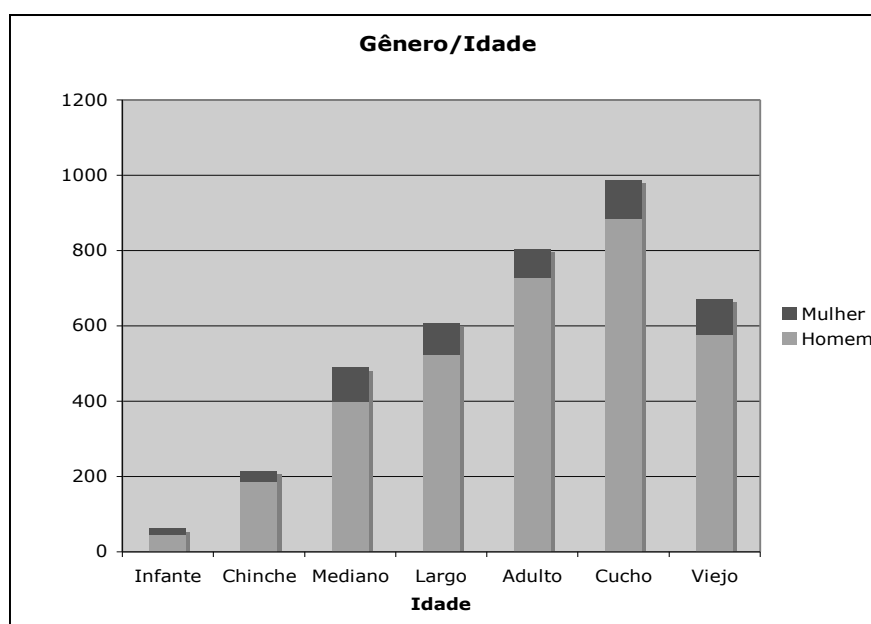


Figura 6. Gráfico de distribuição por idade moradores de rua em Bogotá, 1996. Elaborado com base em: Idiprón, 1996.

A metade (49,37%) tem mais de cinco anos morando na rua, porém há uma relação diretamente proporcional entre a idade da pessoa e o tempo que tem na rua. Na trajetória de vida destas pessoas na rua vemos ante todo que depois do trânsito da categoria de idade *mediano* para *largo*, duplicam-se as probabilidades de achar alguém morando por mais de cinco anos na rua. A partir daí, essa proporção aumenta continuamente, ou seja, aqueles que escolheram morar na rua desde que eram *medianos* não têm motivações para deixá-la. Também, é possível observar que desde muito jovens existem pessoas morando na rua, isto é, há probabilidades de que os infantes com mais de cinco anos na rua sejam filhos de moradores de rua. Na **tabela 2**, apresentam-se as relações entre o tempo de moradia na rua e a

idade dos indivíduos:

Tabela 2. Relação entre idade e tempo de moradia na rua. Fonte: Idipron, 1996

| | Infante | Chinche | Mediano | Largo | Adulto | Cucho | Viejo |
|---------|---------|---------|---------|-------|--------|-------|-------|
| 1 ano | 28 | 46 | 90 | 62 | 46 | 41 | 33 |
| 2 anos | 4 | 27 | 61 | 28 | 37 | 49 | 18 |
| 3 anos | 9 | 23 | 65 | 55 | 39 | 45 | 16 |
| 4 anos | 4 | 16 | 54 | 65 | 39 | 48 | 25 |
| 5 anos | 8 | 32 | 64 | 42 | 63 | 58 | 35 |
| >5 anos | 5 | 41 | 97 | 226 | 319 | 397 | 258 |

As motivações para deixar a casa e ir para a rua são variadas: problemas econômicos (23,4%), maus tratos, especialmente da família (23,11%), e uso de drogas (22,33%) foram as causas principais para sair de casa. Entre as pessoas que deram maus tratos destacam-se as figuras do pai, da mãe, do policial e do padrasto. O local original de moradia destes indivíduos eram os bairros pobres do centro-sul da cidade, como Las Cruces, Centro, Los Laches e Lucero. Outros provinham de localidades periféricas pobres como Bosa e Kennedy no sul, e San Cristobal no leste montanhoso da cidade. Os dados mostraram que 60% dos moradores de rua eram viciados a alguma droga; no momento da enquete 26,5% das pessoas estavam bêbadas e 28,85% estavam drogadas. Quase a metade (48,76%) da população consumia *basuco* (*crack*) e a maconha era consumida pelo terço, 38,95%. Existe também um “ciclo das drogas” que inicia no “pegante” (cola), consumido pelos menores de idade, sobretudo para o frio e para a fome, que é paulatinamente substituída pela maconha, primeiro, para chegar ao *basuco* e às bebidas alcoólicas ao final, como se aprecia na **figura 7**.

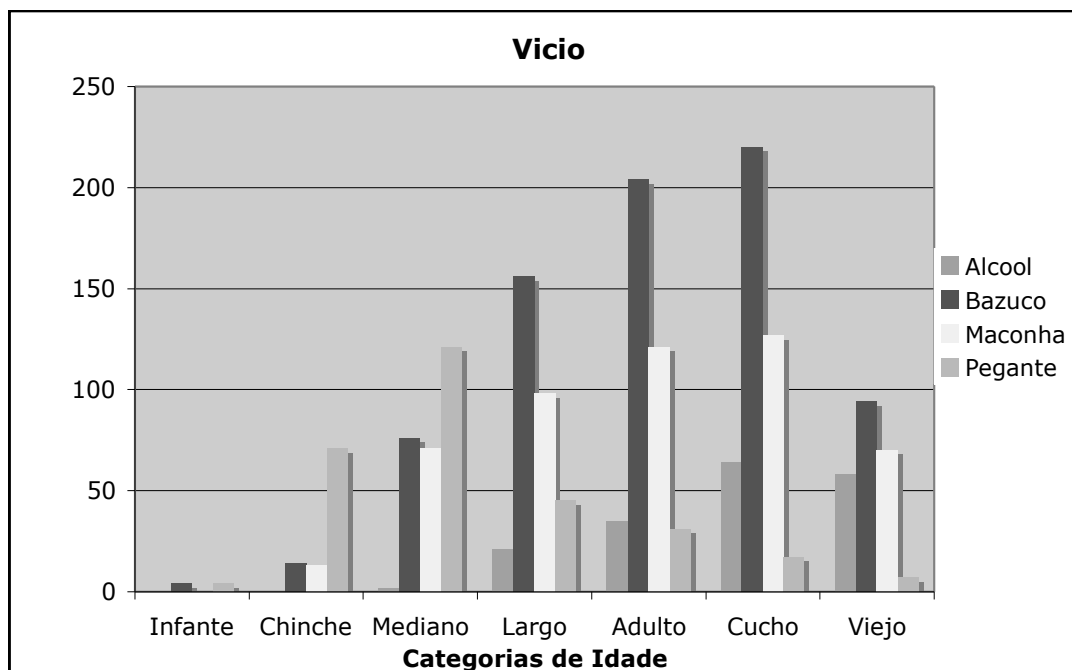


Figura 7. Gráfico da relação entre idade e consumo de drogas. Elaborado com base em: Idiprón, 1996.

O consumo destas drogas entre os adultos pode acontecer de maneira misturada, i.e. consomem ao mesmo tempo álcool e maconha ou álcool e *basuco*, por exemplo. O documento também assinala como uma grande proporção, 46,6%, já esteve nas ruas de outras cidades, destacando-se Cali e Medellín, seja como local de proveniência, seja como cidade de passagem. Cabe mencionar como não há alusão a perguntas acerca de possíveis detenções e estadias na cadeia, ainda que várias pesquisas posteriores tenham demonstrado este fenômeno. As respostas para este tipo de populações é múltipla; nesta pesquisa nos deteremos especialmente na forma em que as políticas públicas desenvolvidas a partir deste tipo e pesquisas foram executadas materialmente. Isto é, não precisamos nos deter nos planos ou projetos, melhor enxergar o que foi feito, as formas concretas das relações de poder que se estabeleceram.

A territorialização de *El Cartucho* completa-se com a imagem externa dele, sempre como alteração da normalidade, onde os sentimentos e emoções começam a ter lugar privilegiado. Trata-se do texto *Territorios del miedo en Santafé de Bogotá* do Observatório de Cultura Cidadã da Alcaldia Mayor de Santafé de Bogotá (1998), realizado no mesmo ano de aprovação do *Programa de Renovación Urbana para la recuperación del sector comprendido por los barrios San Bernardo y Santa Inés y sus zonas aledañas*. Na sua apresentação, a diretora do Instituto Colombiano de Antropologia elogia a intenção de desentranhar a lógica

dos medos urbanos, de rastreá-los em diversos bairros até a criação dos mapas do medo. O que aparece aqui é uma tecnologia da emoção, uma possibilidade de medição, e de certa forma de modificação. Primeiro o estudo usou uma base cartográfica de bairros da cidade, onde se exprimiam os *ranking* e códigos de perguntas fechadas sempre fazendo alusão ao medo. No estudo analisaram-se 900 entrevistas, realizadas com um conjunto de homens e mulheres de diversas localidades da cidade, de diversos estratos sócio-econômicos, de diversas idades, origens, ocupações e níveis educativos, tentando incorporar uma amostra que represente a diversidade da sociedade bogotana.

O que é o medo e o que causa o medo refere-se à esfera do indivíduo, restringe-se ao corporal, à possibilidade de dano pessoal, de agressão. Como indicou Rossana Reguillo (2000), o medo como emoção é um mecanismo de alarme, uma reação corporal a um acontecimento, mas como uma construção social. Isto é, que “las nociones y los modos de respuesta se *modalizan* en los territorios de la cultura, adquieren su especificidad por la mediación de la cultura” (2000, 189). O que interessa a esta autora é entender o medo como uma construção social e como parte do paradigma atual de risco e fragilidade constante dos Estados e dos corpos. A modalização do medo, a forma pela qual ele se efetiva na sua construção social, se dirige especificamente ao caos e ao estranho. O medo se converte assim em uma verdadeira força política e um eixo articulador de solidariedade que pode ser controlado pelo Estado. AMPLIAR No estudo de Reguillo, elaborado na cidade de México a partir de entrevistas a uma ampla faixa de cidadãos “representativos”, ela encontra três figuras que provocam medo na população: o narcotraficante, o militar e as figuras da abjeção, prostitutas e moradores de rua. Estes últimos, segundo os entrevistados deviam desaparecer ou ser aniquilados.

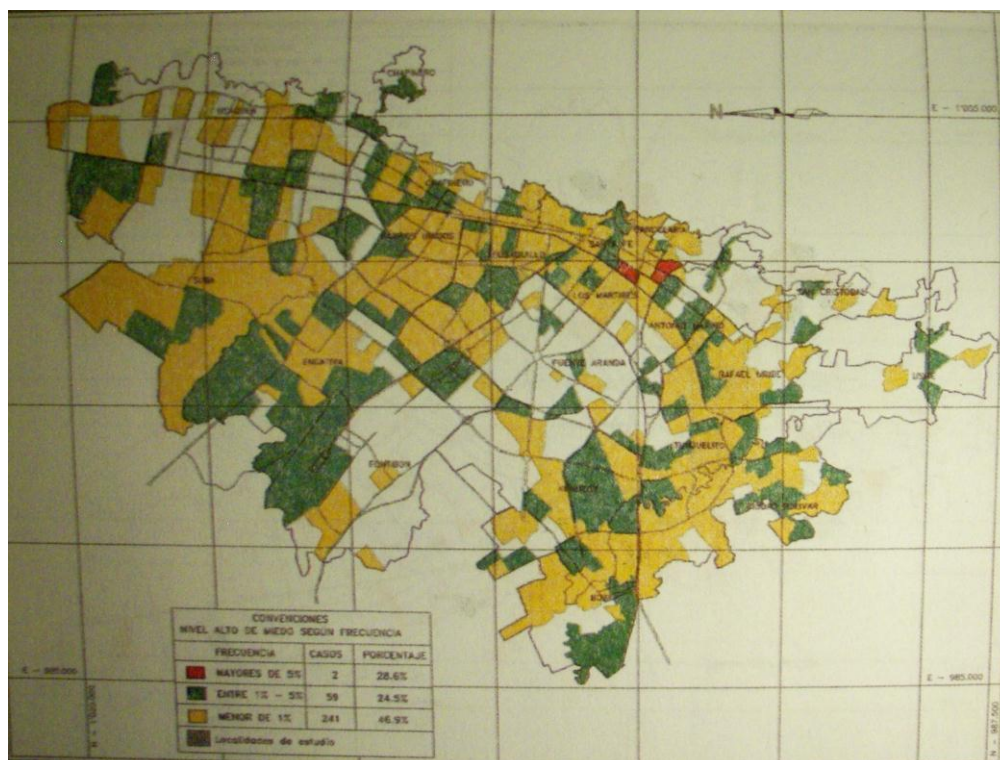
Assim como em cidade de México, neste tipo de “cultura” o morador de rua é um sujeito produtor de medo para os cidadãos de Bogotá. Em uma síntese nominal que diverge da utilizada no pesquisa de IDIPRON de 1996, este sujeito pode ser chamado de indigente, *ñero*, *gamin*, vagabundo, mendigo ou “descartável” pela cidadania. Alguns destes nomes vão ser usados recorrentemente, além de “morador de rua” para designar esta população. Suas características externas associam-se no imaginário dos habitantes de Bogotá à sujeira, levam farrapos, tem cicatrizes e deformações e estão armados. A atitude destes sujeitos e de agressão, de mendicância, de raiva e de ameaça. No imaginário da cidade *El Cartucho* aparece como o setor mais mencionado como produtor de medo. Podemos apreciar como nas genealogias do modo de socialização os diferentes desejos e medos dão forma às ações do Estado, e ainda, como a partir destes documentos o Estado dá uma ordem discursiva aos

comportamentos. O que interessa ver nesta pesquisa é a forma em que uma sensação, uma emoção é registrada e apresentada, como compartilha a forma de expressão cartográfica como modo de apreensão e compreensão.

O mapa final do medo da cidade coincide, primeiro, com o mapa da concentração das taxas de homicídio 1997-1999 do CEDE e depois, coincide com o local de intervenção urbanística segundo o Decreto 880 de 1998. Como sugere Amos Rapoport,

los límites de las zonas del crimen no están dibujadas en ningún mapa, pero los habitantes las conocen. Los mapas cognitivos de la percepción del crimen son los que afectan el comportamiento, puesto que coinciden con el espacio del comportamiento y sus barreras (RAPOPORT, 1978: 151).

Os limites desta zona de medo, como se vê no seguinte mapa (**figura 8**), eram três grandes avenidas que se encontram no centro da cidade, a Avenida Caracas, a Avenida Sétima e a Avenida Sexta. Transpor estas barreiras fixas implicava adentrar-se no mundo do medo e do terror, do incontrolável e do caótico.



**Figura 8. Mapa síntese do imaginário do medo em Bogotá (Orientado leste-oeste).
Fonte: Câmara de Comercio de Bogotá, 1998.**

Neste mapa os tons cinza mais escuros indicam os locais da cidade onde a imaginação dos cidadãos entrevistados coloca a maior carga de medo. Os locais em preto no centro

histórico da cidade correspondem exatamente com o bairro Santa Inês/*El Cartucho* e o bairro Las Cruces. Os diversos estudos sobre os moradores de rua preenchem o espaço da cidade simbolicamente de múltiplas formas, como podemos enxergar apreciando as diferentes cartografias. Percebe-se um ponto em comum, legitimado pelas diversas técnicas de apreensão da realidade como problema. Em certa medida, coloca-se um estigma a partir da construção de um saber, caracteriza-se, identifica-se, diagnostica-se. Além disso, territorializa-se de modo a atuar dentro dos parâmetros de uma geopolítica, de uma especulação imobiliária e de um resgate do espaço público. O estigma aqui não pode ser visto como uma mera construção social, mas como parte da política de transformação da cidade. A historicidade das ações do Estado deveriam ficar à margem de outros processos não legítimos de controle e disciplina dos indivíduos. Se durante a época anterior à renovação urbana houve uma proliferação dos comandos da morte sob o nome de “limpeza social”, caber-se-ia perguntar se não foram parte das “técnicas sub-reptícias” de concentração no centro histórico desta população. As respostas dirigir-se-iam para uma análise diferente, onde a representação do Estado não coincide com a imagem que tem algumas populações dele. A prova e o achado dão passo à descrição do mais visível, i.e. a destruição dos locais da morte mediante os planos de renovação urbana como políticas de segurança na cidade de Bogotá.

A proposta a partir de Foucault seria olhar para a administração da morte violenta, do homicídio na cidade de Bogotá, em um setor particular da cidade. O importante aqui não é tanto as causas, como lembra Foucault, mas a possibilidade de historicidade, de ver uma série de mudanças, ou tão somente uma transformação, i.e. a sensação de câmbio e instabilidade, um descontinuidade. Durante o ano que antecedeu o início da construção do Parque Terceiro Milênio (PTM), houve um movimento de concentração e confluência de três fenômenos que são detidamente observados e administrados mediante a ação do Estado. Em um mesmo local, integram-se semanticamente os moradores de rua, a concentração do homicídio e o local do medo na cidade.

O centro histórico da cidade se apresenta como um local dinâmico, tanto pelo diagnóstico, que diz respeito à distribuição espacial de certo tipo de hábitos que não são considerados normais nem dentro das normas. E também pela forma como o governo da cidade, ou a administração, afetou paulatinamente os índices de segurança mediante a destruição do habitat dos moradores de rua, que como veremos sintetizado no Decreto 880, concentrava-se também no centro da cidade e foram os primeiros atingidos pelas demolições. O núcleo da maior densidade de mortes da cidade, assim como da população de moradores de rua, foi destruído, mas isso levou a identificar, dentro dos programas por vir, uma tríplice

identidade. Os dois primeiros indicadores espaciais foram a densidade do homicídio e a presença de moradores de rua. A estes se juntam os diagnósticos de degradação arquitetônica, localizados também no centro histórico. A solução que se impõe é a da substituição do local degradado pelo Parque Terceiro Milênio. Deste modo, as três disciplinas que se configuram como saberes e práticas para a administração da cidade, criminologia, trabalho social e planejamento urbano, concordam e parecem agir coordenadamente para atingir o objetivo positivo: o aumento de “sensação de segurança” no centro histórico da cidade. Como vimos este “problema” urbano mereceu um amplo diagnóstico e uma resposta efetiva do governo, que foi o Programa de Renovação Urbana do centro histórico de Bogotá que ainda está em curso.

Para poder entender o funcionamento das políticas públicas e especialmente do Programa de Renovação Urbana devemos também remeter-nos à legislação em dois sentidos, como ordem máxima de discurso e como representação do Estado. A lei como ordem máxima dada segundo a sintaxe cultural, i.e. a lógica dos binário excludentes, do sim e do não, da possibilidade e da impossibilidade. Assim, a lei proibindo e permitindo determina um sistema de punição que não é outra coisa que uma mudança de estado. Melhor dizendo, um ingresso, uma incorporação e uma inclusão dentro do Estado mediante a legibilidade. Esta legibilidade, este colocar dentro da ordem do Estado um fenômeno ou um acontecimento se da efetivamente com a lei. Neste caso, a lei é projetiva, de modo que não trabalha tão somente no acontecimento mas na gestão da sua mudança. A projeção como correlato da prevenção insere a cidade em um vasto programa de transformação que visa uma mudança radical no centro histórico de Bogotá. O ponto de partida das projeções e representações legais é o Decreto 880 de 1998 pelo qual se adota o *Programa de renovação urbana para os bairros San Bernardo e Santa Inés*. Estes bairros são descritos sucintamente como deteriorados física e socialmente. À deteriorização generalizada determina-se necessário o rearranjo do setor para promover seu desenvolvimento em curto prazo. O Decreto 880 sintetiza a localização na cidade da população de moradores de rua, que são representados socialmente como indo de encontro com idéias de sociabilidade e de consumo estabelecidas de tipo empresarial-contratual:

Se asignó tratamiento especial de Renovación Urbana al sector comprendido por los barrios de San Bernardo y Santa Inés y su área de influencia.

Que dentro de la zona se encuentran sectores en un proceso avanzado de deterioro físico y social por lo que se hace necesario su reordenamiento con la especificación de normas para promover su desarrollo a corto plazo.

Que el programa hace parte de la operación urbana de intervenciones para mejorar la imagen del centro de la ciudad (DECRETO 880, 1998)

Ao deterioro contínuo a resposta está na reordenação, e neste caso, a busca de lucro faz com que as metas sejam colocadas a curto prazo. O processo leva o nome de *gentrification*, no qual camadas endinheiradas da sociedade reclamam de novo e para si os antigos espaços e bairros nobres da cidade, que tem sido “invadidos” pelos pobres ao longo dos anos. Procura-se com o programa intervir para melhorar a imagem da cidade mediante esta operação urbana. A chave desta intervenção, deste *lifting* na face da cidade é, segundo estipulado pelo Decreto 880, o PTM. Poder-se-ia chamar de *lifting* enquanto, como observarei em outro documento, a cristalização do projeto aparece como uma limpeza no coração da cidade. Ao mesmo tempo, sendo uma intervenção localizada e focalizada, poder-se-ia dizer que funciona como uma “acupuntura”. Neste sentido, a remoção dos moradores de rua aparece como a possibilidade da abertura dos fluxos e das energias estagnadas e bloqueadas. Ou seja que existe um ponto nevrálgico no centro da cidade cuja intervenção e transformação, que resulta em uma inversão do significado dentro da semântica da cidade, dá como resultado a abertura do centro histórico de Bogotá em uma direção determinada. Para especificar mais o local onde deve ser efetivada esta “acupuntura” urbanística, o documento acrescenta as ruas que circunscrevem a política de renovação:

Por el Norte: Con la calle 17.

Por el Sur: Con la Avenida de la Hortúa (Avenida 1).

Por el oriente: Con la Carrera 10.

Por el occidente: Carrera 17, desde la calle 17 hasta la calle 6A, siguiendo por ésta hasta la carrera 18, por donde sigue hasta la Avenida de la Hortúa (DECRETO 880, 1998).

A intervenção compreende, portanto, a totalidade dos bairros Voto Nacional, San Victorino, La Capuchina, La Estanzuela, El Guavio, Santa Inês, San Bernardo, e o costado oriental dos bairros El Progreso e Eduardo Santos (**figura 9**). Isto dá ao projeto de renovação as vantagens da localização e as potencialidades urbanísticas do centro da cidade, e das iniciativas do investimento privado e público que revitalizará a dinâmica do setor. É preciso aclarar que a zona que este Decreto delimita inclui também infraestrutura de hospitais como o Santa Clara, a Misericórdia, Nossa Senhora das Dores, o Instituto San Bernardo de la Salle e o Neuropsiquiátrico. Também tem prédios do Estado como o Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses (INMLCF), o Comando da Polícia Metropolitana, a Direção de Recrutamento do Exército Nacional e, por fim, a Igreja do Voto Nacional:



Figura 9. Mapa da localização da área de renovação urbana do centro histórico de Bogotá segundo o Decreto 880 de 1998 4 (Orientado Norte-Sul, base Goglemaps2011).

Dois argumentos conjugam-se para delinear a intervenção, que consistiu em uma derrubada massiva de prédios. O documento expressa que as “condições atuais” impedem de se levar a cabo um tombamento prédio por prédio, portanto, a intervenção deve ser no conjunto. Ao mesmo tempo, o Decreto 880 expressa que:

El estado de deterioro en el cual se encuentran algunos edificios, al igual que la amenaza de ruina de otros, degradan la calidad del sector, a ello se agrega la falta de un espacio público adecuado, así como la ausencia de plazas y parques suficientes que impiden el desarrollo y mantenimiento del sector (DECRETO 880, 1998).

Nesta argumentação aparece o encadeamento da ruína e o espaço público, i.e. por um lado, da propriedade privada que se encontra “fora de uso”, ou pelo menos fora dos circuitos legais de mercado e, pelo outro, a carência de um local de trânsito e lazer. As ruínas são por definição objetos degradados, que já perderam as formas do seu uso original; as ruínas são também representação do caótico e dos princípios da natureza que tomam conta das obras do

homem. O espaço público, neste caso o parque, pelo contrário, é a substituição dos princípios da natureza pela racionalidade. No parque dispõem-se certos elementos, não com o fim de mimetizar a natureza, mas para demonstrar a imposição de uma ordem nela. As primeiras imposições de parques e jardins no século XVIII tinham como intuito trazer uma ordem divina dentro do caos da natureza. Era a manifestação da mão do homem capaz de arranjar aquilo que se apresentava como despido de civilização. Na concepção dos parques intervinham saberes como a engenharia hidráulica e a paisagística, de modo que era também uma forma de disciplinar o espaço, de colocar cada elemento no lugar correto (RICKWERT, 2004). A construção do parque como projeto que substitui a ruína aparece como a ordem impondo-se sobre o degradado, como aconteceu no caso da destruição de *El Cartucho*. Pela primeira vez é mencionado em um documento distrital a possibilidade de substituir o bairro deteriorado, que ameaça ruir, por um parque. Acentuam-se, assim, as características do lugar, como parte da face negativa que deve ser tirada da cidade.

algunos sectores de la zona presentan un alto índice de concentración de indigentes y hay presencia de otras actividades como el comercio de drogas y otras formas de actividades ilícitas de sectores de la población que hasta el momento no han sido atendidas (DECRETO 880, 1998).

O Decreto 880 coloca, desse modo, aos indigentes, que encarnam o vício e o mal da cidade, como o busílis para atingir a transformação desejada. Iguamente coloca-se ao morador de rua como o habitante dessa ruína, de modo que se esclarece a correspondência entre os comportamentos destas pessoas com o hábitat dentro da cidade. Mais uma relação entre a ruína, a presença de moradores de rua e as atividades ilícitas, especialmente o comércio de drogas. *El Cartucho* representava nesse momento a degradação física e moral do narcotráfico no país i.e. de um determinado circuito de trocas que não passa pela contabilidade do Estado. A ilegalidade atribuída a eles não é tirada das representações dos moradores de rua como vimos começaram a ser construídas no Censo piloto de 1996, onde se concluiu ainda que a maioria destas pessoas se dedicam exclusivamente a catar lixo para reciclagem. Ou seja, há uma confusão entre as atividades econômicas que se desenrolavam em *El Cartucho* e o valor moral destas trocas. Com o mencionado documento, começa a se colocar limites à legalidade do comércio, e a imagem do morador de rua é aqui central, já que como vimos, dentro da construção desta população é de suma a importância o consumo de entorpecentes como característica do hábito dos moradores de rua e, portanto, a ligação deles com os mercados ilícitos para obter o *basuco*. Por outro lado, o local aparece como um enorme vazio, apesar da presença constatada de pelo menos 674 moradores de rua segundo o

Censo piloto de 1996:

Las grandes áreas desocupadas, mal empleadas y deterioradas, son aprovechables para la intervención a gran escala en proyectos que generen un impacto positivo con la facultad de recuperar el valor del centro, articulándolo con el resto de la ciudad a través de los sistemas de transporte masivo (DECRETO 880, 1998).

O documento faz também uma exposição, junto com a presença deste “vazio administrativo”, da importância da recuperação da zona, em termos dos valores simbólicos que ela carrega:

Dado el valor histórico del sector, representado en la influencia para la ciudad durante distintas épocas, se hace necesaria su recuperación con una intervención que no solo impida su deterioro, sino que plantee un desarrollo urbanístico que lo adecúe a las potencialidades del sector y las necesidades de la ciudad (DECRETO 880, 1998).

Contraditoriamente, a forma pela qual está projetada a recuperação histórica do setor e mediante a destruição de antigos prédios, como aqueles do bairro Santa Inês, *El Cartucho*, de modo que nada do que está construído neste bairro pode ser aproveitável. Assim, o próprio bairro é “descartável”. Os moradores de rua, por estar fora dos circuitos de consumo da razão econômica e do Estado não parecem ser necessários, embora, são um “problema” que deve ser minimizado. O descartável, por outro lado, aparece discursivamente como algo transitório que pode ser dispensado da sociedade. De modo que a idéia da máxima transitoriedade é daquilo que passa sem deixar secuelas ou marcas. No entanto, o projeto de destruição de *El Cartucho* deixou uma profunda marca no centro histórico da cidade: um vazio urbano na forma de parque de concreto. Um dos objetivos da política de renovação é devolver ao centro da cidade o sentido simbólico como patrimônio cultural, social e econômico. As políticas sobre as populações, como mostrarei nesta pesquisa, atinge diretamente o local que os moradores de rua ocupam, pelas contradições entre o estilo de vida destes indivíduos com uma norma que estimula o comportamento empreendedor e civilizado, conforme o já estabelecido no Decreto 880. Finalmente, devido à existência declarada de um mercado ilegal e da presença de moradores de rua na cidade, a proposta contempla um componente social,

[...] orientado a la atención de las personas en más alto grado de emergencia social, en condiciones de indigencia, drogadicción, enfermedad, niños, mujeres y ancianos, que por sus particulares características necesitan de una intervención asistencial (DECRETO 880, 1998).

São estas pessoas, representadas dentro das políticas públicas e de assistência social como aditas às drogas, doentias e indigentes que devem ser tiradas para a recuperação do

centro da cidade. Devemos deter-nos para observar os efeitos da destruição do bairro Santa Inês no território da cidade de Bogotá. Se estivermos na procura do dispositivo de segurança, aquele que impede a revolta, aparecerão algumas informações acerca da administração da violência na cidade de Bogotá. Depois de compreender a tríplice identidade gerada desde o saber/poder sobre o local, i.e. altas taxas de homicídio focalizadas em zonas da cidade, degradação arquitetônica generalizada numa vizinhança e presença constante de consumidores habituais de entorpecentes, i.e. moradores de rua, a síntese é o sentimento de medo frente ao lugar.

O Decreto 880 marca uma diferença dentro das políticas públicas de rua na cidade de Bogotá. Uma ruptura, por exemplo, frente a outro tipo de modelos de controle que apareciam dentro da legislação colombiana que especificavam qual o diagnóstico e o tratamento do mendigo. É notório o Decreto 1.136 de 1970 do Presidente da República que assinala:

Artículo 1: El que en lugar público o abierto al público ejerza la mendicidad será recluido en asilo, hospital, clínica u otro establecimiento público adecuado o se le prestará la asistencia necesaria en su domicilio, si lo tiene, o en consulta externa, siempre que siendo física o síquicamente inhábil para trabajar, no posea medios propios de subsistencia ni persona obligada y capaz de prestárselos (DECRETO 1.136 de 1970).

À mendicidade que se prática em lugar público se contrapõem os moradores de rua que se concentram nas ruínas. A disposição dispersa requeria da policia médica, ou qualquer tipo de policiamento, enquanto que o disposição concentrada requer uma forma de controle diferente. Para 1970 a condição de mendicidade estava fortemente ligada com a idéia da incapacidade para o trabalho e o sustento próprio, idéias que ainda se mantêm. No entanto, a reclusão aparece como o modelo apropriado para o tratamento destas pessoas. As políticas de isolamento e afastamento dos moradores de rua dos locais públicos parecem não ter mudado, apesar da sua punição ser inexecutável a partir de Sentencia da Corte Constitucional de 2006. O morador de rua devia ser conduzido até a inspeção de polícia para depois fazer o diagnóstico e a necessária intervenção médico-legal. Vemos, portanto, a inscrição e a persistência da disciplina psiquiátrica nas relações de poder que estabelecem as ações de Estado. A reclusão como parte do mecanismo disciplinar para normalizar, como foi descrito por Foucault para os séculos XVIII e XIX na França, foi usada também durante todo o processo de renovação urbana no centro histórico da cidade. Junto com esta forma de administração das populações, se percebe uma mudança nas positivities e na forma de gerir os indivíduos, agora aglomerados e caracterizados dentro de uma população a partir do Decreto 880. O Decreto 1.136 de 1970 continua a descrição. A vadiagem está definida pela

incapacidade de possuir os médios mínimos de subsistência, pois a pessoa é incapaz física e mentalmente. Já no caso específico dos doentes mentais, toxicômanos e alcoólatras sua punição estará de acordo com seus comportamentos perante outras pessoas:

Artículo 4: Al que perturbe la tranquilidad pública, como consecuencia de estado de intoxicación crónica producida por el alcohol, o por enfermedad mental, o por consumo de estupefacientes o de alucinógenos, se le someterá a tratamiento médico con o sin internación en clínica, casa de reposo u hospital hasta obtener su curación o su rehabilitación (DECRETO 1.136 de 1970).

O intuito medicalizador, que conta com uma infraestrutura de hospitais, clínicas e “frenocomios”, adverte que essas medidas de atenção devem ser permanentes, para o tratamento destas pessoas. Elas devem ser reabilitadas mediante reclusão em hospitais, até que a junta médica avalie tanto sua condição inicial de doente mental ou físico como sua possibilidade de recuperação e liberação hospitalar

Existe, no entanto, e segundo vimos nas formas de atenção ao morador de rua, outra mudança, já não na forma em que este é representado, mas na forma pela qual o problema dos moradores de rua vai ser atendido pelo Distrito. Passamos da disciplina sobre o indivíduo desordeiro, com reclusão e eventual liberação, para a gestão de uma população e o controle sobre o território. Isto representa uma mudança nas positivities e na forma de criação e produção do Estado. Embora, como bem lembra-nos Foucault, uma mudança deste tipo não implica a substituição dos antigos mecanismos de disciplina e de poder soberano sobre o território. Assim, o Conselho distrital promulgou o Acuerdo Distrital 13 de 1995 pelo qual se criou o *Programa Integral de Protección y Seguridad Social a los Indigentes de la ciudad de Santa Fe de Bogotá* e onde se denomina indigente: “*a los ancianos y limitados físicos abandonados, adultos y menores desprotegidos (niño de la calle, infractor o contraventor); mendigos y enfermos mentales callejeros*” (ACUERDO 13 de 1995).

A criação deste Programa atrelado institucionalmente implica uma nova forma de identificação desta população, que não passa necessariamente pela inabilidade ou pela perturbação do ambiente. Mudanças nas descrições entre aquelas pessoas que se pretende sejam atendidas no Programa e as identificadas no trabalho de campo. Identificação destes sujeitos, segundo este Acuerdo é competência do Departamento Administrativo de Bem-estar Social (DABS). Mediante o Decreto 897 de 1995, se fez efetivo o Acuerdo 13 de 1995 e criou-se o *Programa Integral de Protección y Seguridad Social a los Indigentes de la ciudad de Santa Fe de Bogotá*. Ali, o governo distrital estipulou que era da sua competência a atenção de pessoas moradoras de rua entre 22 e 45 anos, ficando os menores de idade como

responsabilidade do Instituto Colombiano de Bem-estar Familiar (ICBF). O escopo social do programa distrital, comparado com o revogado Decreto Presidencial de 1970, representa uma mudança na terminologia empregada, e também no tipo de assistência prestada pelo Estado. O objetivo do programa distrital prescrito no Decreto 897, vigente na atualidade, é:

reducir los procesos de exclusión social y deterioro personal de la población que de manera permanente vive en la calle y establece con ella una relación de pertenencia e identidad y realiza actividades de supervivencia (DECRETO 897, 1995).

Exclusão e deterioro pessoal, os argumentos estrutural e individual aparecem concomitantemente nestas normas. Vemos também uma mudança da “reclusão” para a “redução da exclusão” como objetivos da Lei e dos programas que ela cria. Inclui-se a identidade e pertença com a rua, como se fosse uma relação orgânica entre as pessoas e o meio ambiente onde moram. Complementa-se com a descrição sucinta das dificuldades que este ambiente da rua cria nas pessoas, as quais se vêem constantemente em perigo e risco. Assim, em uma virada discursiva, o morador de rua é considerado agora parte de uma população além de um indivíduo. Por isso, segundo as normas, o morador de rua deve ser partícipe dos processos de criação de políticas que os afetem, em um aparente afastamento daquele intuito médico que implicava ser portador de doenças. Ou seja, há agora uma suposta relação de interioridade entre a norma e o morador de rua, enquanto existe a possibilidade da sua participação na formulação de políticas. É suposta a relação, pois, como vimos anteriormente, os moradores de rua não possuíam as qualidades mentais nem o domínio de si necessários para contribuir no seu próprio tratamento. Foi em cumprimento destas leis que se realizou o Censo piloto de 1996, que acabamos de expor, como parte das linhas de base para a estruturação de políticas para moradores de rua na cidade. Lembremos então que segundo o estudo de 1996 de Idipron 60% dos moradores de rua eram viciados a alguma droga e que quase estão habitualmente drogados (majoritariamente com *basuco*) e/ou bêbados.

Os projetos que estão incluídos neste Programa de 1995 têm como alternativa de integração do morador de rua à sociedade o “médio aberto”, para não usar o isolamento como forma privilegiada de tratamento. Assim, o dispositivo de segurança para os moradores de rua na cidade de Bogotá trabalharam *in loco*, dentro do habitat mesmo dos moradores de rua, i.e., privilegiadamente em *El Cartucho*. Para atingir este objetivo, evitando a internação como mecanismo disciplinar, houve uma integração de entidades em diversos níveis de governo, estatais e distritais. A competência de cada nível técnico-administrativo, segundo o Decreto 897 de 1995, dependia da idade do indivíduo; porém, os problemas de saúde mental são

sempre responsabilidade da Secretaria Distrital de Saúde. Isto por que qualquer entidade da Secretaria deve prestar atenção de graça e obrigatória para os indigentes, segundo o Acordo 16 de 1991 de Concejo de Bogotá. De modo que o morador de rua é considerado um doente mental:

DABS: Menores de (8) años, adulto mayor de veintidós (22) años, y ancianos funcionales.

IDIPRON: Jóvenes entre ocho (8) y veintidós (22) años.

SECRETARÍA DE SALUD. Ancianos terminales y discapacitados (DECRETO 897, 1995).

A quantidade de indivíduos que o Censo apresentou com doenças mentais e dependência somática de drogas implicava a necessidade da intervenção das entidades de saúde, além da assistência social de tipo pastoral. Criou-se mediante o mesmo Decreto um Comitê Distrital para coordenar e fazer seguimento a este programa. Já na conformação deste comitê patenteia-se as relações entre a segurança e as políticas públicas médicas e assistenciais para os moradores de rua em Bogotá:

El (La) Concejero (a) Social de la Alcaldía Mayor

El (La) Concejero (a) para la Seguridad Ciudadana

El (La) Secretario (a) de Gobierno

El (La) Secretario (a) de Salud

El (La) Director (a) del DABS

El (La) Director (a) IDIPRON

Este programa contemplava “acercamientos”, ou seja, a aproximação dos funcionários para a atenção na rua, particularmente atenção médica transitória como avaliações a fim de aferir e acompanhar condições de saúde dos moradores de rua. Esse processo não incluía medicalização obrigatória, como as inoculações da varíola descritas por Foucault na França em meados do século XVIII; pelo contrario, na Bogotá de finais do século XX, os indivíduos eram atraídos pela oferta de banho, corte de cabelo e unhas, de refeição quente, de roupas limpas e de tratamento odontológico, i.e. era um convite à participação voluntária na avaliação médica. Apresentam-se mudanças entre as descrições do Foucault e a nossa, especialmente na falta de medicalização compulsória. Deste modo, a partir do Censo de 1996 se soube quais eram as pessoas que careciam de moradia na cidade; elas contavam com o direito de acesso subsidiado ao Sistema Geral de Segurança Social em Saúde (SGSSS) estabelecido a partir de 1993. Durante os “acercamientos” estes sujeitos eram avaliados por um corpo médico para permitir seu eventual ingresso a granjas de reabilitação dependendo do critério do especialista. Segundo a norma, estes ambientes terão efeitos “eminente terapêuticos” nos indigentes.

Finalmente, o Decreto 630 de 1998, ratifica a responsabilidade do Departamento Administrativo de Bem-estar Social (DABS) na identificação da população indigente da cidade de Bogotá segundo guias do Ministério da Saúde. No seu artigo 257, a Lei 100 de 1993 delimitava e especificava como serviços sociais complementares um “programa de auxílios” para anciãos indigentes. O critério desta identificação era “carecer de rentas o de ingresos suficientes para su subsistencia, o encontrarse en condiciones de extrema pobreza o indigencia” (Ley 100 de 1993, artículo 257). Já o Decreto 630 de 1998 acrescentou que esta população devia reunir outra condição: “población considerada indigente por carecer de vivienda e ingresos”. Ali se especifica que e os indigentes são beneficiários automáticos dos subsídios para saúde.

Se os decretos e leis especificam umas formas de ação do Estado, vemos também que estas se apresentam de uma forma especial nas sociedades contemporâneas. Jean e John Comaroff (2004) chamam a atenção sobre a forma espetacular como se apresenta o Estado, como irrompe ele na cotidianidade. Se Foucault descreveu a forma como o poder do soberano no século XIV e na era clássica manifestava-se sobre a vida mediante as torturas públicas (FOUCAULT, 2007a), neste caso o Estado se apresenta como administrador de corpos, como entidade que homogeneiza e higieniza. Assim, continua a idéia de ortopedia dos comportamentos. Após de quase um ano e meio do início das demolições que deram passo ao PTM, o jornal *El Tiempo* descreve como foram as ações massivas do Estado sobre os corpos, em termos de limpeza, troca de vestuário e presente de “quentinhas decentes”:

Para lograr que los habitantes de El Cartucho estuvieran limpios y peluqueados, la Policía organizó una jornada de salud. El Cuerpo de bomberos llevó una de las mangueras para echar agua como una regadera, desde el balcón interno de un tercer piso de una edificación, en la calle 9. Por ese baño pasaron niños, madres, ancianos y jovencitas de El Cartucho. Varios de ellos pudieron así lavarse el hollín y la mugre pegada de 30 y más días. Seguidamente les dieron una muda de ropa: camisa, pantalón, zapatos y saco. Varios de los habitantes pasó a recibir el desayuno gratuito ofrecido: tamal, chocolate o aguadepanela. Los habitantes de El Cartucho durante los tres días, también tendrán almuerzo y comida gratis. Así transcurrió el primer día de fiesta, dedicada a la higiene y la salud (El Tiempo, 16 de setiembre 2000).

A ação espetacular que reflete e informa o Estado impressiona pela aparente abundância, pelo exagero dos gestos, das medidas. A água é administrada com jatos, em forma massiva e agressiva, pois não é dada “intimidade” aos moradores de rua. Assim, a cisão dos espaços segundo a nova ordem que configurava a esfera do corpo nu como a mais íntima, que deve ser mantida alheia aos olhares é impedida aqui. Cria-se de forma passageira uma ruptura da cotidianidade e uma homogeneização instantânea dos corpos. No final, a

intervenção é registrada como uma festa, uma comemoração da normalidade, ou do mundo de fartura que é oferecido ao morador de rua. É desta forma que, em uma múltipla estratégia de administração da cidade, foram se configurando os “cárceres abertos” nestas cidades contemporâneas, onde se acham os “párias urbanos”, lugar da desordem que está sempre sob estrita vigilância estatal. Lugares onde se concretiza o medo à desestruturação do conhecido e à contaminação.

Vemos como o Estado concretizou na ordem do discurso mediante leis projetivas a possibilidade de transformação do local do medo da cidade, sem deixar de fazer uso de outras formas de controle sobre o que é considerado desordeiro. Esse projeto foi levado a cabo, inaugurando desta forma um modo diferente de mudar os comportamentos das pessoas mediante a destruição do hábitat. A destruição de *El Cartucho* foi uma realidade que implicou a emergência de uma série de eventualidades que deviam ser administradas. A seguir veremos como foi esse processo de destruição e normalização do espaço da cidade, como foi a concretização da cidade projetada.

Neste capítulo apresentei a forma como foi construído *El Cartucho* como “problema” e como eventualidade que devia ser administrada mediante a ação estatal. Várias disciplinas, saberes e práticas confluíram para esta construção. Inicialmente, a identificação dos comportamentos das pessoas que usufruíram deste local da cidade mediante os censos e os diagnósticos elaborados pela administração distrital. *El Cartucho* foi caracterizado como o local onde se reuniam os moradores de rua e onde a atividade comercial girava em torno do comércio ilegal de entorpecentes. Deste modo, uma forma de consumo relacionou-se com um comportamento particular, equacionando-se dentro das descrições o vício e a degenerescência com a presença de moradores de rua. O local também foi definido e delimitado com precisão dentro do espaço da cidade, ainda como “local aberto”. Em *El Cartucho* se desenvolvia a maioria das atividades ilegais da cidade e teve subseqüentemente duas identificações: como o local do medo e como o local da morte. Os resultados dos diagnósticos de segurança iam ao encontro da síntese elaborada pelo jornal *El Tiempo*, que veiculava a tripla identificação entre morador de rua, violência e vício.

Como resposta à criação de um problema específico, i.e., de um comportamento encarnado no morador de rua que é descrito como vicioso e violento, e que também pode ser localizado com exatidão no espaço da cidade, houve a projeção da sua administração. O projeto colocava discursivamente o comportamento anormal ou desviado em uma categoria particular, pois a pesar da possibilidade de legibilidade do anormal que permitiam os diagnósticos, o discurso projetivo estabelecia uma relação metonímica entre o morador de rua

e seu habitat, *El Cartucho*. Tanto o morador de rua quanto o local são degenerados: o um é vicioso e o outro é ruinoso, sendo ambos ameaças para a ordem da cidade. Assim, o projeto contemplou a destruição do local. Deste modo operou-se uma dupla ação: de deslocamento da população e de disciplinamento do espaço. O deslocamento dos moradores de rua não implicava necessariamente sua remoção total e definitiva do espaço da cidade, i.e., não se tratava de uma política de reclusão mas de controle dos movimentos; não foi uma eliminação mas uma condução. Por outro lado, projetou-se a disciplina do espaço mediante a construção do Parque Terceiro Milênio. No capítulo a seguir apresentarei o modo como foi efetivado este projeto e a forma em que o centro histórico da cidade de Bogotá foi disciplinado.

CAPITULO 3.

METAMORFOSE URBANA: O PARQUE TERCEIRO MILÊNIO

O duplo “problema” da presença de moradores de rua no centro da cidade e do local da morte e do medo materializado em *El Cartucho*, identificado a partir de uma série de mecanismos e de estratégias que foram ao mesmo tempo diagnóstico e intervenção, devia ser administrado tendo como intuito a possibilidade de incrementar a sensação de segurança e a capacidade de investimento. Assim, era necessário incorporar uma zona da cidade aos circuitos de mercado legal estabelecidos desde a razão do Estado. Neste capítulo mostrarei como foi levada a cabo essa incorporação, mediante a transformação do centro histórico de Bogotá, em um processo que poderia ser descrito como disciplinar.

Durante o período posterior a emissão do Decreto 880, e já iniciadas as obras de demolição das primeiras casas de *El Cartucho* para a construção do PTM, foi constituída a Empresa de Renovação Urbana (ERU) mediante o Acordo 33 de 1999 e depois foi promulgado o Plano de Ordenamento Territorial (POT) para a cidade de Bogotá, mediante o Decreto 619 do ano 2000, assinado pelo Prefeito Enrique Peñalosa. Deter-me-ei especialmente no POT, pois este Plano foi a concretização legal e projetiva dos pressupostos contidos no Decreto 880 para a renovação do centro histórico da cidade de Bogotá. Dos seus oito objetivos iniciais, que lhe dão uma direção determinada no campo discursivo, destaco os seguintes resgatando aliás algumas das suas especificações:

4. OBJETIVO ECONÓMICO

Organizar el territorio, aprovechando sus ventajas comparativas para lograr una mayor competitividad, para lo cual se adoptan las siguientes políticas de largo plazo:

a. Ofrecer espacios para la localización racional del comercio, la industria y los servicios y promover Centros Empresariales del ámbito internacional.

[...]

e. Jerarquizar los corredores comerciales de la ciudad y fortalecer las centralidades urbanas para aumentar la capacidad de soporte de nuevas actividades económicas generadoras de empleo.

f. Mejorar las condiciones físicas y ambientales del espacio público con miras a elevar la calidad de vida.

g. Ampliar la oferta turística con base en los atractivos físicos y ambientales de la ciudad y fortalecer el turismo ciudadano (DECRETO 619, 2000).

Prevê-se neste objetivo um uso do território segundo, não tanto uma razão de Estado, uma *status ratio*, como uma racionalidade da localização dentro de uma teia composta por centros e corredores que os vinculam. Em torno destes espaços de fluxo e concentração se projetam os espaços públicos passíveis de melhoria, em que direção? Na direção da atração turística e do investimento internacional. O objetivo descreve uma disposição da circulação da economia dentro da cidade, marcando funcionalmente cada um dos espaços.

5. OBJETIVO SOCIAL

Promover la equidad territorial para garantizar la oferta de bienes y servicios urbanos a todos los ciudadanos, para lo cual se adoptan las siguientes políticas de largo plazo:

a. Disminuir los factores que generan pobreza urbana.

b. Priorizar la inversión pública en la atención de necesidades de las zonas que alberguen los grupos más vulnerables (DECRETO 619, 2000).

Na cidade social a pobreza é passível de manipulação e de diminuição mediante estratégias que atingem uma série de fatores, isto é, a pobreza é externa à natureza do indivíduo de modo que sua mudança não pode ser direta, mas dispersa e inominável. O princípio norteador do POT é a equidade, mas que é a equidade? No texto a equidade depende da inversão pública, de modo que aparece como um princípio dotado de sentido pelo Estado. A redução da pobreza é concomitante a atenção direta, não sobre os indivíduos, mas sobre as zonas que os albergam. Finalmente, apresento o objetivo físico que se constitui em uma das funções do POT, junto com a preservação ambiental e aquífera da “Sabana de Bogotá”.

6. OBJETIVO FÍSICO

Orientar y concentrar la acción de gobierno, la inversión pública y las actuaciones particulares hacia la consecución de los fines de sostenibilidad ambiental, equidad social, eficiencia económica y convivencia social, relacionados con el reordenamiento del territorio, para lo cual se adoptan las siguientes políticas de largo plazo:

a. Espacializar las decisiones de ordenamiento y articularlas a la programación de la inversión pública.

b. Planificar integralmente el desarrollo urbano superando la normativa urbanística como único instrumento guía de la construcción del territorio.

c. Recuperar la dimensión de lo público, como guía principal en la construcción de la ciudad, asegurando su apropiación por parte de los ciudadanos.

d. Definir los patrones de distribución de la población en el territorio y prever las acciones para su adecuada habilitación y equipamiento.

[...]

g. Adelantar proyectos de renovación y de aprovechamiento de los vacíos existentes en el suelo urbano, para generar vivienda, infraestructura y equipamientos conducentes a revitalizar la ciudad construida.

h. Asegurar la preservación del patrimonio construido para que sea posible su disfrute como bien cultural.

i. Consolidar la estructura urbana existente, protegiendo las áreas residenciales y

privilegiando el barrio como unidad social básica (DECRETO 619, 2000).

Deter-me-ei neste objetivo, não só pela extensão, mas pela sua capacidade de colocar em uma ordem discursiva particular, com uma linguagem específica e por uma razão explícita de economia como forma de gestão do território urbano. Assim, uma série de fins coexistem no projeto futuro; este se acha fundado na inversão programada. Aliás, percebe-se um paradoxo necessário dentro desta razão econômica: “Planificar integralmente el desarrollo urbano superando la normatividad urbanística como único instrumento guía de la construcción del territorio”. O POT propõe, portanto, a sua própria e constante superação, de modo que coloca a ação como princípio da sua manifestação e a mudança como uma das suas virtudes. A razão de intervenção no espaço é determinada pela “oportunidade”, que parece ser o vetor geral deste Plano. O POT indica assim sua natureza flexível,

Las intervenciones del plan en una zona tienen objetivos precisos que deben iluminar el tipo de proyectos a realizar y permiten identificar áreas de oportunidad para el desarrollo de proyectos por parte del sector privado. Este conjunto de acciones forma operaciones estructurantes que son la base de gestión del presente Plan (DECRETO 619, 2000).

Embora seja manifesto o caráter mutável do POT, como Plano provisório, aberto e incompleto, que necessita estar em constante revisão e avaliação, ele próprio estabelece o princípio da sua transformação. O Estado como forma particular de governamentalidade, observa Foucault, não se encontra por necessidade atrelado a nenhuma lei particular:

aqui não se trata de impor uma lei aos homens, trata-se de dispor das coisas. Isto é, de utilizar táticas, muito mais que leis, ou utilizar ao máximo as leis como táticas; agir de modo que, por um certo número de meios esta ou aquela finalidade possa ser alcançada. (FOUCAULT, 2008a, 132)

O POT é uma manifestação dessa idéia da disposição, da colocação correta e racional de cada um dos elementos da cidade, de acordo com os princípios de fluidez e de aproveitamento econômico dos espaços. É mediante a lei, como mecanismo de arranjo e como ordem máxima do discurso, que é possível projetar uma determinada forma urbana. Na cidade física tencionada no POT aparecem os três elementos que se encontravam presentes na cidade econômica – centralidades/corredores/espaço público – são especificados. Assim, o espaço público é o local de realização do cidadão, o que nos coloca na questão dos atributos da cidadania e, portanto, de uma discursividade potencialmente excludente. A exclusão é realizada a partir da omissão, de nomeação de repúdio máximo no campo do desejo: o vazio. Em contraposição aos vazios aquilo que representa o ideal de unidade social básica da cidade,

o bairro. De modo que, nesta ordem que se impõe após da execução do projeto modelado no Decreto 880 de 1998, aquilo que se apresenta no território da cidade como vazio é uma positividade na forma de oportunidade para a concentração das ações do governo e a inversão pública e provada.

A cidade pode ser vista assim como um arquipélago de enclaves, cada qual com sua provisão de equipamentos. Entre estas áreas modernizadas, as centralidades, aparece uma outra cidade, aquela conformada nos espaços intersticiais e de fluxo, aquilo que pode ser descrito como informe, aquilo que ocupa uma terra considerada de ninguém. Entre os edifícios ultra-modernos com fachada de cristal dos grandes centros financeiros, ou sob os altos viadutos que circundam a cidade, aparecem fenômenos que se reproduzem incessantemente pelo mundo, como os trens e metrô superlotados, os camelôs ocupando as calçadas e os sem-teto acampando debaixo dos viadutos ou nos bairros abandonados, nessas terras de ninguém. As invasões dos prédios vazios parecem ser uma manifestação moderna da entropia generalizada, aquilo oposto ao progresso: o informal, o clandestino e o efêmero.

Para o filósofo paulista Nelson Brissac Peixoto (2003) é preciso olhar para os princípios da integração global, na qual às cidades cumprem um papel estratégico de aglomeração econômica. As funções econômicas das metrópoles contemporâneas são concentradas em núcleos que constituem novas relações entre seus componentes. Constituem-se assim grandes espaços internacionalizados no coração da cidade; uma das conseqüências desta fixação do capital para permitir seu fluxo é a reurbanização e reconstrução a grande escala de áreas esquecidas, com baixa ocupação ou enchida de marginais, como *El Cartucho*. Portanto, existe uma apropriação dos espaços públicos, uma verticalização intensiva e uma criação de complexos com infra-estrutura autônoma nas áreas degradadas. Contrapõe-se à ruína a possibilidade de criação de espaços novos: passa-se do vazio para a possibilidade de máximo aproveitamento econômica do solo. No caso de *El Cartucho* o projeto procurava, pelo contrário, concretizar esse vazio criado discursivamente mediante a construção do vazio materializado no PTM. Tudo isto implicou uma necessária e evidente privatização do espaço urbano nos novos projetos desenvolvidos com empreendimentos privados internacionais, que fragmenta o tecido urbano e o antigo traçado da cidade. O constituição da cidade é por si mesma a possibilidade de neutralização e cristalização dos conflitos, ao tempo que sua manifestação mais expressiva nos tempos atuais. Assim, a geografia urbana é alterada, tornando-se uma topologia da cidade marcada não tanto pelas distâncias mas pela acessibilidade.

Os processos de reconstrução e revitalização parecem ter como correlato a anulação do

investimento em um momento anterior, premeditado ou não, destas áreas marginais que vão servir para a nova consolidação econômica da cidade. Os terrenos vagos estão aparentemente desprovidos de atividade, aparentemente fora do circuito econômico da metrópole. Assim, como conseguir especificar e determinar a localização para uma tal concentração, dentro da razão econômica do investimento onde se prioriza a minimização das perdas? Se a disciplina fragmenta e individualiza sem especificar, a divisão da cidade proposta no POT em “peças urbanas” hierarquiza e coloca um contraste qualitativo nas diversas zonas da cidade (Decreto 619, Artículo 62). Assim, o uso do solo difere geograficamente na sua intensidade, formas de manifestação e dinâmicas. Estas peças se encontram unidas pelos “sistemas gerais”, gerando uma rede na cidade. Para a administração da cidade dividida o POT dispõe de uma série de estratégias, de “identificación de actuaciones selectivas puntuales y de pequeña escala, para intervenir núcleos o zonas claves de las áreas centrales” (Decreto 619, Artículo 63). A política de renovação urbana, como um destes componentes fixos do POT aparece definida assim:

La Renovación Urbana tiene como objetivo propiciar un reordenamiento de la estructura urbana de zonas estratégicamente ubicadas de la ciudad que han perdido funcionalidad, calidad habitacional, presentan deterioro de sus actividades, o en las que se ha degradado el espacio libre o el espacio edificado; zonas del suelo urbano que por procesos de deterioro urbanístico y social se encuentran abandonadas y con un aprovechamiento muy bajo en relación con su potencial, asociado a su ubicación dentro de la ciudad y a la disponibilidad de redes de comunicación y servicios públicos (DECRETO 619 de 2000, Artículo 110).

São intervenidas pela política de renovação as zonas disfuncionais ou em ruína, abandonadas e pouco aproveitadas. Para continuar com esta construção dos vazios urbano, destes espaços que devem ser preenchidos economicamente, define-se legalmente, no Artículo 117 do POT, ainda mais uma localização dentro da estrutura da cidade: o “centro tradicional”. Nele se reúnem os elementos da identidade e de representatividade da cidade de Bogotá. Por isso, as edificações em ruína devem ser derrubadas e o espaço que elas ocupam deve ser transformado, pois o centro histórico não pode ser concebido como um conjunto de prédios mostrengos e fora de uso. Deste modo, o Plano visa a transformação deste centro tradicional; eis um novo paradoxo que se apresenta nas formas de construção das ações do Estado, que precisa intervir nas áreas antigas para preservar uma identidade. Identidade projetiva e mutável que se configura, neste caso, a partir da lógica das atrações econômicas, da concentração de atividades comerciais, de funcionalidade das zonas. Isto é, como diz expressivamente o POT:

Aprovechar el potencial turístico y cultural de los valores históricos, arquitectónicos y naturales del Centro Histórico de manera que le permitan proyectarse como factor

determinante de competitividad del Centro Tradicional, generándole una dinámica que garantice la sostenibilidad del área patrimonial (DECRETO 619 de 2000, Artículo 117).

O que se vê é a relação simbólica entre um tipo de atividade comercial com uma certa economia moral dos comportamentos. O centro histórico deve ser emblema de competitividade baseado na sua capacidade de manter seus monumentos. À degradação se contrapõe, assim, a patrimonialização. O Plano implica uma harmonização entre as funções e a infra-estrutura. No caso, aqueles prédios que não tivessem a função patrimonial, que é fundamento da identidade, isto é, se aqueles prédios não estão convenientemente preservados eles devem ser reativados. Dois estratégias para atingir estes objetivos:

Abrir el borde sur del Centro, vinculando zonas del Tejido Residencial Sur que han estado tradicionalmente aisladas de su dinámica.

Optimizar la accesibilidad a la zona y mejorar su movilidad interna, mediante la introducción de diversos modos del sistema de transporte masivo (DECRETO 619 de 2000, Artículo 117).

Aberturas, acessos e mobilidades são elementos presentes na racionalidade moderna das cidades, como tinha interpretado Foucault:

Trata-se simplesmente de maximizar os elementos positivos, de poder circular da melhor maneira possível, e de minimizar, ao contrário, o que é risco e inconveniente, como o roubo, as doenças, sabendo perfeitamente que nunca serão suprimido (Foucault, 2008a: 26).

A circulação como elementos fundamental dentro das cidades implica também uma necessidade de destruição destes vazios urbanos. Como descrevi anteriormente, estas intervenções que atingem pontos nevrálgicos da cidade parecem com “acupunturas” que visam restabelecer os harmonias dos fluxos energéticos, mas neste caso de pessoas e de dinheiro contável, i.e., a destruição do que foi descrito como vazio que efetiviza essa descrição e que permite assim a nova circulação. A borda do centro, como descrito pelo POT contem os setores deteriorados e disfuncionais que perturbam a circulação, a entrada e a saída da maior centralidade política da cidade e do país. Quais estes elementos da estrutura urbana? Menciona-se no seu Artículo 121 o Parque Terceiro Milênio, o Cemitério Central, o Centro Internacional, a Estação da Sabana e o Bairro Las Cruces. Isto é, as fronteiras da cidade colonial que continuaram até o século XIX. A proposta do Plano é, portanto, a ruptura definitiva destas antigas fronteiras mediante sua integração funcional no sentido econômico e simbólico na estrutura da cidade (cf. infra **mapa 6**).

Finalmente, os Artículos 296 e 297 do POT definem e orientam a renovação urbana entendido como programa, isto é, com uma validade no tempo que depende da sua capacidade

para atingir os objetivos que ele mesmo se propõe. Neste sentido, o programa se extingue a medida que está sendo implementado, a medida que se concretizam as atuações que ele mesmo contempla. Uma dessas atuações é a de “suprir as carências” determinadas pelo vazio urbano, o que leva ao re-ordenamento dos setores. A ação que se desenrola no Plano é a delegação destes objetivos na Empresa de Renovação Urbana (ERU) criada no ano 1999 mediante o Acordo 33. Esta empresa é apresentada como o instrumento institucional para a transformação da cidade, embora, e como parte de uma rede de dispositivos de segurança, este instrumento atua articuladamente junto com outras instituições distritais. Em consonância com as atribuições administrativas do Estado, a ERU faz intervenção na infra-estrutura de serviços públicos, de vias e de espaço público, ainda estimulando investimentos de capital privado. O princípio de livre circulação está presente no texto, aliás de uma circulação que é dirigida, programada, ordenada pelos instrumentos do Estado. Em fim, identificações estratégicas e localizações adequadas para desenvolver o programa de renovação urbana dentro da cidade são atribuições da ERU.

O vazio urbano como descrito na Lei não é um vazio da população, mas de capacidade de controle e de administração por parte do Estado. Poder-se-ia dizer, um vazio dos comportamentos normalizados, o que implica um espaço onde predominam os comportamentos que são considerados vão de encontro com o projeto de cidadania do Estado. Algumas fontes ajudam a intuir as ações empreendidas pelas pessoas que aí moravam, que também permitem enxergar uma outra face da construção de um hábito fora da normalidade. As ações de destruição do Estado foram contestadas. Embora esta dissertação não seja uma análise da reação dos moradores de rua frente às ações do Estado, ela pode, sim, fornecer uma visão das contra-condutas, como entendidas a partir da proposta de Foucault do que seria uma conduta:

como uma pessoa se conduz, a maneira como se deixa conduzir, a maneira como é conduzida e como, afinal de contas, ela se comporta sob o efeito de uma conduta que seria ato de conduta ou de condução. (FOUCAULT, 2008A: 255).

Durante esses primeiros anos de construção do Parque Terceiro Milênio, alguns antropólogos estudaram aos moradores de rua desde a sua idiossincracia, sendo descritos como nômades da rua e com uma cultura da rua imbricada de forma estranha e como enquistada com a “nossa”. Estas narrações iluminam as formas de sociabilidade interna que estavam sendo colocadas em questão mediante a ação do Estado e que devia ser destruída de acordo com o projetos de renovação já em andamento.

No ano 2000 é defendida a monografia do antropólogo da Universidade Nacional de

Colômbia Pedro Martinez intitulada *Entre el pánico y el éxtasis, territorio en el Cartucho*, que enfatiza a singularidade deste local, onde são coletadas entrevistas aos moradores de rua em diversos tópicos como as relações sexuais e os códigos de sociabilidade na rua. Martínez parte para a sua pesquisa do estudo da Câmara de Comércio de Bogotá para caracterizar a população de moradores de rua. Para realizar as entrevistas entrou em contato com os moradores de rua mediante a Unidade de Atenção em Saúde para Indigentes (UASI) adscrita à Secretaria Distrital de Saúde e mediante o Centro de Atenção Transitória do DABS. Além das entrevistas o pesquisador conheceu expendios de drogas pela mediação de um dos líderes do bairro. Uma das entrevistas descreve o ambiente nas casas de venda de drogas em *El Cartucho*: “me parecía acogedor, ahí mismo la droga, el baño y ahí mismo dormía, ahí en la misma olla. Yo vivía en Gancho Azul” (MARTINEZ, 2000: 14). Igualmente, a autor assinala a importância da vontade e da vocação para chegar em *El Cartucho* procurando entorpecentes:

se evidenció que las personas que se introducen en El Cartucho comportan ciertos rasgos, o sólo físicos, sino de transigencia moral que los hace capaces de adaptarse al medio de agresividad latente, en todos los órdenes, que se presenta en la zona, es decir, se observa cierta disposición adquirida sin la cual sería insostenible su adaptación a esa realidad social (2000: 16).

As entidades reconhecidas pelos próprios moradores de rua informam sobre o tipo de atenção e de assistência que suministram: um alívio cotidiano ou casual para a condição de vida que levam em *El Cartucho*. Mas por outro lado existe um temor dos moradores de rua ante os representantes das instituições estatais. Um deles, entrevistado por Martínez, declara sobre o Prefeito Enrique Peñalosa que:

en la olla mandan todos los jíbaros, ellos son los propietarios que viven en el Cartucho, hasta la misma policía se encarga de matar con lo jíbaros a los indigentes. Ahorita el alcalde mandó a matarlos por que él no quiere a los indigentes, él no quiere ver ninguna persona deshecha que para eso está el cementerio” (Martinez, 2000: 39)

As entrevistas ressaltam igualmente a posição ambivalente da polícia, geralmente como cobradores de impostos sobre as vendas de entorpecentes, dentro de um sistema capitalista ilegal com políticas de perseguição. Ressalta a natureza violenta das relações em torno do local, assim como a morte dos indigentes e moradores de El Cartucho durante a época do seu derrubamento. Algumas narrações estimulam a resistência violenta, outras narrações contabilizam as vidas perdidas violentamente com processo de destruição do bairro e o deslocamento dos moradores de rua. O autor resalta a sociabilidade interna e violenta

onde o medo incesante neste espaço da cidade suporta a hierarquia dos “duros”, dos “jíbaros”. Um entrevistado de Martínez descreve-os assim: “los caciques, esos son unos asesinos, ellos llegan y se ponen a tomar ahí y cada uno mantiene uno, dos revólveres y el día que les da por matar, matan 5 o 6, así como matando una gallina y llévelo al container y tenga estas 10 bichas” (2000: 41). Anos depois, Álvaro Rozo (2006) escreveria sua biografia *Yo salí del Infierno*, onde se narra a sacralização das relações ilegais em *El Cartucho*, configurados em torno da personagem do Rei do Crime ou Senhor das Armas.

Como contraparte da descrição do perigo da rua e da sua transformação, foi defendida a monografia do antropólogo Alexander Bances no ano 2001, chamada *Mas allá de un hogar de paso*, na qual descreve a chegada dos meninos de rua na Associação Cristã de Moços. Para esta instituição que trabalha com meninos menores de 18 anos, a distinção “de rua” e “na rua” é fundamental, e que depende do tempo de permanência como do arraigo com as “leis” da rua e suas dinâmicas de economia ilegal, com seus efeitos sobre o organismo e o consumo de entorpecentes. No entanto, pelas formas violentas de sociabilidade em *El Cartucho*, a quantidade de meninos de rua deste setor da cidade é muito baixo. Os menores de idade preferem percorrer as diversas instituições de atenção e ONG’s mediante um ciclo de contínua evasão e nova restituição. A monografia finaliza com a afirmação da interiorização da doutrina proteção integral para as crianças abandonadas ou na rua e uma proposta pedagógica e informativa para a prevenção do consumo.

A rua ligada aos entorpecentes, especialmente o “crack”, foi descrita nestas pesquisas e desde dentro como um local maligno, de pessoas sem alma, de “mortos em vida” que se dissolvem entre a fumaça do crack e da maconha. Igualmente, a rua apareceu como um local com uma cultura própria, singular e resistente, que impõe dentro de um território delimitado umas leis específicas de sociabilidade intensamente policivas e capitalistas. Como falou um indigente a María Teresa Salcedo para descrever como era *El Cartucho*, “Yo estaba muerto y entre en una casa desocupada que estaba llena de gente” (SALCEDO, 2000).

As narrações de *El Tiempo*, um dos jornais mais influentes dentro da sociedade colombiana e que ajuda na construção daquilo que hoje chamamos de “opinião pública”, e que se apresenta como portador de certa verdade e de certo critério sobre a realidade. O jornal noticiou uma revolta dos moradores de rua que encham o vazio urbano chamado *El Cartucho*:

Enfrentado a los antimotines despachados desde la Estación 100, sede de la Policía Metropolitana, los indigentes estallaron petardos, hicieron disparos y enfrentaron a piedra a la Policía. El saldo, además de los trancones, fué de nueve heridos y una víctima mortal. Esta última, un hombre de 22 años. Murió camino al hospital. A las diez de la noche, después de una reunión con oficiales de la Policía, accedieron a cesar la protesta. Y explicaron las razones del frenético levantamiento: hace un año nos prometieron una reubicación digna y no nos han cumplido (El Tiempo, 2 de março 2000)

Esta revolta chama a atenção do jornal em varias ocasiões, em noticias diversas que pretendem dar a sensação de integralidade e de verdade. Ao mesmo tempo, mediante entrevistas a vários representantes o jornal criou um ambiente de neutralidade própria, que atualizou sua possibilidade de incentivar a opinião. Diversidade de pontos de vista, integralidade e neutralidade como atributos da força discursiva, como virtudes da ordem moral. Nas edições de posteriores o jornal apresentou os resultados das operações de polícia como expressões dessa ordem que se pretende constituir:

Ayer, de 6 a 8 a.m., la Policía decomisó en este sector 15 armas de fuego, 100 cartuchos de diferentes calibres y gran cantidad de armas blancas; 100 kilos de marihuana, 1 de cocaína y más de 3 mil papeletas de basuco listas para la venta, y 15 millones de pesos, la mayoría en monedas. En el hecho fueron detenidas once personas, entre ellas Carlos Suaterna, Alvaro Escobar, Lizenia Taborda, Oscar Acevedo, Felix Aley y William David Naky, quienes fueron puestos a órdenes de la Fiscalía. Mientras el alcalde Enrique Peñalosa mostraba a la prensa los resultados de esta operación, a las 11:00 de la mañana, algunos de los indigentes de esta zona intentaron tomarse las calles y bloquear la carrera 7a y la avenida Caracas. Sin embargo, tanquetas de la policía y efectivos de este cuerpo, apostados incluso en los techos, evitaron la quema de buses de servicio público (El Tiempo, 10 de março 2000).

Apresentação ostensiva para a construção de um poder e apresentação de um discurso que acompanha um determinado saber, neste caso as múltiplas faces da contra-conduta localizada especificamente em *El Cartucho*. Ostentação na capacidade de individualização do criminoso e, portanto, da certeza da possibilidade do juízo ainda dentro da população moradora de rua e de criminosos desta zona da cidade. Isto é, individualização pela personificação do crime, imputação de uma ordem de ação mediante a cumprimento da Lei. Ao mesmo tempo, múltiplas faces às que correspondem múltiplos dispositivos de segurança, dentre os quais a polícia cumpre também um papel espetacular. A razão de Estado, o *status ratio* é concentrada pelo golpe de Estado, no sentido de ser esta manifestação da razão do Estado e de e auto-manifestação do Estado. Como assinala Foucault,

é da natureza do golpe de Estado ser violento. A razão de Estado em seu exercício ordinário, habitual, não é violenta, justamente porque ela mesma se atribuí, voluntariamente, as leis como marco e como forma. Mas, quando a necessidade exige, a razão de Estado se torna golpe de Estado e, nesse momento, é violenta. Violenta significa que ela é obrigada a sacrificar, a amputar, a prejudicar, ela é levada a ser injusta e mortífera (FOUCAULT, 2008a: 351-352).

A ruptura da ordem dos comportamentos dentro da cidade, seus conflitos, suas divisões manifestam-se de forma violenta. O abjeto é uma dessas rupturas, pois aparece como o resíduo do consumo na economia capitalista e o morador de rua aparece como um desses elementos residuais contidos na produção de mercadorias. O abjeto é também a exasperação

do consumo que se realiza unicamente no vício e que dispõe e ordena as diversas relações internas dessa mercadoria. A ordem econômica baseada em uma moral das trocas particular, que gira em torno do basuco, inspira pânico entre os usuários da cidade. De modo que existe um modo de relacionamento que escapa do controle e que não necessariamente se disciplina mediante a destruição dos prédios decadentes do centro da cidade.

Se antes vimos como se criavam umas geografias do medo e da morte contidas e concentradas, agora, durante este processo de destruição dos prédios vemos como a desordem e o caos se espalham nesses primeiros momentos como uma onda de destruição. O jornal *El Tiempo* continua apontando as ações dispersas e perigosas que acompanham o espalhamento dos moradores de rua de *El Cartucho* a medida que estava sendo destruído seu habitat. Roubo massivos de tampas de bueiros (22 de maio 2001); roubos de cabos de telefone no centro oriente da cidade que foram vendidos como ferro velho, o que afetou 23.000 usuários (14 de fevereiro 2001); proliferação de atividades econômicas informais como os camelôs localizados nos sinais de trânsito (1 de dezembro 2001); aumento das visitas dos indigentes às padarias procurando comida e esmola, as vezes violentamente (1 de junho 2001). Na sua perspectiva o jornal *El Tiempo* narra sinteticamente esta sensação de insegurança, esta perda de controle sobre o espaço público da cidade de Bogotá:

Los indigentes en una noche atraviesan a pie toda la ciudad. O arrastran zorras y carros esferados⁹ donde cargan lo que encuentren a su paso: tapas de alcantarillas, pares telefónicos, cables eléctricos, luminarias, mallas de alcantarillados, señales de tránsito, las pestañas y el cableado de los semáforo (El Tiempo, 5 de setembro 2002).

Espalhamento dos comportamentos indesejáveis pela cidade, que ao mesmo tempo implica a relação metonímica entre os moradores de rua e a zona da morte, *El Cartucho*. A metonímia neste caso é realizada também pelos vizinhos das áreas pelas quais tinham que passar estes indivíduos. Assim, a agressão e a violência não eram exclusivamente manifestadas pelo poder do Estado, mas uma razão de Estado que se imbrica aos comportamentos normalizados, e que aprovisiona as pessoas para agir contra as instituições:

Ayer, cuando el Distrito iba a llevar los enseres al nuevo hogar de hijos de prostitutas, indigentes y en general para niños en alto riesgo, encontró la entrada de la casa que alquiló llena de llantas, escombros, sillas y arena; las cerraduras taponadas; las chapas cerradas con alambres; algunos vidrios rotos, y las puertas con cemento y grafitos que decían “ojo, fuera bienestar”. Esa fue la forma como algunos habitantes del barrio Eduardo Santos, en el sur de la ciudad, madrugaron a mostrar su desacuerdo con la llegada de 70 niños y niñas, menores de 14 años, de Santa Inés, barrio donde está la calle de El Cartucho. Desde las 10 de

⁹ As “zorras” são carroças para o transporte de ferro velho, os “carros esferados” são parecidos com os carrinhos de rodas de bilha.

la mañana, habitantes de la zona especialmente mujeres acordonaron la casa esquinera que mañana iba a acoger a estos nuevos vecinos para impedir el paso de funcionarios del Departamento Administrativo de Bienestar Social (DABS), a cargo del programa. “Nos vamos a llenar de indigentes y prostitutas, detrás de los niños viene la delincuencia, semejante casa tan bonita y esquinera para esos niños, llévelos para fuera de Bogotá que allá hay verde” gritaban con ira, especialmente mujeres, a los policías (El Tiempo, 16 de maio 2000).

O que se percebe nestas passagens é uma forma muito particular do desenvolvimento da razão de Estado, o golpe de Estado, que neste caso aparece como a exacerbação de uma sociabilidade violenta, da violência como modo constituinte e particular das relações que se estabelecem entre o Estado e os moradores de rua. Ou melhor dizendo, aparece uma ação de Estado dispersa e não institucionalizada, uma razão de Estado que não precisa fazer-se corpórea mas que permanece como parte constituinte das pessoas. O golpe do Estado como transgressão das leis e da norma não é para Foucault uma negação do Estado mas uma exacerbação dele. Foucault descreve assim o paradoxo:

O golpe de Estado é o que excede o directo comum. Ou ainda, é uma ação extraordinária contra o direito comum, ação que não preserva nenhuma ordem e nenhuma forma de justiça [...] o golpe de Estado não é ruptura em relação a razão de Estado. Ao contrário, é um elemento, um acontecimento, uma maneira de agir que se inscreve perfeitamente no horizonte geral, na forma geral da razão de Estado, ou seja, é algo que excede as leis ou, em todo caso, que não se submete as leis. (FOUCAULT, 2008a: 349)

As ações dos cidadãos, ou pelos menos dos indivíduos que aceitam as normas e as leis, transgrede as próprias leis e normas por eles aceitas. Os cidadãos estimulam as ações violentas, como diz Foucault, sem se someter às leis. A transgressão se registra como parte da forma em que um acontecimento é administrado. Ainda que os cálculos das instituições possam estar errados, esta ação violenta, sem ser instituída, não é criminalizada. Assim, as pessoas vizinha que protestaram violentamente não foram submetidas mas só contidas para evitar a destruição de um prédio propriedade da Alcaldia. Mas a aceitação tácita da ação mostra como as relações de poder se dispersam e são difíceis de apreender. Igualmente, o Estado não reclama para si o uso da força, de modo que não abafou o protesto com violência. Assim, é possível abrir o caminho intuído por Foucault como proposta de investigação, quando assinala que,

Seria muito interessante ver como essas séries de insurreições, de revoltas de conduta se multiplicaram, que efeitos elas próprias tiveram sobre os processos revolucionários, como essas revoltas de conduta foram controladas, dominadas, qual era a sua especificidade, a sua forma, a sua lei interna de desenvolvimento. (FOUCAULT, 2008a: 306)

As insurreições pela destruição de *El Cartucho* aconteceram dentro de uma ordem que

pretendia a normalização dos comportamentos. As narrações do jornal constroem e dão forma aos comportamentos aceitáveis ou não, focando na violência dos comportamentos dos moradores de rua e também apresentando essa outra violência que se espalha pela cidadania como forma de reclamo válido perante o desvio. Para entender a espectacularização mediática da violência nos anos 2000 e 2001, junto com os efeitos das ações do Estado, podemos ver a ampla narração das intervenções públicas e da morte de um dos líderes de *El Cartucho*. Durante vários dias do ano 2000 as ações do líder Ernesto “El Loco” Calderón foram alvo de pesquisa jornalística, assim como o seu assassinato um ano depois. Estas narrações personalizadas feitas pelo jornal fornecem aos usuários uma impressão particular desse setor da cidade. A primeira menção do líder Calderón foi no dia 3 de março de 2000; no manchete desse dia lê-se:

Es el lider de los indigentes. Los arrastra con su discurso y hace que les hierva la sangre. Por eso, el miércoles [1 de março] incendiaron vehículos, estallaron petardos y amenazaron quemar una bomba de Terpel. Su nombre es Ernesto Calderón y le dicen El Loco. Mantiene un inquilinato en la calle de El Cartucho y opera un negocio de 20 millones de pesos al día (*El Tiempo*, 3 de março 2000: 1A).

Por causa de diversas revoltas que os moradores de rua de *El Cartucho* protagonizaram no passado, o jornal *El Tiempo* lança uma explicação sobre o fenômeno com ajuda dos diagnósticos estatais, com o intuito de esclarecer, particularmente, as conexões com as atividades criminosas:

En la Calle del Cartucho conviven indigentes, traficantes de drogas y armas, miembros del bajo mundo y familias de escasos recursos atrapadas en este complejo laberinto sin otra alternativa. En consecuencia la revuelta no defiende sólo el derecho válido de los indigentes a reclamar por una oportunidad y un techo. En los cartoneros se escudan quienes los explotan y encuentran en su miseria el refugio perfecto para conseguir la impunidad, gentes cercanas a las manifestaciones violentas y los actos criminales (*El Tiempo*, 5 de março de 2000).

Várias vezes aparece no discurso deste jornal a ação de uma “mão negra” que da forma aos sentimentos das pessoas, de uma “mente criminosa” que planeja este tipo de revoltas para seus próprios benefícios. Sem fazer menção individual, no discurso do jornal é claro que alguém se beneficia deste tipo de ações violentas, porém, dada a complexidade das relações em *El Cartucho*, não esclarecem a identidade deste ator. Já na edição de 8 de março de 2000, o jornal apontou as palavras do Alcalde da época, Enrique Peñalosa:

Calderón se está exponiendo a que se formulen cargos penales en su contra por liderar la protesta de la semana pasada que se le salió de las manos y dejó un muerto y más de diez heridos. El Alcalde sostuvo que durante la protesta los indigentes fueron utilizados, pues en el

fondo la manifestación estaba relacionada con los intereses de Calderón para que le paguen más dinero por sus predios. (*El Tiempo*, 8 de março 2000).

Ressalta aqui a imputação de cargos e a individualização dentro de uma cultura ilegível e quantificada. Igualmente, destaca a noção de propriedade e de renda que encarna o líder, que neste caso não é defendida. Assim, a estas pessoas moradoras de *El Cartucho* são representadas como alienadas pelos vícios, facilmente sugestionáveis por interesses mais poderosos. No discurso de Peñalosa resgatado pelo jornal *El Tiempo*, o Alcalde não duvida em indicar a ilegalidade subjacente na economia de *El Cartucho*:

Peñalosa también aseguró que en esa zona están operando organizaciones criminales, lo cual se hizo evidente con las armas de fuego y granadas de fragmentación, que se usaron en la protesta (*El Tiempo*, 8 de março 2000).

A seguinte aparição de Calderón na mídia aconteceu quase um anos após dos encontros com o Alcalde Peñalosa, o dia 4 de março de 2001, sob o título: “Ernesto Calderón, líder de los indigentes del sector de El Cartucho en el centro de Bogotá y conocido como El Loco, fue asesinado ayer” (*El Tiempo*, 4 de março 2001, 1-12). Os motivos do homicídio, que se apresenta como epítome do conflito entre o Estado e os moradores de rua de *El Cartucho*, não ficam claros no início e ainda a identidade do assassino aparece obscurecida:

Los hechos ocurrieron a las cinco de la tarde en la carrera 12 No. 9-35, donde otro indigente se le acercó por detrás y le propinó un disparo en el cuello. Calderón fue trasladado al hospital de La Hortúa donde murió una hora después. Las primeras pesquisas adelantadas por la Policía Metropolitana de Bogotá señalan que la muerte de Calderón pudo obedecer a venganzas, pues ya hacía unos días había sido amenazado. La declaración de uno de sus compañeros señala que, desde hacía días, el líder de El Cartucho era seguido por hombres desconocidos que merodeaban ese sector (*El Tiempo*, 4 de março 2001, 1-12).

A morte por vingança aparece dentro da sociabilidade da rua como uma das formas de fazer justiça, dentro de um férreo código de dívidas e favores. A narração jornalística aponta para um sicário ou matador de aluguel, provavelmente treinado fora dos becos de *El Cartucho*. No dia seguinte aparecem as descrições do percurso do cadáver pela funerária dentro do local do medo, com o temor constante que estoure uma nova revolta:

Ayer, a las cuatro de la tarde, se vivía una calma chicha en el corazón de El Cartucho. Tres tanquetas antimotines compartían el espacio con los carritos de madera de los indigentes y recicladores. De pronto, sobre la calle novena, frente a la casa marcada con el número 13-18, se detuvo un coche fúnebre dejando sobre la acera el féretro de Ernesto Calderón (*El Tiempo*, 5 de março 2001).

Ao dia seguinte, durante as honras fúnebres, segundo o relato do jornal, “se vieron pocos ñeros y mucha gente bien” (*El Tiempo*, 6 de março 2001, 1-5), isto é, fizeram-se públicas redes de poder deste líder, que estavam fora de *El Cartucho* como espaço de sociabilidade. *El Tiempo* desvenda paulatinamente o perfil deste personagem, cujas exéquias devem ser custodiadas pelos caveirões da policia. Brevemente o repórter apresenta uma parte da sua biografia:

Ernesto Calderón nació el 2 de diciembre de 1952. Cuando apenas cursaba tercero de primaria ya había recorrido los caminos de la droga y acudía al atraco para sufragar el vicio. Con el tiempo viajó a Estados Unidos y Europa, donde también practicó el atraco callejero. Después de vivir en medio del delito, empezó un camino de superación. Se caracterizó por ser un hombre rudo y arriesgado. Así se ganó el respeto y la admiración en el medio en que se movía, especialmente el de los recicladores y los ñeros (*El Tiempo*, 5 de março 2001, 1-6).

A superação deste homem é clara quando sabemos com antecedência as expectativas de ganho econômico a partir do trabalho de reciclagem dos catadores de lixo. Apresenta-se como a imagem do criminoso heróico que aparece ligado com as economias informais e ilegais, paradigma de consumo das classes populares. A dia seguinte, aparece de novo o nome de Ernesto Calderón, e sua ligação com *El Cartucho*:

El Loco Luis Ernesto Calderón vivió gran parte sus 48 años en medio del peligro, en el bajo mundo de la droga y el atraco callejero, que hicieron de la calle de El Cartucho un símbolo del lado más oscuro de nuestra sociedad (6 de março 2001, 1-10).

O jornal reitera qual é o valor simbólico de *El Cartucho*, que remete ao subconsciente, ao oculto e ao secreto, àquilo que não pode ser exposto. Este local é a miséria humana que não gera nenhuma piedade, é a descrição mais próxima ao inferno; igualmente é o local da concorrência pelo prazer e o gozo. Dois dias após a morte do líder comunitário, as motivações do assassinato ainda estão por esclarecer para os repórteres do jornal:

este episodio puede marcar el principio del fin de la que fue por años la calle más peligrosa de Bogotá. Sobre el autor y las causas del homicidio no hay certeza aún. Aunque se habla de una posible venganza de expendedores de droga que compiten por el control del negocio en el sector (*El Tiempo*, 6 de março 2001, 1-10).

As causas por vingança e por competência de mercado ilegal estão presentes, o que vai ao encontro das representações sociais que a sociedade constrói em volta destes indivíduos, isto é, como seres que atuam sem consciência e absortos na procura de *crack*. O dia 11 de março aparece uma extensa reportagem sobre Ernesto Calderón. Inicia com uma versão narrada da sua morte, cada vez mais obscurecida pela redação do periódico:

Fue un balazo certero en la nuca, disparado por un desconocido que se disfrazó de indigente. Por eso no sospechó de nadie. Vivía rodeado de habitantes de la calle que aprendieron a respetarlo (*El Tiempo*, 11 de março 2001, 1-14)

Como exemplo de sucesso econômico, a reportagem faz um percurso mais amplo da biografia deste líder comunitário, que “Conducía una camioneta Land Crusier a toda velocidad y llevaba encima tres millones de pesos en cadenas y anillos de oro” (El Tiempo, 11 de março 2001, 1-14). O líder ilegal heróico ostenta seus bens dentro do local da miséria e da morte por dívida, da tensão e do medo permanentes. Para obter estes bens Calderón faz dinheiro a través de atividades delitivas menores que desde sua infância ajudaram driblar a dura vida na rua:

A los seis, pertenecía a una pandilla de 20 niños con los que se pegó sus primeras trabas: retiraba las tapas a los tanques de gasolina de los Plymouth y los Dodge, y aspiraba el fuerte olor hasta quedar ido. De paso, se robaba las tapas y las vendía. Así comenzó su historial delictivo (*El Tiempo*, 11 de março 2001, 1-14).

Assim, tentando fazer uma biografia a partir do germe e da semente, Calderón começou a conhecer o mundo da rua. Parecia, segundo as descrições que o líder fez, um mundo de prosperidade e de acumulação:

Calderón pasó al atraco callejero. “Un día llegué a contar en la habitación donde dormía 100 relojes, 50 billeteras y diez anillos y cadenas”, recordaba. Años más tarde, organizó la banda los Tinto-fríos , que se disputaba con la de los Norteños, el cuestionable honor de ser la más peligrosa de la ciudad (*El Tiempo*, 11 de março 2001, 1-14).

Os conflitos entre as gangues por território e mercado das “ollas” era uma constante na rua. Varias das mortes atribuídas à “limpeza social” podiam ser também as mortes por vingança entre “pandillas”. Ainda jovem, o líder viajou aos Estados Unidos em circunstancias desconhecidas, a aprender da rua lá. Aproveitou as destrezas obtidas em *El Cartucho*, até que

cometió dos errores: se aficionó a las llamadas drogas duras: crack, heroína y morfina- “Me volvieron mierda”, recordaba- y se asoció con dos delincuentes para asaltar una joyería en pleno centro de Nueva York: “Ese día metimos LSD porque producía euforia y seguridad. Cuando ya tenía los tableros con las joyas, nos cayó la Policía y se armó la balacera más berraca que recuerde... A mí me detuvieron junto con un italiano, pero el otro man, un griego, murió. El juez me dio dos opciones: 14 años de cárcel o la deportación. Y yo me fui por lo segundo” (*El Tiempo*, 11 de março 2001, 1-14).

Nestas narrações aprecia-se ante tudo uma rejeição pessoal às obrigações impostas segundo o modelo de contrato e salário como única forma de trabalho, e deste trabalho como

modo de sustento da família. O princípio individualista de ganhos e da violência para obtê-los prevalece dentro da lógica da rua e da ilegalidade. Assim, a obtenção de bens sem troca e sem contrato, mas com risco de morte, é a prática comum na sociabilidade da rua. Porém, à sua chegada deportado, Calderón muda sua visão individualista e anti-contratualista e passa pela visão empresarial e de empreendimento, tão estimada dentro das economias capitalistas:

En 1983, Calderón decidió seguir el único consejo que recibió de su padre: con la basura se puede hacer plata. Los pocos ahorros que le quedaban los invirtió en una bodega en El Cartucho y en construir carros esferados para las mujeres de la botella y el papel. Fueron sus primeras clientas. Y así fueron llegando más y más indigentes a venderle cartón, vidrio, plástico y chatarra (El Tiempo, 11 de março 2001, 1-14).

A atividade de reciclagem dos catadores de lixo deu dividendos a Calderón até o momento da sua morte. Sua atividade comercial, que abrangia grande parte dos moradores de rua do setor de *El Cartucho*, começou fazer dele um líder comunitário, além de empresário. Obteve o reconhecimento da população de rua como representante perante os funcionários estatais, chegando até a Diretora do DABS no momento. Após o anúncio do início das obras Calderón colocou uma forte oposição à renovação urbana da zona: “incluso llegó a amenazar con hacer volar el sector si se desalojaba a sus tres mil habitantes, para quienes pedía reubicación, vivienda y el pago justo por las bodegas de reciclaje” (El Tiempo, 11 de março 2001, 1-14). A violência aparece como parte integrante da lógica das relações sociais na rua em Bogotá; Calderón menciona também alguns casos de eliminação de moradores de rua, uma prática que leva o nome de “limpeza social”: esquadrões da morte que executam sumariamente a estas camadas sociais que pertencem ao “baixo mundo” da cidade:

La Fiscalía confirmó que en los últimos seis días de julio practicó el levantamiento de nueve personas en ese sector de Bogotá. Siete de los muertos fueron encontrados precisamente en la carrera 13 con calle 9, justo donde está ubicado el contenedor mencionado, en la misma donde había una estación de gasolina. La Policía aseguró que no hay limpieza y que si hay muertos es por venganza entre las mismas bandas que operan en el barrio (*El Tiempo*, 1 de agosto 2000, 1-5).

A versão do líder parece desmentida pela própria polícia, que adverte não ter “limpeza” no setor. Coloca-se aqui uma questão fundamental para entender as dinâmicas de sociabilidade da rua, especialmente de *El Cartucho*, pois são essas práticas que vão dar forma às emoções e sensações do lugar e das pessoas que o ocupam. Tanto a morte de Calderón como as da “limpeza social” tem no fundo uma lógica compartilhada de ruptura de regras tácitas indiferentes à moral das relações impostas pelas ações estatais.

Assim, se por este lado temos um discurso sobre a violência que se encontra localizada, do outro temos a localização do vazio. Ai está a ligação entre a ininteligibilidade

dos comportamentos desviados e a necessidade de administrá-los mediante as políticas de renovação urbana. Deste modo, qual a necessidade de um exame detido do POT e dos efeitos dentro da cidade? Principalmente para ver como se constrói um território desde as políticas de Estado, especialmente a partir da constituição discursiva de um espaço vazio. Ao mesmo tempo, existem aqui dois discursos que se contradizem e se complementam: o da degenerescência própria dos moradores de rua, ligado com a morte e o medo, e o do vazio. Se os comportamentos dos moradores de rua podem ser descritos como ininteligíveis enquanto fogem da razão do Estado, a caracterização do espaço que eles ocupam como vazio efetiviza essa ininteligibilidade, cuja única solução dentro da ordem do discurso é o desaparecimento. Assim, aquilo ininteligível, enquanto tal, só pode não-existir, ser negado e, destarte, configurar-se materialmente como vazio. Isto tem como resultado a construção de uma política para aqueles que habitam nestes vazios da cidade.

Para ver como agiram outras instituições do Estado, em forma exaustiva e dispersa, examinarei um diagnóstico apresentado pela Alcaldía no ano 2000. Tal diagnóstico chamado de “Inclusión social del habitante de la calle” está focalizado na população de rua e expõem as diversas ações estatais e os múltiplos fluxos de atenção (Departamento Administrativo de Bem-estar Social - DABS, 2000). O que vai chamar a atenção deste texto com relação às leis e aos decretos de renovação urbana precedentes, e frente ao censo realizado para esta população? Qual a particularidade desta estratégia de assistência social após o POT, isto é, já decretada a expulsão desta população? Enunciam-se gastos dependentes de estratégias que são medidos com indicadores de gestão e investimento, dentro de uma idéia de bem-estar básico, de garantia sustentável de “mínimos” que gerem rentabilidade social para a cidade. Usa-se assim uma linguagem da administração econômica dos indivíduos, na qual se substancializam relações sociais, como a exclusão social. Aparece o diagnóstico inserido dentro de uma estratégia de atenção para os moradores de rua. Estas pessoas são definidas como aqueles “que tienen como medio de subsistencia y habitabilidad la calle” (DABS, 2000: 11). De forma mais restritiva, o documento define qual deve ser a lógica dos comportamentos, e descreve quais os que devem ser mudados:

El estilo de vida del habitante de la calle se califica como disfuncional, pues presenta niveles elevados de alcoholismo y drogadicción, así como de prostitución, maltrato y explotación infantil y en general conductas que atentan contra la tranquilidad y seguridad ciudadanas (DABS, 2000: 19)

Coninuando com a tradição psiquiátrica instaurada no documento da Câmara de Comércio de 1997, os moradores são descritos como disfuncionais, i.e., em relação com sua capacidade de inserção com os comportamentos normalizados ou funcionais. Mesmo assim, a

ambigüidade dos comportamentos dos moradores de rua é patente se levamos em conta que estabelecem relações de consumo ilegais (pelo *basuco*) e relações de produção de capital legais, ainda que informais, mediante a reciclagem. Percebe-se uma disfunção dentro da razão do comportamento aceitável, de modo que os moradores de rua são, por definição, seres ameaçantes. As particularidades do meio informam, portanto, da razão da ação do Estado, e em certa medida da natureza dos indivíduos que o habitam. São qualificados como fora da comunidade formal, pois estão inseridos em um processo de autodestruição. Esta alteridade, esta diferenciação e informalidade se materializa em umas formas de assumir a cidade, especialmente na qualificação de nômade no meio da estrutura sedentária. Ainda que disfuncionais, eles exercem certo tipo de trabalhos informais como cuidar de carros e limpar vidros nos sinais, além de mendigar. Sua disfuncionalidade radica na forma de obter dinheiro pelo roubo ou pela esmola, para consumi-lo comprando drogas. Os moradores de rua são assim, uma outra face da cultura urbana. Tirar estes comportamentos, criar definitivamente o vazio aparece como uma novidade para o Estado em Bogotá nesses anos. Assim, se já havia sido cumprido o Acuerdo 13 de 1995 no referente à obrigação da contagem dos moradores de rua pelo IDIPRON, também era necessário iniciar o processo de mudança dos comportamentos.

Com a destruição de *El Cartucho* a população de moradores de rua teria que se espalhar, mas as condutas disfuncionais não podem permanecer. O documento vê o próprio percurso estatal de “atención”: primeiro ambulatória, depois regenerativa. Assinala também a mudança desta atenção por parte da entidade de bem-estar social DABS e a ampliação do seu escopo. Exaustivo, portanto, porque inclui todas as formas de comportamento, desde a básica que começava com as famílias mais miseráveis e chegava até os moradores de rua. O Estado, aliás, ampliou a idade limite marcada pelo Acuerdo 13 de 1995, chegando até os 59 anos baseado no argumento da experiência. Se uma ordem esvazia o espaço, a outra ordem que individualiza e que coloca em séries, neste caso etárias, definem as competências institucionais. Cabe ao distrito a administração do bem-estar dos moradores de rua classificados como “niños”, “jóvenes”, “adultos” e “ancianos”.

Desenvolve-se assim o projeto 7151 dentro dessa administração da cidade que abandona as instituições não-governamentais que tratavam disciplinarmente estes indivíduos, pelas novas formas de estratégias e dispositivos. Um deles, a criação da nova “Gerência de exclusão social” para, claro está, atender aos excluídos socialmente. Dentro do objetivo de identificação e individualização dos moradores de rua, as estratégias tem como alvo “hacer contacto con el mayor número de personas en esta situación” (DABS, 2000: 12) em um modo

de contagem que foi definida como “pro ativa”. E foi definida assim porque além de contar existia o intuito de mudar os comportamentos, de conduzir ou de “reinserción social”. A contagem implica uma apresentação pública das cifras de gasto e do investimento em infraestrutura, para depois mostrar os resultados que, se são exatos para se referir àqueles excluídos socialmente, são ambíguos quando se refere aos que “han terminado su proceso y han iniciado su inserción en la ciudad”. Os quantidade de contatos em 3 anos, i.e. a atenção mediante as Brigadas de Atenção do DABS, foi de 20.195. Exatidão entre os primeiros e indeterminação dentro dos que terminaram o processo de inserção, que foram “cerca de 400”. Igualmente, a definição do morador de rua vai mudando ao longo desse texto, de disfuncional para catador de lixo, de excluído social para ser humano.

O DABS cria um olhar sobre a cidade para fazer a atenção, de modo que a cidade se divide em “corredores”, “parches” e “cambuches”. Mantêm-se as designações dos usos da cidade e do território a partir da linguagem dos moradores de rua. Os corredores são os percursos estabelecidos por cada um destes sujeitos dentro da cidade, seja para catar lixo, para roubar, para vender crianças ou para pedir esmola. Estes corredores coincidem com as principais avenidas da cidade. Os parches são os locais de comércio e consumo e os cambuches são os locais de pernoite e repouso. A descrição da ação é de tentar convencer aos moradores de rua das bondades do programa de inserção mediante os percursos efetuados pelos agentes estatais, i.e. os funcionarios do DABS, que procuravam achar os moradores de rua da cidade pelas principais vias e avenidas, ou chegando diretamente aos “cambuches” e “parches”. Há aí uma identificação provisória feita *in loco* que fica registrada com exatidão.

Outra ação é a mudança da fachada, a limpeza como limiar do comportamento não permitido. Esta ação é reiteradamente apresentada no documento; trata-se de: “aseo y baño general, peluqueria, alimentación, curaciones y procedimientos de enfermeria, recreación, valoración y diagnóstico por sicólogo y trabajador social, odontologia, valoración medica, suministro de ropa y servicio de lavaderos” (DABS, 2000: 55), acompanhada com informações das diversas ações das outras instituições concorrentes. O intuito de atração deve ser monitorado, de modo que as Brigadas repassam os “corredores” até que a decisão seja tomada pelo morador de rua. Nesse monitoramento identificam-se as quantidades de moradores de rua por cada localidade, contando um total de 3.580 pessoas, destacando as cifras das localidades de Santa Fé e Los Mártires: 1.137 e 1.201 respectivamente. Igualmente, no seguinte mapa 5 (**figura 10**), aparece a localização dos “cambuches” dentro da cidade.

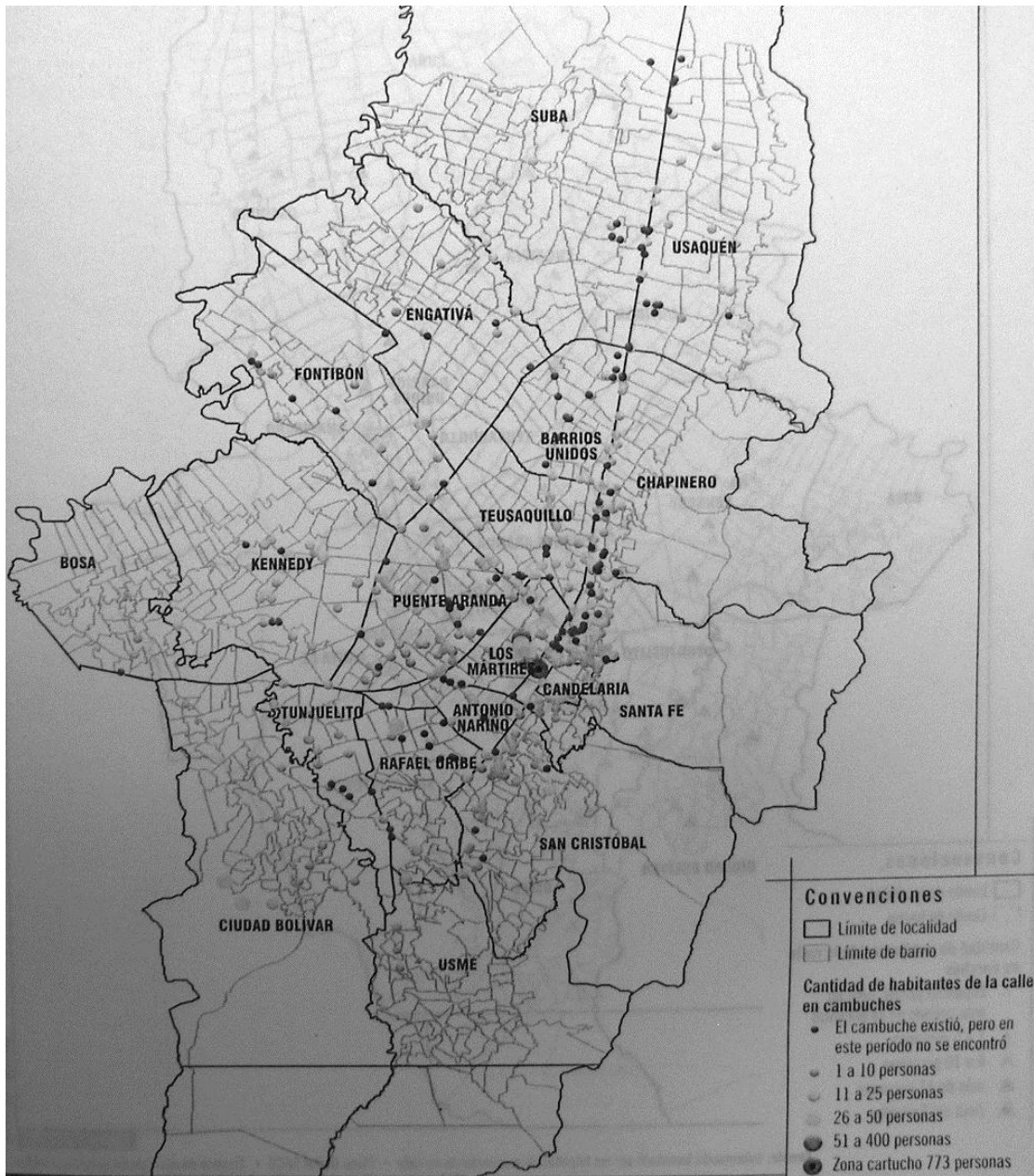


Figura 10. Mapa da localização dos “cambuches” em Bogotá, janeiro-setembro 2000 (Orientado Norte-Sul). Fonte: DABS, 2000

Uma inovação dentro da ação do Estado foi a inauguração do Centro de Atenção Transitória (CAT) em fevereiro de 1999. Ali a atenção era contínua 24 horas por dia com alojamento para 270 pessoas. Nas condições de entrada se faz explícito o objetivo e a representação que tem o Estado dos moradores de rua:

A partir del ingreso voluntario al CAT el usuario debe entregar sus armas y drogas como parte del acuerdo para una convivencia tranquila y digna. Su intervención se inicia con la etapa de acogida, en la cual puede ingresar al programa a los ocho días máximo de su llegada al CAT, dependiendo de su interés y del grado de conciencia que tenga en cuanto al cambio que él quiere tener con su vida (DABS, 2000: 56).

Desse modo, dá-se continuidade à disciplina que isola, que interna e que continua a exclusão. O “usuário” passa por sete grupos terapêuticos com atenção personalizada para a construção de um estilo de vida. Nos diversos grupos de atenção do CAT, segmentos evolutivos de adaptação à sociedade,

se le refuerza al usuario con ayudas o acciones correctivas para lograr que el residente acepte sus fallas y encuentre una alternativa para modificarlas. Se les hace permanente seguimiento [...] Este procedimiento hace que el usuario reconozca su error, su falla y se fortalezca para mejorar su vida (DABS, 2000: 57)

Chama a atenção a idéia da escolha dos comportamentos, o que implica uma valoração dessa escolha. Igualmente a possibilidade de corrigir o desvio mediante a aceitação das falhas em um processo de autoconsciência e autoconhecimento. Assim, aparece uma progressão dos valores sociais centrados no indivíduo. Esta progressão é ela própria um processo de individualização. Isto requer um isolamento compulsório que se intensifica com a seguinte fase do processo, a comunidade terapêutica, que não só isola ao indivíduo da cidade mas que ela mesma fica fora da cidade. Temos nestas comunidades ecos do Decreto presidencial 1.136 de 1970. Junto com estas as projeções de transformação da cidade que visavam a substituição de El Cartucho pelo PTM e das ações estatais de atenção que procuravam a normalização dos moradores de rua, o Estado estabelece o conhecimento detalhado desta população mediante uma nova contagem e caracterização.

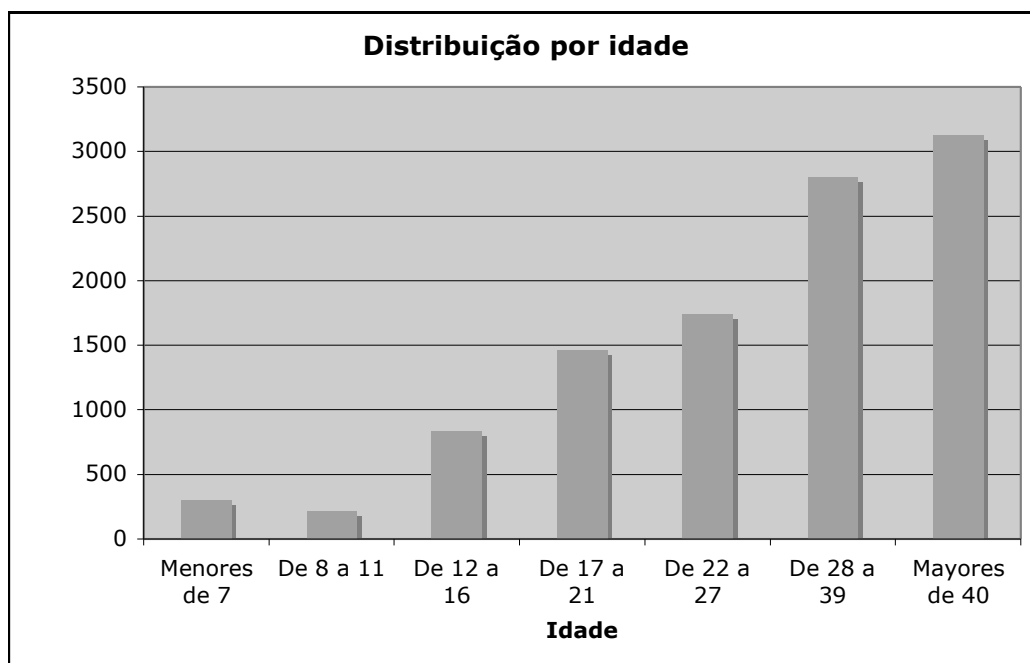
Durante o processo de construção do PTM, o governo local mediante o IDIPRON e o Departamento Administrativo Nacional de Estatística (DANE) implementaram o *III Censo Sectorial* para o morador de rua no ano 2001. O DANE esteve presente na capacitação, na elaboração do questionário e na análise dos mesmos. Isto colocava o problema do morador de rua e sobre tudo de *El Cartucho* como parte da administração do governo nacional. Este censo de 2001, como o anterior Censo piloto de 1996, foi aplicado por ex-membros de gangues e ex-moradores de rua que foram reabilitados pelo IDIPRON. A caracterização dos moradores de rua passa primeiro pela sua descrição quantitativa, o que ao final gera um “perfil” destas pessoas. Na administração das populações como conjunto numérico, como estatística, a cada indivíduo corresponde uma cifra: em unidades monetárias por mês de assistência social gastas às expensas do erário público. Assim como os indivíduos na sociedade ocidental são reduzidos ao valor econômico da sua força de trabalho ou à sua capacidade de gasto e consumo, no caso dos moradores de *El Cartucho*, eles são avaliados pelo que deixam de gastar, ou o que gastam dentro do mercado ilegal cujos lucros escapam da capacidade de conta do Estado. De ambas as formas eles são, portanto, números na conta dos indivíduos que

imobilizam ou atrapalham a circulação do capital formal. Ou seja, não são só números das metas da assistência social, mas números negativos dentro da economia da capital.

No Censo do ano 2001, registrou-se um total de 10.477 moradores de rua na cidade de Bogotá, dos quais 3.312 achavam-se na localidade de Santa Fé (3), à qual pertencia *El Cartucho*. Este Censo tomou como base de experiência o anterior e ampliou o leque das perguntas, fez uso de pranchas cartográficas para analisar a informação em mapas e valeu-se da descrição das aparências destas pessoas. Como no Censo anterior a informação foi coletada por 60 jovens que estavam dentro do programa de Idipron e que, por pertencer a esta instituição, tinham experiência de vida na rua e do hábito dos indigentes. Além disso, tinham cursado pelo menos educação básica secundária, e assim estes recenseadores possuíam um maior preparo para o aprendizado da coleta dos dados. A dinâmica de realizar o censo na noite e na madrugada foi mudada, e se realizou tanto à luz do sol como de noite. Da mesma forma que no Censo de 1996, uma das grandes dificuldades apresentou-se com *El Cartucho*:

Las dificultades de seguridad para censar el sector, tan deprimido, conocido como la “calle del Cartucho” y que comprende una zona que sin ser excesivamente extensa alberga un número importante de habitantes de la calle (los estimativos de los funcionarios del Idipron varían entre 1.500 y 3.000 personas). (IDIRPON – DANE, 2001: 43)

A composição por idade da população de rua nesta ocasião, cinco anos após a primeira experiência foi apresentada de forma diferente, pois não foram mais usadas as categorias de idade da experiência anterior, aquelas construídas a partir da vivência dos moradores de rua. A distribuição por idades em 2001 foi reconstruída para esta dissertação neste gráfico de barras (**figura 11**):



**Figura 11. Gráfico da distribuição por idade moradores de rua em Bogotá.
Elaborado com base em: Idiprón - DANE 2001.**

Algumas distribuições dos dados se mantêm com respeito às do Censo anterior, como por exemplo, os bairros onde se localiza esta população, como Santa Fé, Los Mártires, Chapinero, Usaquén e Puente Aranda. Neste Censo de 2001, também há uma série de “achados” sobre os hábitos cotidianos dos moradores de rua em Bogotá, particularmente um movimento pendular da população entre as localidades de Los Mártires e Santa Fé. Os pesquisadores da instituição perceberam que os moradores de rua estabelecem uma divisão instrumental da cidade, pois para a localidade de Los Mártires eles se deslocam para “trabalhar”, enquanto que é na localidade de Santa Fé, particularmente em *El Cartucho*, onde eles pernoitam e atendem seus vícios. Um dos aspectos que ressaltou o estudo foi a pouca sociabilidade, o afrouxamento das redes de relações dos moradores de rua, e descreve-se assim o processo de degradação moral:

La calle no sólo conduce a la exclusión de todos los ordenes, sino que también es la vía a la soledad. Ya desde las más tempranas edades se percibe el fenómeno de los niños que declaran vivir solos. Esa tendencia no hace sino acentuarse con la edad (IDIPRON – DANE, 2001: 66).

Dentro dos dados deste Censo também aparece a longa permanência das pessoas na rua, pois quase a metade, 46,2% leva mais de seis anos morando neste espaço. Apesar da solidão, os moradores de rua “se viram” para desempenhar algum ofício e assim obter algum dinheiro. As principais atividades que surgiram neste Censo foram “retacar”, “trabalhar” e

catar lixo. “Retacar” se refere neste contexto a pedir esmola ou viver da caridade; o “trabalho” na rua faz referência a atos delitivos menores, como o roubo e o assalto, que é realizado por menos de 6% da população recenseada. O uso de substâncias psicoativas foi também de novo alvo de perguntas. Sobre o uso de algum tipo de vício, do total dos moradores de rua entrevistados, 78,5% declararam consumir algum tipo de entorpecente; o estudo apresenta também dados do consumo de diversas substâncias:

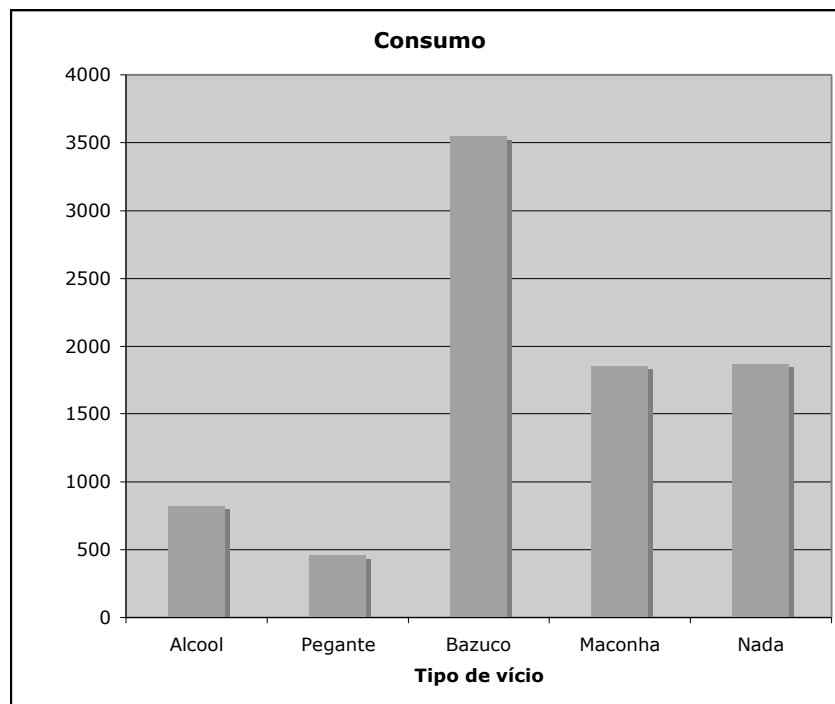


Figura 12. Gráfico da prevalência do uso de drogas entre os moradores de rua em Bogotá. Elaborado com base em: Idiprón – DANE 2001.

Percebe-se como o *basuco* é o entorpecente mais utilizado pelos moradores de rua na cidade de Bogotá. De igual modo, nas conclusões salienta-se que houve uma mudança metodológica entre as enquetes de 1996 e 2001: “se incluyó como opción de respuesta “Ninguna/nada”, lo que represento casi 18%. En las otras dos ocasiones ese número pudo quedar escondido en las categorías residuales” (IDIPRON – DANE, 2001: 70). O Censo de 2001 fez também uma descrição pormenorizada da lógica do percurso no mundo das drogas:

La evolución en el consumo de las sustancias psicoactivas, según la edad, muestra claramente cuál es el camino de la drogadicción en la calle. Los niños menores de 7 años se inician con el alcohol y el basuco en bajas proporciones (recordemos que a esa edad el 92% declara no usar ninguna droga). A partir de esa edad los consumos se disparan y el tránsito hacia drogas baratas y por ello mas dañinas, es muy claro: la puerta de entrada es el pegante (13,4%) con atisbos de uso de basuco (3,7%) y marihuana (3,2%). A partir de los 12 años, el basuco toma la delantera (30,4%), seguido de la marihuana y el pegante en proporciones iguales (19,9% y 19,5%). A los 17 años el uso del pegante disminuye fuertemente (10,1%) mientras se

consolida el tándem bazuco y marihuana, con predominio del primero (42,8% contra 29%) y aparecen las bebidas alcohólicas en reemplazo del pegante. El modelo de consumo y adicción “maduro” está constituido por el bazuco, la marihuana y el alcohol (IDIPRON – DANE, 2001: 70).

No documento há detalhamento numérico, não somente dos indivíduos, mas também dos eventos, das seqüências vitais e das tendências biográficas dos moradores de rua. Esta pesquisa de diagnóstico tentava enxergar a totalidade do indivíduo, descrever suas diferenças e sua diversidade dentro da homogeneidade do seu não-enquadramento com a norma nem com a normalidade. Os documentos reiteram este não-enquadramento e apresentam também um incremento da população na cidade e em *El Cartucho* em particular. Deste modo, isto significa uma concentração paulatina dos moradores de rua no centro histórico da cidade que se conjuga com um incremento da violência e das atividades ilícitas no local.

Dentro das causas estruturais para a persistência e aumento do fenômeno na cidade, o Censo reconhece-se a importância do “desplazamiento forzado”, i.e. o deslocamento de população rural para a cidade por causa de massacres e assassinatos, com o qual as pessoas procuram tanto proteger sua vida como mudar sua cotidianidade e suas oportunidades econômicas. Dentro dos indigentes pesquisados aparecem 4,2%, ou seja, 440 que manifestaram como causa da chegada às ruas de Bogotá o deslocamento forçado. Nessa pesquisa de 2001, alguns dos hábitos e formas de vida do morador de rua ainda não estavam estimadas numericamente para a totalidade da população, como por exemplo, a morbidez e a mortalidade. Igualmente, o Censo de 2001 coloca o acento na necessidade de erradicar os processos de “dessocialização”, por meio de instrumentos mais efetivos.

Durante o ano 1999 deu-se o início da destruição das primeiras casas em ruínas do bairro Santa Inês, em uma história de paulatino e vagaroso deslocamento desta população para os bairros vizinhos, na medida em que caíam as casas. Tinha-se preparado desde 1998 o tombamento de 17 quarteirões, ou seja, 604 edificações. Esta medida da administração distrital fazia parte da resposta do dispositivo de segurança perante um acontecimento singularizado e circunscrito que primeiro é concentrado no centro histórico da cidade em uma tríplice identidade entre violência, degradação arquitetônica e indigência: *El Cartucho*. Como sabemos, Foucault declara que o dispositivo de segurança não destrói o problema que cria, administra-o dentro das margens de normalidade, que são as margens da tolerância moral. Neste caso, o dispositivo de segurança cerca e isola o problema territorializando-o para depois, como veremos a continuação, como que “estourá-lo”. Embora, em decorrência do amplo conhecimento técnico sobre os moradores da rua e sobre espaço da cidade, esta

“explosão” pareceu ter sido mais do que controlada, programada.

No ano 2002, durante o processo de destruição de *El Cartucho* e construção do PTM o Instituto de Desenvolvimento Urbano (IDU), órgão da Alcaldia encarregado do Programa de renovação urbana, apresentou o projeto *Rehabilitación del centro urbano: el Proyecto Tercer Milenio (Bogotá, Colombia)* para concorrer no concurso de boas práticas patrocinado pela prefeitura de Dubai. Este documento é um bom resumo para o público internacional da intervenção no centro histórico da cidade. O que é significativo desse documento de 2002 a referência à regeneração do centro e os seus custos, estandardizados em dólares. Mostra-se assim a possibilidade de contabilizar recursos e gastos, o que contrasta com o mercado ilegal. Destarte, com uma inversão de 79 milhões de dólares esperava-se recuperar o valor atual líquido de 160 milhões de dólares. Vemos, pela primeira vez, uma expectativa, uma idéia de possibilidade econômica que pode ser alcançada. Criação da possibilidade de desenvolvimento econômico mediante a transformação da face da cidade.

Como explicita o texto, no bairro Santa Inês “comprar y demoler esos edificios permitió ‘limpiar’ el marco tras el que se escondían las prácticas ilegales y demostró el compromiso firme de las autoridades para llevar a cabo el proyecto” (IDU, 2002: 5). Limpeza com firmeza parecem ser dois temas que se conjugam nesta ação do Estado. A decisão do Estado de destruir não pode ser contestada, de modo que nele se reduz a capacidade de gestão da cidade. Devemos enxergar com mais atenção de que se trata esta possibilidade, o que é chamado de impacto:

El Parque Tercer Milenio ha levantado grandes expectativas entre los ciudadanos de Bogotá, que se muestran impacientes ante su próxima inauguración y esperan que contribuya a devolver la vitalidad a la zona, una vez superada la sensación de temor que persiste entre ellos. Su tamaño hace pensar que los beneficios directos contribuirán a mejorar todo el centro tradicional y sus alrededores (IDU, 2002: 5-6).

A destruição do ícone da morte e do mal na cidade, *El Cartucho*, símbolo de medo e da ilegalidade relacionada com a “superação do medo” é um fenômeno que tem repercussões em uma ampla área da cidade. O pontualidade da ação atinge assim, de maneira direta, à totalidade do centro histórico da cidade, e em forma dispersa na imagem da cidade, i.e. aumentos dos níveis de competitividade internacional. O documento descreve qual a atitude do Estado que completa a idéia anterior de firmeza:

Ha sido necesario formular una gran cantidad de sueños y pensar a lo grande, dejar de hacer estudios y especulaciones, y tener el valor suficiente para aplicar soluciones integrales. Todo ello, por supuesto, con el respaldo de una firme decisión política (IDU, 2002: 6).

Para finalizar, o documento relaciona novamente o princípio de firmeza com impossibilidade de negociação. Para as outras áreas em volta do PTM, que serão também alvo da renovação urbana, se descreve a situação. Assim, para San Victorino se espera uma coexistência harmoniosa entre os membros da comunidade para sua consolidação comercial. De San Bernardo se diz que tem sido identificado tradicionalmente como uma área degradada, onde se vai dar prioridade à construção de vivenda com inversão privada. O impacto direto do PTM no centro da cidade se difunde pelos bairros vizinhos; este impacto, como tenho sido demonstrado nesta pesquisa, deve ser lido e revisado nas três disciplinas que se configuram para transformação da cidade, o planejamento urbano, a criminologia e o trabalho social.

Assim, no ano 2003 após a apresentação da experiência em Dubai foi promulgado o Decreto 346, o Plano Maestro do Parque Terceiro Milênio, entre cujos objetivos estavam caracterizar o centro como dinâmico economicamente e impedir a deteriorização social e urbana da cidade. Descreve-se a continuação o PTM em termos do seus usos segundo uma divisão interna por zonas e ele mesmo como “un espacio público conector entre diferentes puntos de la ciudad” (Decreto 346 de 2003). Se tinha sido descrito este espaço como vazio, agora ele se realiza como conector, deste modo se consolida a idéia da circulação ininterrupta dentro da cidade. Cria-se o PTM e com ele todo um plano de gestão e de administração segundo responsabilidades institucionais. Se no primeiro momento dentro de *El Cartucho* vimos uma série de instituições voltadas para apagar a presença dos moradores de rua da zona, este plano prevê a reforço deste ação do Estado, apagando a menção destas pessoas no documento, i.e., a destruição discursiva realizada positivamente enquanto não existe como consideração nem como “problema” que deve ser administrado.

Os diagnósticos locais do ano 2004, elaborados pela Secretaria de Fazenda, são significativos, pois vão dar conta das mudanças do centro histórico de Bogotá. Por outro lado, os documentos apresentam uma quantidade de informação e de cifras desde o ano 1997 até o 2002. Aqui se faz um percurso que compila as cifras produzidas após das ações dos últimos Alcaldes: Enrique Peñalosa (1998-2000) e Antanas Mockus (2001-2003). Estes diagnósticos foram publicados como uma série chamada *Recorriendo* por cada uma das localidades pelas que se divide administrativamente a cidade de Bogotá. Como os documentos conservam uma estrutura relativamente homogênea é possível fazer uma leitura simultânea dos diagnósticos das localidades de La Candelária, Santa Fé e Los Mártires, cuja importância se deve ao fato de ficarem em volta do PTM. A delimitação geográfica destas localidades está definida no POT, pois elas se encontram contidas dentro das chamadas “operações estratégicas”. Da mesma forma, estas três localidades estão inseridas na operação estratégica Centro (Centro

histórico-centro internacional). Para efetivar estas operações no POT determinou-se que Bogotá fosse dividida em áreas menores chamadas de Unidades de Planejamento Zonal (UPZ), que são definidas como:

las unidades territoriales conformadas por un barrio o conjunto de barrios tanto en suelo urbano como en suelo de expansión, que mantienen unidad morfológica o funcional. Estas unidades son un instrumento de planeamiento a escala zonal y vecinal, que condiciona las políticas generales del Plan en relación con las particulares de un conjunto de barrios (DECRETO 619, 2000: Artículo 447).

Em uma leitura conjunta, nas três localidades existem UPZ classificadas como “comercial” e “residencial consolidada”. Na localidade de Santa Fé existe uma UPZ classificada como “urbanización incompleta”. A localidade de La Candelária é classificada como uma UPZ “dotacional”, de fornecimento, pois aí tem sede o governo, instituições educativas, religiosas, militares assim como museus e hotéis. Assim, as UPZ que interessam observar são Las Nieves, onde se localiza o PTM, Las Cruces, La Sabana e La Candelária. Porque estas localidades e estas UPZ? Por que são contíguas ao PTM, e portanto, teriam que receber aos moradores de rua deslocados após a destruição de *El Cartucho*. Anunciam-se os bairros que estão sendo tratados pela renovação urbana, especialmente os do centro, Santa Inês, San Bernardo, Las Cruces e San Martin, na localidade de Santa Fé e as zonas da Estação da Sabana e o Cemitério Central na localidade de Los Mártires. Na localidade de La Candelária chama a atenção uma das categorias de conservação de bens de interesse cultural, a restituição. Esta categoria é aplicada quando a existe ocupação, modificação ou destruição parcial de um prédio que foi considerado monumento por legislações anteriores. Assim, nesta localidade não há tratamento de renovação urbana. No mapa das áreas de renovação (**figura 13**) percebemos na nova face da cidade o que foi descrito inicialmente como vazio urbano, agora transformado em Parque.

violência local.

Se bem é certo que as políticas de segurança não são necessariamente políticas “contra o homicídio”, i.e. que se realizam para reduzir mas não de acabar com as mortes violentas na cidade, as cifras de homicídios têm destaque particular nos diagnósticos das três localidades. Deste modo, o documento apresenta um percurso de oito anos, desde 1997 até 2004 com as variações neste caso positivas do fenômeno, ou seja, descidas das taxas de homicídio. Devido a maior grau de detalhe das cifras estas se apresentam também desagregadas por localidade, assim, podemos ver como o homicídio se concentra no centro histórico da cidade. Porém, devemos lembrar que ao usar taxas as localidades com menor população apresentam uma distribuição diferente daquelas com população maior, pois a taxa indica uma maior ou menor proporção de um evento, não sua cifra absoluta. Percebe-se, portanto, como ao longo dos anos se incluíram outras localidades entre as que têm a maior taxa de homicídio na cidade, especialmente a localidade de Santa Fé. A partir dos dados do diagnóstico de 2004, aprecia-se com maior detalhe e de forma progressiva para os anos 2000-2004 (**figura 14**) a tendência registrada pelo documento do CEDE no ano 2000 para a totalidade da cidade de Bogotá (**figuras 2 e 3**), ou seja, a progressiva queda das taxas na cidade e a progressiva concentração do homicídio no centro da cidade.

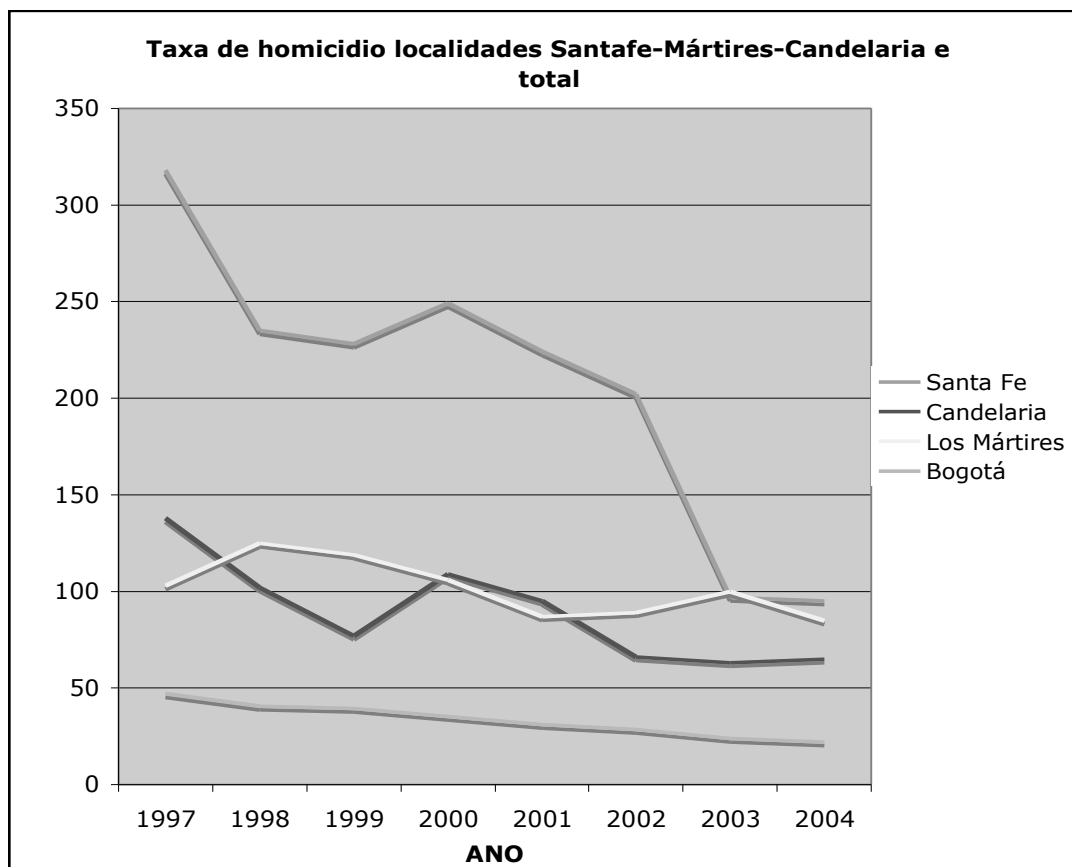


Figura 14. Curvas das taxas de homicídios localidades de Santa Fé, Candelária, Los Mártires e total de Bogotá, 1997-2004. Elaborado com base em: Alcaldía Mayor de Bogotá-Secretaria de Gobierno. 2006a 2006b; Alcaldía Mayor de Bogotá, SUIVD. 2003;

Pelo gráfico podemos perceber um movimento do comportamento da violência homicida em Bogotá que decresce na totalidade da cidade e registra uma mudança radical dentro da localidade de Santa Fé, onde durante a destruição de *El Cartucho* e a construção do Parque Terceiro Milênio cai ostensivamente. Percebe-se que nestas três localidades há uma maior taxa de homicídios do que no geral da cidade e, de fato, se observamos a totalidade das localidades de Bogotá, estas três apresentam os taxas mais altas com respeito as outras.

O estudo da intervenção do Estado que declarava a necessidade de aumentar a sensação de segurança, i.e. eliminar o medo do centro da cidade e fazê-la assim mais competitiva economicamente frente a outras capitais do mundo mostra os diversos mecanismos de controle e transformação dos comportamentos dos indivíduos que escapam das teias de valoração moral. O efeito da ação do Estado, que foi a destruição de *El Cartucho*, espalhou a população que ali morava para os bairros circundantes. A consequência da renovação urbana que deu como lugar o PTM teve desdobramentos dentro da cidade de Bogotá, de modo que o Estado começou uma nova fase na administração da cidade onde se aproveitaram os conhecimentos fornecidos pelas três formas de saber que estamos estudando,

i.e. o planejamento urbano, a criminologia e o trabalho social. Esta nova fase, como a anterior, estava regida pela lei, pelos mecanismos disciplinares sobre os indivíduos e pelos dispositivos de segurança sobre as populações que visam mudar, como aconteceu no caso do PTM, a face da cidade como expressão do poder do Estado.

Neste capítulo apresentei inicialmente a configuração discursiva do projeto para o centro histórico de Bogotá com dois focos: da expansão das políticas de destruição dos prédios em ruínas e da renovação urbana como manifestação da necessidade de ordem e regulamentação do espaço da cidade. O POT apresentava a síntese de diversas visões da cidade –física, econômica e social– que confluíram para dar forma ao centro da cidade conforme à razão do Estado. O POT dispõe, prioriza e coloca em ordem a cidade como um todo, i.e., disciplina o espaço mediante uma funcionalidade diferenciada de acordo com as políticas de zoneamento. A disposição funcional dos elementos da cidade implicam assim uma maior eficiência nos fluxos de mercado e, portanto, aparece como um estímulo ao desenvolvimento econômico mediante o investimento privado e internacional. *El Cartucho* e as zonas vizinhas aparecem como disfuncionais, de modo que são priorizadas dentro das políticas de renovação. Ao mesmo tempo, *El Cartucho* é descrito como borda e limite, como ponto nevrálgico que deve ser aberto para permitir a circulação do centro da cidade.

Apresenta-se aqui um paradoxo no discurso, que coloca a região de intervenção da renovação urbana como um vazio. Deste modo, à série de comportamentos ininteligíveis e que escapam das lógicas de consumo e da razão do Estado corresponde o vazio discursivo. A efetivação do vazio no espaço da cidade concretiza-se mediante a condução e deslocamento dos moradores de rua, cuja presença se apresenta como obstáculo para a circulação. Este deslocamento dos moradores de rua e, portanto, de uma série de comportamentos específicos, implicou o espalhamento da desordem e da violência nas áreas circunvizinhas. Como aconteceu nas descrições de *El Cartucho*, a mídia veiculou igualmente as imagens de medo e violência que carregam os moradores de rua, como perigo para a sociedade.

Junto com as políticas de renovação e destruição houve políticas de atenção e integração para os moradores de rua durante este período. A ação das instituições foi simultaneamente de intervenção e diagnóstico, de modo que se estabeleceram os lugares onde se localizam estas pessoas com tanta precisão quanto nos diagnósticos anteriores, apesar do deslocamento que devia interferir na exatidão da localização. Ainda que a intervenção segue a idéia da atenção e identificação *in loco*, a possibilidade de internamento como forma de disciplinar os comportamentos continuou. Assim, foram simultaneamente desenvolvidos os mecanismos disciplinares, que devalam a falta pessoal mediante o exame autoconsciente e o

afastamento do meio nocivo, a rua, junto com os dispositivos de segurança que procuravam a atenção e a modificação dos comportamentos dos moradores de rua. As variações das formas de vida e as biografias dos moradores de rua enquanto problema são minuciosamente registradas e quantificadas como forma de legibilidade daquilo que deve ser apagado.

Finalmente, aparece novamente a coincidência entre os locais onde permanecem os moradores de rua e as áreas de intervenção das políticas de renovação urbana. Assim, depois da expulsão dos moradores de rua pela destruição de *El Cartucho* eles se deslocaram precisamente para essas bordas, esses limites do centro que devem ser esvaziados para permitir a circulação. Deste modo, configurou-se a renovação urbana como a mais efetiva ação estatal frente ao problema que ela mesma constrói e que precisa administrar. A continuação apresentarei as formas como persistiu esta política e como as diversas disciplinas, saberes e práticas conferiram sua forma particular a esta transformação do espaço da cidade. Da morte da Calle del Cartucho podem-se ler saldos evidentes: acabou-se com a maior “olla” da cidade; diminuíram as taxas de homicídios na zona e na cidade; recuperou-se um setor histórico importante que será o alicerce da recuperação econômica da zona. Tudo isso no marco

CAPITULO 4.

A RENOVAÇÃO URBANA COMO “SOLUÇÃO”: O PROJETO DE CIDADE SAÚDE.

No ano 2004 foi inaugurado o Parque Terceiro Milênio (PTM) e os moradores de rua iniciaram um movimento centrífugo de deslocamento, especialmente para o sul e o ocidente do PTM. Este deslocamento da população de moradores de rua implicava colocar novamente como alvo das políticas públicas os locais que eram ocupados por eles. Na construção discursiva desta população, houve uma seqüência com respeito a sua forma de descrição, no sentido da ampliação e intensificação da quantificação e da intervenção. Durante os anos anteriores a pesquisa acadêmica relacionada com os moradores de rua ou com o Parque Terceiro Milênio foi realizada por estudantes da Universidad Nacional de Colombia. Menciono a dissertação em antropologia de Federico Parra (2003), “Procesos de territorialización entre los recicladores de Bogotá”, sobre os percursos e a territorialidade fluida dos recicladores da cidade. O autor concentra a sua atenção em aqueles recicladores que utilizam carros de tração animal, especialmente cavalos, que recebem o nome de “zorra”. Estes recicladores estabelecem uma relação móbil e transitória com a cidade, ao tempo que tem ligações com zonas rurais como nas áreas de expansão, ainda que sem especificar em *El Cartucho*.

A monografia de Camilo Amador Bonilla (2003) “Un acercamiento comparativo a la subcultura de grupos de niños y jóvenes marginados y excluidos”, onde entrevista uma menino e jovens na cárcere, na escola e na rua. Nos três casos a violência faz parte das suas relações familiares e de vizinhança. O estado, representado no polícia foi identificado com a corrupção e a violência, sobre todo a través de golpes e humilhações, e na forma da “limpeza social”. Os meninos de rua que moravam perto do centro da cidade foram descritos como nômades interurbanos, reforzando a idéia de cultura alterna e ligada violentamente com a “nossa”. Os menores são caracterizados juridicamente como infractores e por estar em

situação irregular, assinala o autor, desde a promulgação do Código do Menor em 1989. O autor assinala estruturas que impedem levar a cabo o objetivo do Estado pela própria forma que ele tem; assim, a incapacidade infra-estrutural das instituições por falta de investimento não da conta da atenção aos menores infratores. Dentro dos entrevistados nas cárceres houve uma descrição de *El Cartucho* que permite reconhecer a representação deste local para os seus usuários. Os delitos que se comentem em *El Cartucho* são nesse ano: venda de entorpecentes, assaltos na rua, venda ilegal de armas, prostituição infantil e homicídios. No centro da cidade em geral os delitos que cometiam os réus foram: furtos, venda de coisas roubadas, venda de drogas, roubos de lojas e carros.

Antes da inauguração definitiva do PTM, e como forma não só de contar, mas também de avaliar o impacto das políticas públicas executadas até o momento, foi realizado o *IV Censo Sectorial* para moradores de rua. Nesta ocasião, incluiu-se também a população de rua do vizinho município de Soacha, ao sul da capital, caracterizado por ser de baixa renda e alto movimento comercial. Também, com grande diferença dos outros dois Censos, nesta vez foi possível também fazer a enquete dentro da população de *El Cartucho*, por circunstâncias particulares: a sua destruição e o deslocamento dos últimos moradores de rua. Três anos depois, este novo Censo mostra um total 14.463 moradores de rua em Bogotá. A maioria deles eram homens, 84,6%; a explicação dada pelas entidades que executaram o Censo acerca do fenômeno da predominância masculina parece uma inversão argumentativa daquilo que significa morar na rua, assim:

La mayor presencia de hombres en la calle, puede obedecer a que en el imaginario colectivo el espacio público representa simbólicamente el territorio de dominación masculina, lo cual se afianza en creencias culturales que le otorgan a este espacio representaciones relacionadas con la fuerza y en algunos casos con la violencia (IDIPRON – DANE, 2004: 2).

A explicação parece dizer que há uma maior proteção das meninas em casa por parte dos seus parentes. Por outro lado, é preciso lembrar que a maioria das mulheres abandonadas ou abusadas nas suas casas opta, particularmente, pelo exercício da prostituição quando sai de casa; às vezes algumas podem achar trabalho como empregadas domésticas com menor dificuldade do que os meninos. A explicação para a preponderância de homens na rua, então, parece ser uma habituação cultural dos meninos para estar na rua, contraposta ao hábito cultural que coloca as mulheres em casa. Deste modo, seria necessário observar os dados da quantidade de prostitutas na cidade para ter um quadro mais amplo das relações entre os gêneros no espaço da rua. No entanto, as trabalhadoras sexuais conformam outra população, com uma administração diferente, o que implica diversidade de políticas públicas e leis

desenhadas para elas, que não são competência deste trabalho. A distribuição por idade e sexo pode ser vista no gráfico seguinte:

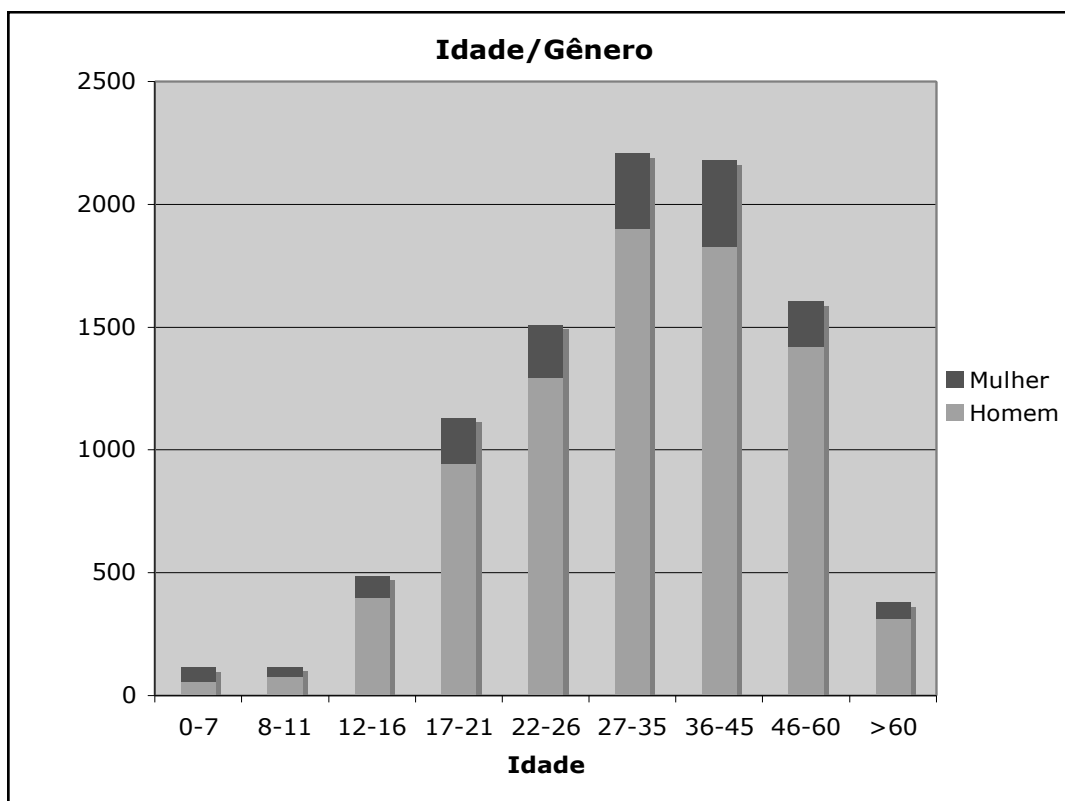


Figura 15. Gráfico da distribuição por idade moradores de rua em Bogotá. Elaborado com base em: Idipron-DANE, 2004.

Crianças, adolescentes e jovens entre 0 e 21 constituem 19% desta população; os adultos entre 22 e 45 representam 60,6% e os maiores de 46, 20,4%. Ainda que a distribuição por idade seja parecida nos três Censos, as estatísticas têm uma preocupação crescente pela medição de grupos de idade superior a 40, dividindo cada vez mais os marcos de idade à medida que se desenvolvem os Censos. Este em particular, por ter sido feito após da construção do PTM, ou seja, quando *El Cartucho* deixou de existir, tomou essa população restante. Assim, no meio de uma ação política de remoção e deslocamento, o Distrito utilizou o prédio do antigo Matadouro municipal, em desuso desde há décadas, para atender esta população. Portanto, o Censo dos moradores de *El Cartucho* não foi realizado *in loco*. Os funcionários destas instituições estatais responsáveis pelo Censo e pelo traslado dos moradores da rua ao Matadouro, DABS, DANE e Idiprón, tem uma leitura do processo após o início da construção do PTM:

La permanencia de habitantes de calle en la localidad de Santa Fe, particularmente en la

zona conocida como El Cartucho, y su desplazamiento o afianzamiento a otros lugares como “Cinco Huecos”, “El Bronx” y el barrio San Bernardo, puede deberse a que se mantienen factores económicos, sociales y culturales, y que el habitante de calle encuentra espacios propicios para el desarrollo de sus actividades de sobrevivencia como son la facilidad para el “rebusque” debido a la alta afluencia de personas y comercio, expendios u “ollas” que facilitan el uso-abuso de sustancias psicoactivas, y la construcción de imaginarios y representaciones simbólicas tanto en el habitante de calle como en la ciudadanía de la posibilidad de un territorio, en donde ellos y ellas pudieron ser, ya que la sociedad los “invisibiliza”, los replega y los rechaza. El Cartucho, fue y sigue siendo el espacio real o simbólico, en donde el habitante de calle, en medio de la violencia del lugar, pudo tener una existencia (IDIPRON – DANE, 2004: 4).

Vemos como o espaço, como local propício para o “exercício da marginalidade social”, – e como diz claramente o documento tanto real quanto simbólico –, começa a ter um lugar importante nas análises do fenômeno: existiriam nas cidades locais fadados a ser “invadidos” pelos moradores de rua. Eles poderiam trazer seus vícios morais, espalhando-se dentro da idéia de contágio. Tomado aquele lugar, seguindo o percurso lógico da narração, a sociedade permitiria seu uso por parte dos moradores de rua, isto é, foram como impelidos para estas zonas. *El Cartucho* transformou-se, como se depreende da descrição, no símbolo do local da morte e da violência em Bogotá.

Continuando com a descrição metódica e detalhada do Censo de 2004, aparecem, dentro das razões pelas quais os moradores de rua saíram de casa, os problemas familiares para 57,7% dos entrevistados. Estes “problemas” são descritas assim:

muchos de los conflictos giran en torno a la violencia intrafamiliar, el abuso sexual, las diferencias generacionales, el uso del tiempo libre por parte de los jóvenes, etc. (IDIPRON – DANE, 2004: 11).

Outros motivos para ir à rua foram as “más amizades”, com 16%, quase sempre em relação com delinquência e uso de drogas. São poucos os que expressam que procuravam na rua um espaço de liberdade e experimentação, 221 pessoas. São muito poucos aqueles que estão na rua porque nasceram nela, 20 pessoas, assim como aqueles que disseram ter sido abandonados, 21 moradores de rua. Pela violência doméstica, a casa deixa de ser o local da segurança e da confiança; ali prevalecem os constrangimentos, confinamentos, espancamentos, abusos sexuais e até ameaças de morte. Como lembra Foucault, a família deixou de ser o modelo do governo do Estado na França do século XIX, para passar a ser o instrumento do governo do Estado. Dentro da mesma lógica de administração, as políticas públicas para a diminuição da violência intrafamiliar tem ganhado destaque cada vez maior para as instituições públicas da cidade de Bogotá. Assim, poder-se-ia dizer que a família como modelo de governo do Estado não é mais viável enquanto que a presença de moradores

de rua é um indicador da desestruturação e da fragmentação dessa instituição, desta célula primordial da sociedade.

Por outro lado, nas relações entre a família e a rua, o tempo de permanência fora de casa como indigente é um dado que tem modificações na distribuição com o passo dos anos. Para 2004, 73,6% dizia levar mais de seis anos na rua; os quadros de cifras parecem como uma leva retirando-se, como se fosse um problema entre gerações. Só 4,5% diz levar cinco anos na rua, e 5,1% diz levar quatro anos nela. Os números daí para frente são decrescentes. Isto fica demonstrado quando o estudo acrescenta que aqueles que levam mais de seis anos na rua têm mais de 35 anos. Isto parece mostrar um desestímulo para as novas gerações fugir para a rua como solução aos “problemas” familiares. Entre o amplíssimo leque de possibilidades dentro da conjuntura atual de Bogotá, a explicação pode ir desde uma maior intervenção do governo na família até as oportunidades que brindam os grupos armados legais e ilegais nas periferias de cidade, isto, o recrutamento como forma de ocupação da mão-de-obra.

Um das recomendações persistentes neste estudo é a “desabituação” do consumo de drogas, em uma transformação da ação dentro do discurso, em uma progressão para tirar as drogas que seja vagarosa e ao compasso da vontade de cada indivíduo. O gráfico mostra o consumo desagregado em dois grupos de idade. Este Censo de 2004, junto com o de 2001, contrasta neste sentido com a visão mais “acurada” da pesquisa piloto de Idipron feita em 1996. Como se viu anteriormente, nessa primeira pesquisa de 1996 pode-se ver que se distinguiam até sete categorias de idade para os jovens, como variável para todas as perguntas, assim como uma progressão no uso de drogas com a idade.

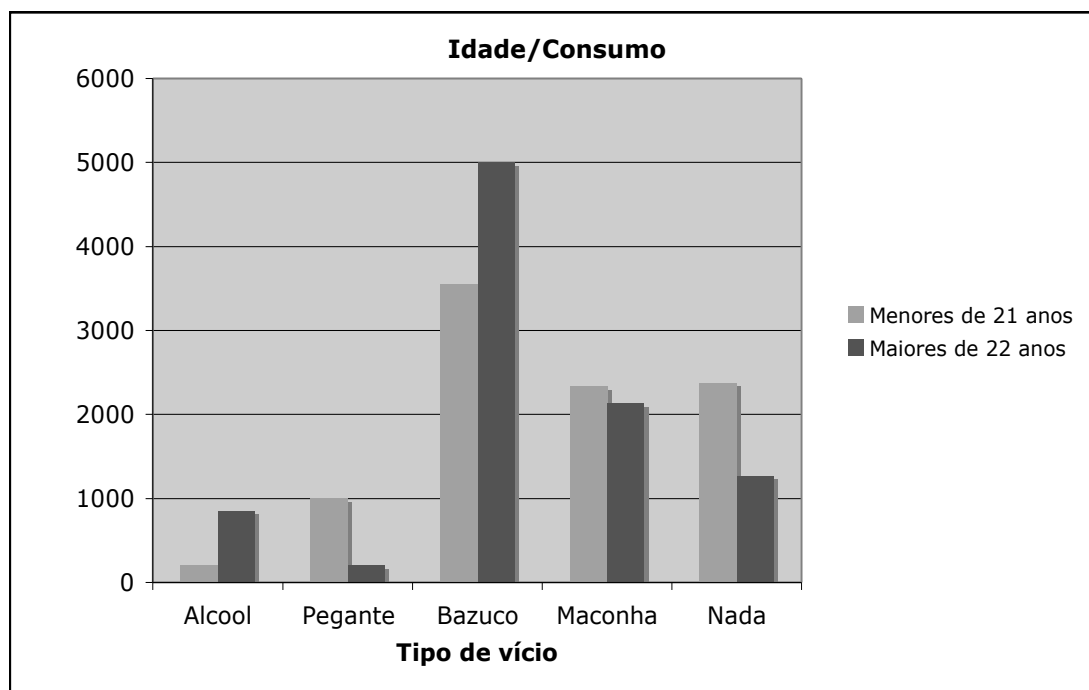


Figura 16. Gráfico da prevalência no consumo de drogas entre moradores de rua em Bogotá. Elaborado com base em: Idiprón-DANE 2004

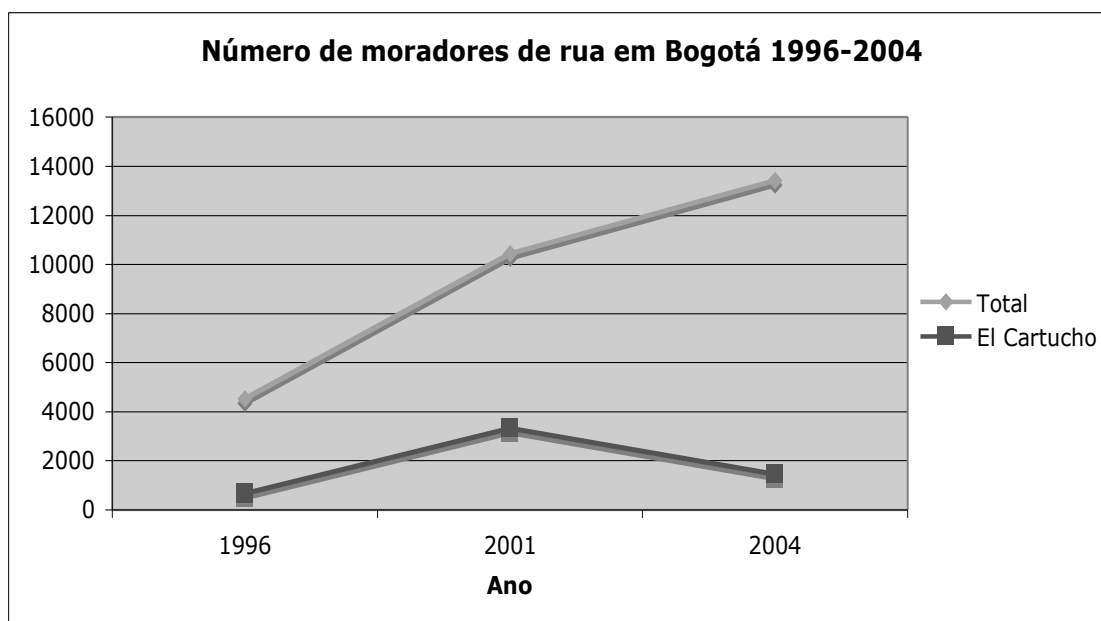
Apresenta-se assim uma persistência no uso de bazuco e de maconha entre a população de rua durante estes oito anos de pesquisa quantitativa; igualmente pode-se perceber a mudança do “pegante”, a cola, substituído pelo bazuco quando as pessoas se tornam mais velhas, em um quadro que persiste durante os três Censos. No documento é também reiterativa a aparição do verbo “usar-abusar” quando se referem ao consumo de drogas, dando assim uma conotação de possível tolerância.

Para mais da metade dos moradores de rua em 2004 a atividade principal para obter dinheiro é catar lixo, 4.699 dos moradores de rua que responderam dedicavam-se a isso. Faziam outras atividades e, como nos outros censos usaram-se os mesmos termos: “retacar” ou pedir esmola, que ocupa 773 moradores de rua; e “trabalhar”, i.e. dedicar-se a atividades delitivas, 542 pessoas. O estudo acrescenta que esta atividade é exercida prioritariamente por indivíduos entre 12 e 35 anos de idade. Neste sentido, a recomendação feita é trabalhar diretamente na atividade principal do morador de rua na cidade:

implementar más programas o proyectos dirigidos a fortalecer de manera técnica y organizada la actividad del reciclaje en la ciudad, porque esta es una de las pocas alternativas de trabajo que tienen los habitantes de calle, además de las que se logran a través de la vinculación a alguna de las entidades a través de convenios interadministrativos, los cuales son de corto plazo. Si se logran crear cooperativas de reciclaje, estas podrían ser para ellos una opción laboral de más largo plazo y estabilidad (IDIPRON – DANE, 2004:).

O discurso claramente aponta a um ideal contratualista e empresarial de vinculação social, apelando à propriedade comunitária como via para gerar e manejar recursos. O escopo destas propostas recomenda um plano de futuro que outras pesquisas têm mostrado não são do interesse dos moradores de rua.

Finalmente, outro documento que complementou o Censo de 2004 foi apresentado pela Diretora de DABS, onde dava conta das medidas tomadas após da remoção dos moradores de rua de *El Cartucho* no ano 2004. Tais foram chamadas de “medidas de emergência”, apesar da construção ter demorado cinco anos, o que verifica a precarização do Estado para orçar este tipo de ações sociais. No prédio do antigo Matadouro Municipal, onde inicialmente, nos primórdios do crescimento da cidade, funcionava uma alfândega na entrada ocidental da cidade, chamada “aduanilla de Paiba”, foram deslocados os últimos moradores de rua que ficaram em *El Cartucho*. Ali se fez o censo de 1.456 pessoas, a maioria, 70,47%, eram homens. A primeira ação assistencial foi de avaliação médica e psicológica, com atenção ambulatoria. Durante 20 dias a administração distrital remeteu estas pessoas aos diversos programas estatais já existentes.



**Figura 17. Curva do número de moradores de rua Bogotá e *El Cartucho*.
Elaborado com base em: Censo Idiprón 1996, Censos Idiprón DANE 2001 e 2004.**

Após ver como se desenha o perfil “do morador de rua” na cidade de Bogotá a partir das estatísticas dos censos, da informação enxergada a partir do trabalho social, este pode ser descrito de forma sintética como um adulto catador de lixo, consumidor freqüente de bazuco, que preferencialmente perambula sozinho. Convêm entender os vínculos entre dois modos de

conduta, de forma que se revela uma positividade no cidadão e na cultura cidadã cujo limite é o morador de rua e, portanto, a “cultura” da rua. No entanto, a relação implica o reconhecimento de outrem que não é sujeito da ação objetiva do Estado, mas que se encontra nas margens da sua possibilidade de reprodução. O reconhecimento e a atribuição do morador de rua na sua condição de cidadão é basilar para a legibilidade dos comportamentos que não estão estruturados dentro das formas modernas de administração e condução das pessoas.

Os diagnósticos realizados pela Secretaria Distrital de Saúde (SDS) no ano 2005 foram publicados como uma série chamada *Diagnósticos locales con participación social* por cada localidade. Estes foram elaborados durante a fase final da construção do PTM. Para os moradores de rua de *El Cartucho* estes aparecem estabelecendo fortes relações entre as localidades de Santa Fé e Los Mártires. Assim, se a zona de *El Cartucho* era considerada o local de pernoite destas pessoas, na localidade de Los Mártires vão estabelecer suas atividades. Da mesma forma, no diagnóstico de Los Mártires vão aparecer novos locais de venda e consumo de entorpecentes:

Los sitios de mayor presencia son “la calle del Bronx” y “Cinco huecos”, donde se ubican principalmente habitantes de la calle y recicladores. La delincuencia común, el expendio de sustancias psicoactivas y la pérdida de seguridad ciudadana, siguen presentes en la zona, que forma parte de una región céntrica de la ciudad, en extremo degradada y que actualmente es objeto de un intenso proceso de intervención en la zona (Secretaria Distrital de Salud, 2005: 55).

Aparecem neste documento dois locais que são de suma importância nesta pesquisa e que veremos ser mencionados em outros documentos da administração distrital. Estes dois locais, que ficam muito perto do PTM vão se consolidar paulatinamente como os novos lugares do medo e da morte na cidade de Bogotá: *La Calle del Bronx* e *Cinco Huecos*. Como estamos observando, as mudanças da cidade operam tanto em termos urbanísticos quanto na morfologia semântica da cidade. Alguns dos novos locais para onde os moradores de rua estão-se trasladando fazem parte da zona para a qual o Decreto 880 de 1998 tinha projetado a continuação do processo de renovação urbana, e que foi definitivamente formalizado no Plano de Ordenamento Territorial de 2000. Por exemplo, o POT tinha determinado nos artigos 423, 433 e 441 o melhoramento do setor urbano dos bairros San Bernardo e San Victorino e previa a inauguração do PTM para o ano 2007. Como sabemos, a inauguração foi realizada no ano 2004.

Entre os documentos que nos ajuda a melhor acompanhar este movimento dos moradores de rua, com seus comportamentos particulares, são os *Diagnósticos de seguridad e convivencia*, elaborados pela Secretaria de Governo para as localidades de Santa Fé no ano

2005 e Los Mártires no ano 2006. Nestes dois documentos aparece especificada a prostituição como um capítulo particular da análise dessas localidades. No caso de Los Mártires, existiam 78 estabelecimentos destinados para este fim, especialmente no bairro La Favorita e na Zona de Alto Impacto. Na localidade de Santa Fé, havia 108, a maioria nos bairros La Alameda e San Bernardo e sobre a Carrera 13 entre a Avenida 19 e a Calle 22 (**figura 22**). Igualmente estes diagnósticos localizam de maneira extrema as oscilações dos moradores de rua no centro da cidade. Sob a distinção entre “parches” e “cambuches” se apresentam nas **figuras 18 e 19** que demonstram a tendência da oscilação durante a destruição de *El Cartucho*.

Desde 2001 até 2005, a administração da cidade fez a contagem desta população que se achava nos seus “cambuches”, os locais de pernoite, de modo que a **figura 18** mostra o deslocamento dos locais de maior permanência. Este trabalho de contagem se fez através das Brigadas de Atención, que chegavam aos moradores de rua oferecendo os serviços do administração distrital. Os diagnósticos destacam na localidade de Los Mártires, além do incremento no número de moradores de rua, um movimento pendular com um ponto mínimo no em dezembro de 2004 quando o DABS acolheu-os em forma provisória no prédio da *Aduanilla de Paiba*.

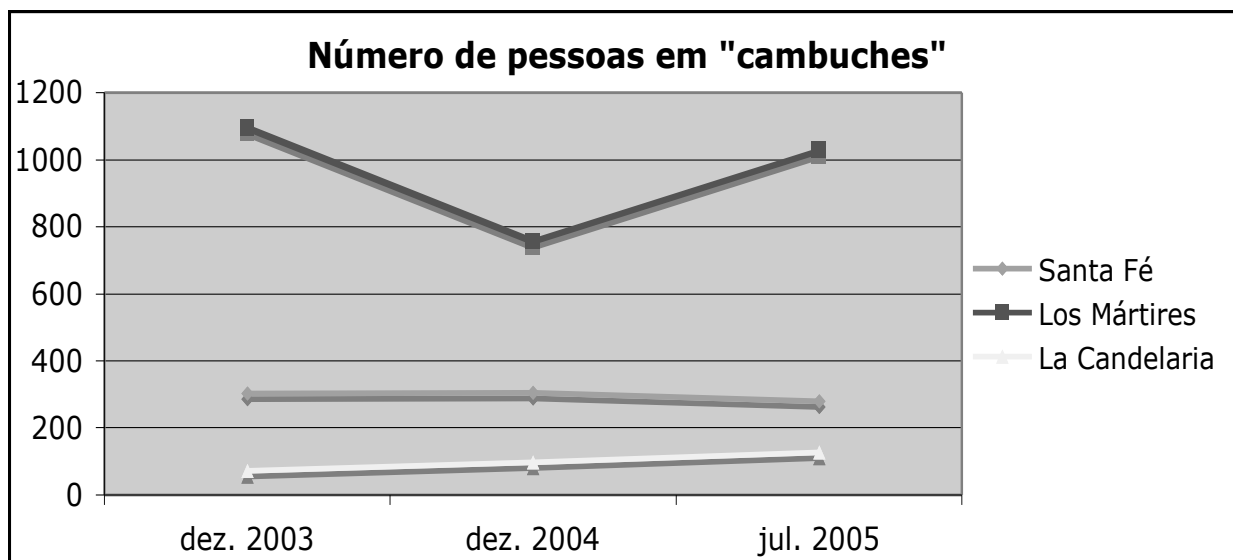


Figura 18. Gráfico do número de pessoas em “cambuches”. Elaborado com base em: Alcaldía Mayor de Bogotá – Secretaría de Gobierno. 2006a-2006b

Os diagnósticos também apontam com exatidão onde se encontravam estes “cambuches”. Na localidade de Santa Fé, estavam nos bairros La Capuchina, La Veracruz, no Teatro El Dorado. Na localidade de Los Mártires, estão principalmente em *La calle del Bronx*

e em *Cinco Huecos*. E na localidade de La Candelária, em zonas esparsas, especialmente sob viadutos e pequenas praças afastadas. Um movimento parecido de deslocamento realizaram os “parches” das localidades do centro da cidade.

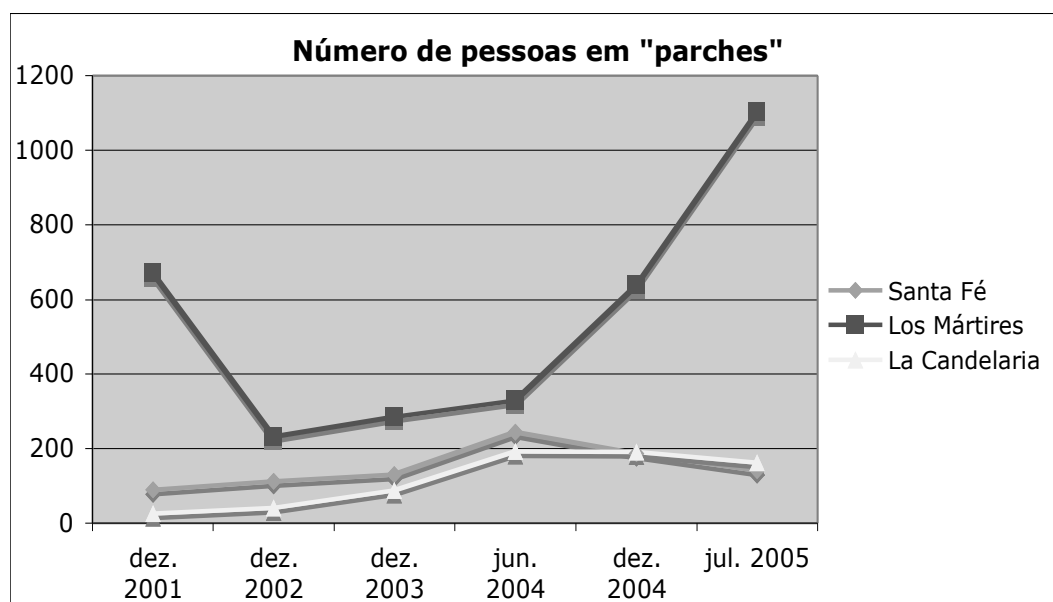


Figura 19. Gráfico do número de moradores de rua em “parches”, do ano 2001 até 2005. Elaborado com base em: Alcaldía Mayor de Bogotá – Secretaría de Gobierno. 2006a-2006b

Lidos separadamente os diagnósticos não permitem enxergar os modos como se deu o movimento centrífugo dos moradores de rua. No diagnóstico de Santa Fé e de La Candelária, os locais de pernoite e mercado destas pessoas, os moradores de rua aparece esparsos, sobretudo nas praças e parques dos bairros vizinhos do centro, enquanto que no diagnósticos de Los Mártires se afirma que os moradores de rua concentram-se em dois focos: a *Calle del Bronx* e *Cinco Huecos*. Por outra parte, os documentos fornecem igualmente a localização exata do homicídio na cidade, i.e. os bairros em torno da Avenida Caracas: La Alameda, La Capuchina, Santa Inés, San Bernardo, Santa Fé, La Favorita, Voto Nacional, El Listón, San Victorino, La Estanzuela, Eduardo Santos, La Catedral, Centro Administrativo e Santa Barbara. O diagnóstico de Santa Fé acrescenta:

Con la desaparición de la Calle del Cartucho, donde se concentraba el tráfico, expendio y consumo de psicoactivos, entre otros comercios, éste se esparció por los barrios aledaños, sobre todo hacia el sur oriente de la localidad, en San Bernardo, las Cruces y Santa Bárbara, donde han ido apareciendo y ampliándose las “ollas” y los denominados “sopladeros”. Hacia el norte en los barrios La Capuchina y La Alameda, alrededor de la prostitución, se forjan expendios que se diseminan para surtir el centro internacional y el centro histórico. El grueso de los negocios se ha trasladado para la localidad vecina, hacia el Voto Nacional en la zona de la “Calle del Bronx” y “Cinco Huecos” (Secretaría de Gobierno, 2006).

A morte violenta vai ser tratada com maior minúcia, no tempo e no espaço, para a localidade de Los Mártires, pois em face à destruição de *El Cartucho* aparece uma contingência que deve ser administrada: o deslocamento dos moradores de rua para estes dois focos. A Avenida Caracas, um dos principais eixos da cidade, apresenta o maior incremento do homicídio em Los Mártires, pois ali se concentraram o 80% dos homicídios cometidos na localidade. A maioria dos homicídios foram executados com arma de fogo contra homens entre 16 e 35 anos de idade.

A *Calle del Bronx*, como foi *El Cartucho* durante décadas, começou a se consolidar como o novo local da morte e da violência no centro da cidade de Bogotá. Apareceu como um bastião de resistência frente as políticas de domesticação e de consumo do sistema de mercado. Neste local, misturaram-se diversas formas de driblar os procedimentos judiciais, criando um novo caos como, por exemplo, mediante o intercâmbio das nomenclaturas das casas (MANCE, 2009). Na *Calle del Bronx*, que fica atrás do Batalhão de Recrutamento do Exército Nacional, comercializam-se armas de fogo como metralhadoras, fuzis, granadas, lança-foguetes e fardas do exército (El Espectador, 13 de julho 2008). Este mesmo jornal apresenta uma fotografia da *Calle del Bronx* que é possível comparar com a fotografia 2 já analisada. Nesta fotografia (**figura 20**) se apreciam também as pessoas usando a rua suja em forma desviada, ainda que esta rua é mais ampla e com edifícios baixos ao invés de casas antigas de *El Cartucho* e, como naquela fotografia (**figura 5**), aparecem varias pessoas consumindo entorpecentes ou durmindo no chão.



Figura 20. Fotografia da *Calle del Bronx*. Fonte: El Espectador, 13 de julho 2008.

A *Calle del Bronx* também foi – e ainda é – lugar de treinamento de matadores de aluguel, onde chegavam os fregueses nos seus carros de luxo (El Tiempo, 18 de junho 2008). Estas descrições de insegurança do setor estavam reforçadas com notícias sobre outras atividades ilícitas, como fabricação dinheiro falso, dólares americanos e bolívares venezuelanos, no bairro San Bernardo (La Vanguardia, 19 de outubro 2009) e roubo de crianças que eram escondidas no bairro Las Cruces (El Espectador, 12 de fevereiro 2009).

Constitui-se assim o medo no próprio centro da sociedade, como percebeu Maria del Carmen Araya em San José de Costa Rica. Nessa cidade houve uma mudança dos discursos do medo que transmitiam dados estereotipados sobre algumas pessoas indesejáveis, provocando assim um pânico moral generalizado. Estas pessoas eram

considerados en algunas narraciones que circulan en medios de comunicación costarricense, hijos “ilegítimos” de la urbe, “demonios populares”, que bajo la imagen de “esperpentos”, fantasmas y monstruos se presentan para hacer que retorne de la depresión de los más profundos temores de algunos ciudadanos (ARAYA, 2007: 138).

Junto com o discurso da destruição do caos aparece a nova criação da beleza e da ordem onde a visão de mundo que persiste e persegue as ações estatais respondem a uma certa visão da estética da cidade. Para esta autora existe um tipo particular de beleza que estimula as transformações urbanas, de modo que “lo que se percibe y aprecia como bello, es una

producción social que responde a intereses y visiones de mundo” (ARAYA, 2006: 43). A uma determinada maneira de concebir o mundo correspondem assim ações que constroem o que deve ser mudado. Neste caso, o medo e o perigo são igualmente construídos a partir tanto das descrições da imprensa como das estatísticas.

O mapa elaborado pela Secretaria de Governo, de acordo sempre com os dados dos levantamentos do INMLCF, usa uma tecnologia nova para a análise de dados e para fazer depois a georreferência dos eventos. Os dados sobre concentração de homicídios apresentados no território de Bogotá não apresentam uma mudança aparente se vistos desde a escala do conjunto da cidade. Se compararmos o mapa do Centro de Estudos para o Desenvolvimento Econômico (CEDE) de 2000 (**figura 3**) com mapa elaborado a partir do Sistema Unificado de Informação de Violência e Delinqüência (SUIVD) de 2005 (**figura 21**), é possível enxergar que é no centro da cidade onde se apresenta a maior concentração de homicídios. Desse modo, em uma primeira aparência a construção do PTM não atingiu um dos seus objetivos, que era a aumento da sensação de segurança:

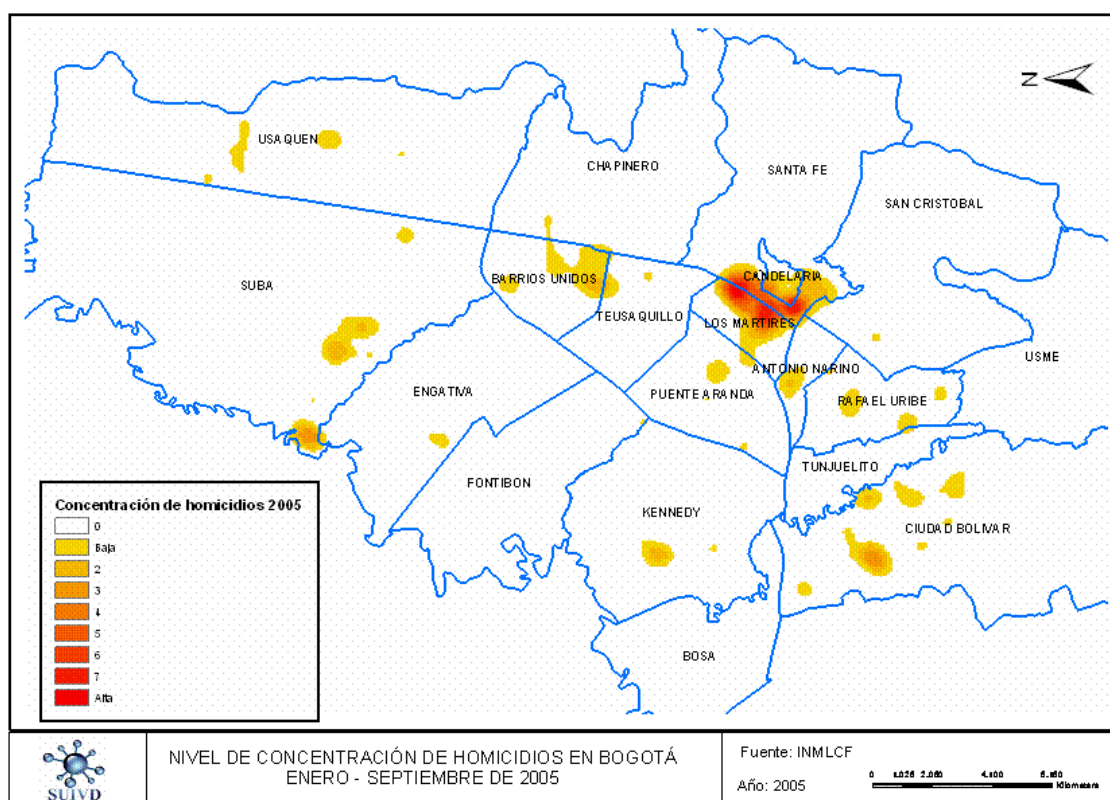


Figura 21. Mapa da concentração do homicídio em Bogotá 2005 (Orientado leste-oeste). Fonte: Alcaldia Mayor de Bogotá - SUIVD, 2005

Esta nova tecnologia que possibilita localizar a ocorrência do crime, especialmente o

homicídio, chamada análise gráfica de Kernel, permite às autoridades determinar com maior exatidão a densidade do homicídio em setores mais reduzidos da cidade. A análise gráfica de Kernel localiza com exatidão as áreas com a maior concentração do homicídio no mapa da cidade, a partir de um código de cores que vai do vermelho até o branco. As primeiras referências desta análise da informação criminal na Colômbia foram as palestras de Claudio Beato (2002) do Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública (CRISP) da Universidade Federal de Minas Gerais para o Departamento Nacional de Planejamento (DNP). Os mapas se constroem a partir dos dados de levantamentos de cadáveres realizados pelo INMLCF. A técnica de identificação de hot spots permite estimar a densidade de ocorrência em uma área determinada. Efetua-se a partir da relação entre o tamanho variável da célula para a estimação da densidade e a distancia com cada ponto onde ocorreu um homicídio. A somatória daria a densidade total, o mapa propriamente dito.

Existe nos mapas apresentados uma gradação marcada pelas nuances das cores, em uma linguagem que remete ao perigo (figura 22). As regiões vermelhas aparecem igualmente como bloqueios e a impossibilidade de passo. Conjugam-se com o uso das cores o intuito de reduzir o aparecimento das zonas cinzas e escuras. Os locais mais perigosos, onde a concentração do homicídio e do crime é maior, são chamados de *hot-spots*. Assimilam-se assim varias significações: o vermelho, o bloqueio, o perigo e o homicídio. Destarte, o mapa como instrumento para delinear a estratégia da ação do Estado e para prever os movimentos dos comportamentos dos indivíduos na cidade, como o deslocamento dos lugares da maior concentração do homicídio, começa a ser cada vez mais acurado e mais minucioso, para dar conta de uma ação mais precisa e mais localizada.

Deste modo, uma aproximação na escala para o centro de Bogotá, que permite enxergar com maior minúcia o comportamento do homicídio no centro histórico da cidade, mostra um enorme vazio que corresponde ao PTM, localizado no antigo bairro Santa Inês. O antigo local da morte dispersou-se, como informam os diversos mapas apresentados. A nova distribuição das cores mostram assim o movimento centrifugo da concentração do homicídio, que corresponde com o movimento centrifugo dos moradores de rua deslocados após a destruição de *El Cartucho*. Em volta do PTM aparecem os bairros com a maior concentração do homicídio no centro da cidade para o ano 2005: La Favorita, Voto Nacional e La Estanzuela (UPZ Sabana), San Bernardo e Las Cruces (UPZ Las Cruces).

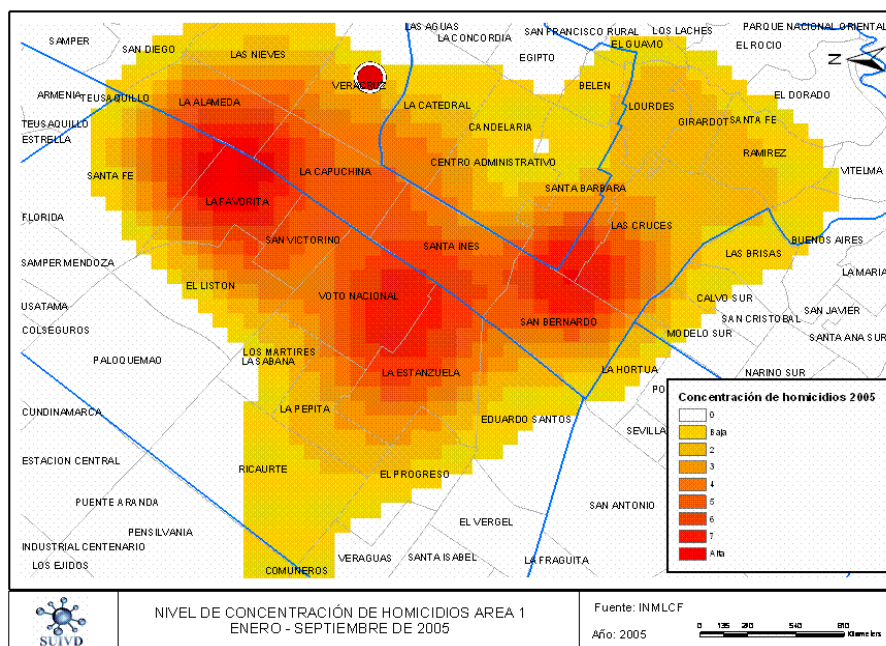


Figura 22. Mapa da concentração do homicídio no centro histórico de Bogotá 2005 (Orientado leste-oeste). Fuente: SUIVD, 2005

Desta maneira ratifica-se, com os diagnósticos locais e com os mapas da concentração do homicídio, a relação entre as mortes violentas e a presença de moradores de rua no centro da cidade. A produção de realidade pelo saber/poder é sempre positiva, de modo que a explicação do espalhamento ajuda a reforçar a metáfora da peste e do contágio. A direção particular que vai adotar essa “mancha da morte e do medo” foi precavida e premeditada mediante a emissão de leis-técnicas. Por outro lado, estas leis cumprem uma função disciplinar dentro do espaço da cidade, de duas formas: primeiro, colocando objetivos enquadrados em outras leis anteriores e, depois, dividindo a cidade por zonas, ou seja, tirando cada pedaço das suas relações com as demais porções em volta em um processo de planejamento da cidade que recebe o nome de *zoning*, zonificação. Assim, a cidade é como uma colcha de retalhos, onde cada um dos quais deve ser administrado com relativa autonomia segundo critérios de mobilidade, especulação imobiliária e usos diferenciados do solo.

Tanto as leis como o *zoning* permitiram uma distribuição “controlada” da população de moradores de rua. Percebe-se também na visão construída para a área de *El Cartucho* que houve uma patologização do território tanto quanto dos hábitos dos seus moradores. Assim, o espalhamento corresponderia com um contágio no espaço da cidade. No livro de 1999 *Los Anormales* Michel Foucault apresenta dois modelos para a divisão dos indivíduos segundo critérios patológicos de classificação. Para Foucault existem dois modelos claramente

diferenciados:

el modelo exclusión de los leprosos, el modelo de individuo a quien se expulsa para purificar la comunidad, finalmente desapareció, en general, entre fines de siglo XVII y comienzos del XVIII. En su lugar, no diría que se introdujo sino que se reactivó una cosa distinta, otro modelo [...] es el problema de la peste y el relevamiento de la ciudad apestada [...] creo que la sustitución, como modelo de control, de la exclusión del leproso por la inclusión del apestado es una de los fenómenos que se produjeron en el siglo XVIII (FOUCAULT, 2007c: 51-52).

Deste modo, vemos que, não por acaso, houve dentro das práticas institucionais em Bogotá uma mudança do discurso voltado para esta idéia de inclusão. O morador de rua, como o empestado, não é tirado do ambiente da cidade, mas ele é conduzido de um local para outro. Vemos que essa condução implica também uma modificação simbólica dos espaços da cidade. Assim, como observamos com a construção do PTM efetivou-se e criou-se um discurso sobre o vazio que permitia o enchimento simbólico deste espaço. Mas não é o planejador quem decide a degradação de um bairro, as mudanças do seu conteúdo ou a densificação informal de uma zona. A função do urbanista é a interpretativa mas não deliberante, a função dele é impedir que o desenvolvimento urbano ocorra de maneira inatural ou imoral dentro da razão do Estado. De que se trata essa economia moral do planejador urbano? Segundo Carlos Giulio Argan, “é fácil determinar que o desenvolvimento urbano é moral quando ocorre no interesse e proveito de todos os cidadãos; é imoral quando ocorre no interesse e em proveito de uma classe ou indivíduo em prejuízo dos outros” (ARGAN, 1995: 236).

Nessa ordem de idéias, o urbanista deve sincronizar os fenômenos urbanos em relação a seu desenvolvimento diacrônico; ele tem que ser um profundo conhecedor da estrutura urbana e deve ter o sentido estético para determinar o que deve ser conservado em relação à evolução da cidade. A interpretação crítica que Argan elabora sobre os planejadores encontra-se inserida, como se percebe, dentro de uma economia moral atravessada pela idéia humanista do bem comum. Esta interpretação divide os modos da ação dos planejadores e coloca os seus limites. Portanto, seria possível perguntar-se pela economia moral do caso em Bogotá? Quais os limites da ação do planejador e quais as motivações que estão em volta dos projetos? Ainda mais importante, de que classe de cidadãos está se referindo Argan? Estariam os moradores de rua dentro daquele grupo de cidadãos aos quais deva interessar um determinado tipo de planejamento? Aliás, existe uma separação entre o interesse cidadão e a “classe determinada” que provoca prejuízos à outrem? O que é possível ver é a estética particular que da forma à ação do Estado. Pois os efeitos materiais das múltiplas ações de Estado que estou apresentando nesta dissertação tem uma forma particular, identificada com uma estética da

cidade que informa da natureza da razão do Estado. Como se sabe, o planejamento não se faz no vazio mas com os elementos que estão disponíveis na cidade. Empreendimentos como o PTM e Cidade Saúde poderiam nos informar, com as suas materializações, do projeto do Estado e, sobre tudo, do tipo de cidadãos que se pretende construir.

O poder de transformar a cidade cai sobre os planejadores, que ordenam o espaço a partir da razão do Estado, de modo que eles determinam o que deve permanecer o do que deve ser destruído, apesar das críticas que possam ter por parte do público: “O fruto das suas decisões se integrará ao território da cidade como signo patrimonial de uma época” (Jeudy, 2005: 82). Mas, segundo Henri Pierre Jeudy, o poder de evocação da memória não é destruída pela destruição da obra; a força do signo que levava o monumento derrubado (ou o ícone do Mal) permanecerá na memória dos cidadãos, mas por quantas gerações? O signo permanecerá, enquanto tudo na cidade está chamado a funcionar como signo. Existe contudo uma relação entre a capacidade de preencher significativamente a cidade e a manifestação sensível desta. Isto, vinculado à característica de confusão total da urbe faz com que ela seja uma experiência total da soberania estética, cuja identidade foge dos totalitarismos da representação. Deste modo, a possibilidade de analisar o significado dentro da cidade permite ver as mutações diacrônicas do espaço. Por isso que a cidade, como teia de significados, expressa esteticamente os interesses particulares que estimulam suas diversas transformações. E essas mudanças permitem ver também as razões e motivações do projeto da ação do Estado, ou seja, suas possibilidades no futuro.

No ano de inauguração do PTM apresentou-se o trabalho de conclusão de curso de Marco Antonio Romero (2004) “Borde del Parque Tercer Milenio: estrategia de intervención con tejidos existentes en un sector consolidado de la ciudad”. Os objetivos do projeto eram deter o processo de deterioro do setor, melhorara a qualidade de vida e aumentar a densidade de população no torno do Parque. Sobre este empreendimento o autor assinala:

la inserción de este nuevo espacio urbano por un lado arrasa con la memoria urbana existente del sector, borra por completo la existencia del barrio Santa Inês, con su origen como uno de los barrios de las personas acomodadas de la ciudad, y su posterior degradacion hasta convertirse en la sede de la calle del cartucho, el lugar insignia de la degradacion urbana y humana en la ciudad, y por otro lado introduce nuevos valores al sector (ROMERO, 2004: 13-14)

Portanto, junto com o espaço público recém formado é preciso para a sua inserção intervir na área de influência do PTM, para deter o processo de degradação e para dar legibilidade ao espaço urbano. Igualmente, a zona de intervenção deve constituir uma

impressão na memória urbana, dentro do caráter contemporâneo e nômade do cidadão da metrópole. Após da análise de tecido urbano e de aplicação de estandares o resultado foi um projeto que procurava garantir a permeabilidade da proposta do PTM na sua relação público/privado. Para isto, devia ser aproveitada a relação com o sistema de transporte e a possível densificação da zona. Igualmente, aponta para a diversidade das atividades comerciais misturada com vivenda

O plano de intervenção que procura a transformação dos bairros San Bernardo, Voto Nacional e Las Cruces se desenvolve e trabalha a partir da correspondência entre as zonas de maior concentração de homicídio na cidade, a localização dos moradores de rua após a sua expulsão pela construção do PTM e as áreas de renovação urbana. Destarte, vemos uma correspondência entre o mapa das áreas renovação com o da concentração do homicídio (**figura 13 e 22**), onde o grande vazio está definido pelo PTM. Juntamente com o fenômeno de deslocamento de moradores de rua aparecem outros discursos sobre a renovação urbana, que descrevem o centro da cidade como um local despovoado, perigoso para os transeuntes e mal administrado economicamente.

Qual o modo pelo qual se normalizou o espaço da cidade considerado perigoso? Depois de ver que o PTM foi criado como forma de controle dos comportamentos, a renovação urbana, considerada como a destruição de prédios degradados, inicia uma seguinte fase dentro do centro de Bogotá. No ano 2005, o *Concejo Distrital* aprovou o Acuerdo 192 mediante o qual se institucionalizou o projeto Cidade Saúde, e que fez posteriormente parte integrante do Plano Zonal do Centro (PZC). No ano 2006 expede-se o Decreto 239, no qual se atribui à Empresa de Renovação Urbana (ERU) o projeto *Centro comercial metropolitano y proyecto residencial de renovación en el sector de San Bernardo* como parte da continuação do projeto de renovação do PTM segundo contido no Decreto 880 de 1998. Neste caso, a ERU tem como objetivo:

La ejecución de actuaciones urbanas integrales para la recuperación y transformación de sectores deteriorados del suelo urbano, mediante programas de renovación y redesarrollo urbano, y para el desarrollo de proyectos estratégicos en suelo urbano y de expansión con el fin de mejorar la competitividad de la ciudad y la calidad de vivienda de sus habitantes (DECRETO 239, 2006).

A ERU começou, assim, a institucionalizar a criação de solo urbano e gerar espaço privado de renovação urbana, i.e. nela articulam-se os interesses estatais e capitalistas. Através dela geram-se as cadeias de oportunidades para a revalorização imobiliária mediante a destruição de espaços degradados, ou mediante a criação discursiva de vazios urbanos que

precisam ser preenchidos visando o bem comum.

No ano 2005, a Secretaria Distrital de Saúde e a Empresa de Renovação Urbana assinaram o convenio 0952 com a empresa de engenharia HCT Ingenieros para realizar um estudo para a criação de um complexo de hospitais no centro da cidade: Cidade Saúde. Assim, em volta do bairro San Bernardo encontra-se uma ampla rede para serviços em saúde que incluem: o Hospital San Juan de Dios, o Hospital Universitario La Samaritana, o Hospital Infantil de La Misericordia e o Hospital Santa Clara, o Instituto Materno Infantil, o Instituto Nacional de Cancerología, de Inmunología e o Instituto Dermatológico Federico Lleras Acosta. Na descrição inicial do estudo da empresa HCT menciona-se que:

Las instituciones citadas se encuentran ubicadas en una zona muy deprimida de la ciudad, caracterizada por edificaciones antiguas, con altos índices de violencia e inseguridad, con una malla vial insuficiente y deteriorada, sin zonas de parqueo y espacio público que ofrezcan unas mínimas condiciones de seguridad y comodidad, con carencia absoluta de entidades financieras y comerciales que faciliten los trámites y diligencias de los usuarios y trabajadores de dichas instituciones (HCT Ingenieros, s.d.).

Esta descrição não diverge daqueles encontradas para *El Cartucho* no seu momento ou as que foram feitas para *La Calle del Bronx* e *Cinco Huecos*; indica-se também a necessidade de ampliar a segurança do setor, assim como os espaços públicos. Ainda, aqui estão presentes elementos específicos que antes não eram mencionados e que estão faltando perto desta cadeia de hospitais, como zonas de estacionamento, entidades financeiras e locais comerciais. De modo que, com a descrição daquilo que deve preencher o vazio urbano vemos com clareza uma série de comportamentos que devem sua configuração com o uso particular da cidade, na qual deve ter primazia a possibilidade de rápido deslocamento mediante o uso automóveis que precisam de espaços especiais e rápidas conexões bancárias. Em fim, um modelo de ação estimulado pelo Estado e que implica a destruição espacial daquilo que se lhe opõe. Assim, a integração é a palavra de ordem dentro desta série de discursos sobre o renovação urbana, o planejamento e administração da cidade.

A cidade pensada desta forma tem que ir além dos seus próprios limites físicos, a abertura deve expandir as fronteiras até a comercialização internacional dos serviços. Sendo assim, os serviços como os bens são passível de ser trocados, o que implica a ampliação do mercado. A competência fica instalada dentro deste discurso das oportunidades procurando com o empreendimento de Cidade Saúde atingir o mercado internacional de saúde. Redução de custos, expansão de mercado e aumento de qualidade de produtos aparecem reiteradamente no documento da firma de engenheiros, focado em ressaltar os tratamentos médicos especializados que podem ser oferecidos. A zona estudada pela empresa HCT Ingenieros

corresponde tanto com a demarcação do **mapa das áreas de renovação urbana no centro** quanto com as **áreas de maior concentração do homicídio** (figuras 13 e 22), como vemos a continuação:



Figura 23. Mapa da localização dos empreendimentos residencial e hospitalar de Cidade Saúde, 2005 (Orientado Norte-sul). Fonte: HCT Ingenieros, s.d.

O estudo de HCT Ingenieros aparece em consonância com a proposta de parcerias público/privado proposta no ano 2005 pela Empresa de Renovação Urbana (ERU). O centro histórico e tradicional de Bogotá conta com 403,5 hectares em zonas para a renovação urbana, quase a metade do total da cidade. Por isso, a ERU pretende consolidar o centro, a través deste instrumento de gestão da cidade, como nodo nacional e internacional para a recuperação urbanística e a reativação imobiliária. Cidade Saúde, localizada em parte no bairro San Bernardo, é descrita como uma área de conservação e renovação mediante o estímulo dos serviços de saúde. Uma das razões da intervenção é a falta de recuperação da inversão, i.e. espera-se que as inversões estatais de renovação sejam revertidas com lucro além da recuperação pela via do despejo dos moradores dos locais com prédios abandonados. Deste modo, a ERU espera com os planos de renovação urbana do centro gerar o “retorno” da população ao centro da cidade e gerar no setor privado credibilidade para intervir nos processos de renovação urbana.

Entre as operações urbanas esperadas, a ERU descreve sua intervenção nos bairros Las

Cruces e San Bernardo, ambos descritos como setores com processo de deterioro, nos quais pretende incrementar a população residente no centro melhorando a qualidade de vida da zona e atraindo o investimento privado. Para esta e outras operações de renovação urbana no centro da cidade a ERU deve contar com um investimento de 15 milhões de dólares em três anos. Quais os instrumentos para atingir estes objetivos? O mais importante, a expropriação, i.e. a capacidade que tem o Estado, segundo a Lei 388 de 1997, de alienar um bem por via judicial ou administrativa de modo que o bem alienado fica sob administração da instituição ou entidade competente. Este é o instrumento mais importante da renovação urbana, que a ERU pretende seja a favor de terceiros, que assegure os direitos edilícios, i.e. o direito de construir e gerar solo imobiliário, o que deve ser realizado expropriando conjuntos de quarteirões e não expropriando prédio por prédio. De modo que a administração da cidade pode desapropriar bairros inteiros com amparo jurídico em benefício da participação econômica do setor privado. Temos assim dois elementos na constituição e geração da cidade, que se podem condensar no aproveitamento de renda mediante a mudança do uso de solo.

A continuidade do plano de renovação após da inauguração do Parque Terceiro Milênio foi assegurada mediante o financiamento de um programa multi-fase de revitalização no centro de Bogotá, com aprovação no mês de maio de 2007 pelo Conselho Nacional de Política Econômica e Social – CONPES 3471 – do Departamento Nacional de Planejamento (DNP) e apoiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Sendo este um documento de caráter econômico, o primeiro que ressalta são as cifras de investimento dentro da cidade, por um valor de US\$10'000.000 ou seu equivalente na moeda nacional. Destarte, o plano de renovação do centro histórico da cidade aparece inserido dentro dos empreendimentos de interesse internacional. O BID descreve o objetivo do projeto piloto para esta recuperação do centro de Bogotá, identificado como TC0011049 e aprovado no ano 2002 para Colômbia assim:

To generate local technical capacity for the design and implementation of projects that can help preserve historical centers in the country and their integration into development, particularly areas that represent the highest levels of cultural interest (Inter-American Development Bank, 2002).

Deste modo, o CONPES 3471 de 2007 continua com estes primeiros investimentos para a preservação dos centros históricos e pretende articular espacialmente a cidade cujo desenvolvimento está sendo executado, segundo este documento, de forma fragmentada e incoerente. O instrumento para a administração da cidade continua sendo a fragmentação mediante a zonificação, de modo que reitera-se o Plano Zonal do Centro (PZC) que tinha sido

formulado igualmente com o BID no ano 2007 (Decreto 492 de 2007). Interessa assim interpretar conjuntamente estes dois documentos, o PZC e o CONPES 3471, cuja elaboração permitiria, segundo a forma como eles próprios estão redigidos, enxergar uma nova etapa da renovação urbana em Bogotá.

O documento CONPES 3471 define uma extensa zona de intervenção, que compreende aproximadamente 1.730 hectares da cidade e descreve-a a partir da redução discursiva do núcleo com maior densidade de homicídios e com maior degradação arquitetônica assim:

el centro ha sufrido un proceso creciente de deterioro físico social, económico y ambiental, que ha disminuido su competitividad y atractivo residencial. El centro presenta también conflictos de usos del suelo, la inseguridad real y percibida es alta, y la movilidad socio-espacial y reubicación de empresas en otras zonas de la ciudad ha dejado gran cantidad de edificios en desuso o situación de abandono (CONPES 3471, 2007: 3).

Esta redução se faz necessária toda vez que o projeto piloto atinge as áreas que estão representadas pelo **mapa 8** elaborado pelo SUIVD como de maior densidade de homicídio, i.e. os bairros de San Bernardo e Las Cruces. Deste modo, a descrição que o documento fez da zona piloto apresenta-a de forma similar a como foi apresentado na virada do século XX para o XXI, a zona de *El Cartucho*. Assim, estes dois bairros

fueron seleccionados teniendo en cuenta su alto nivel de deterioro, presencia de población vulnerable y tradicional, concurrencia de inversiones públicas ya realizadas o en proceso de ejecución en la zona, por ser áreas críticas para el futuro desarrollo de zonas aledañas, el potencial para albergar proyectos demostrativos de intervención integral, y por su dimensión y complejidad (CONPES 3471, 2007: 4).

São três componentes que o documento estabelece para serem realizados durante 3 anos, sendo estes o sócio-ambiental, o de desenvolvimento econômico e o de desenvolvimento urbano. O terceiro componente chama mais a atenção pelo grande investimento na ampliação da área de espaço público e na geração de solo para projetos imobiliários. Ambas atividades sugerem uma leitura da cidade onde o espaço a intervir se encontra esvaziado ou sem um planejamento racional, onde se misturam uma série de atividades que devem ser idealmente diferenciadas e separadas. Da mesma forma que aconteceu com a construção do Parque Terceiro Milênio (PTM), o documento prevê como impacto a possibilidade de abrir as conexões do centro, de modo que pretende-se atingir melhoras nas condições do limite desta área da cidade. Uma das propostas do documento CONPES 3471 é o fortalecimento das parcerias público/privadas como apoios para o desenvolvimento dos projetos estruturantes, de modo que diluem-se as distinções

institucionais de acordo com a natureza do capital para melhor atingir os objetivos da ação estatal. Segundo Foucault, é por isso que não é possível reduzir o Estado à lei e à norma, pois sua própria configuração deve permitir mudanças que ampliem a capacidade de transformação física da cidade e, assim, dos comportamentos dos seus habitantes.

A pesar das enormes dimensões apresentadas inicialmente no documento CONPES 3471, que reduziam as características do centro ao deterioro e à delinqüência, a localização das operações são esclarecidas e determinadas (**figura 24**). Diferencia-se dos anteriores pela forma que apresenta os elementos de intervenção; Assim, nesta fase piloto são frações de ruas do centro de Bogotá cujo desenho lembra anéis de contenção protegendo a lado sul-sudeste do Parque Terceiro Milênio; vemos um ponto que parece uma torre de proteção, o Centro de Operativo Local de Lourdes da Prefeitura, especificamente da Secretaria de Distrital de Integração Social; e mais um ponto avançado: a Praça de Mercado Distrital de Las Cruces.

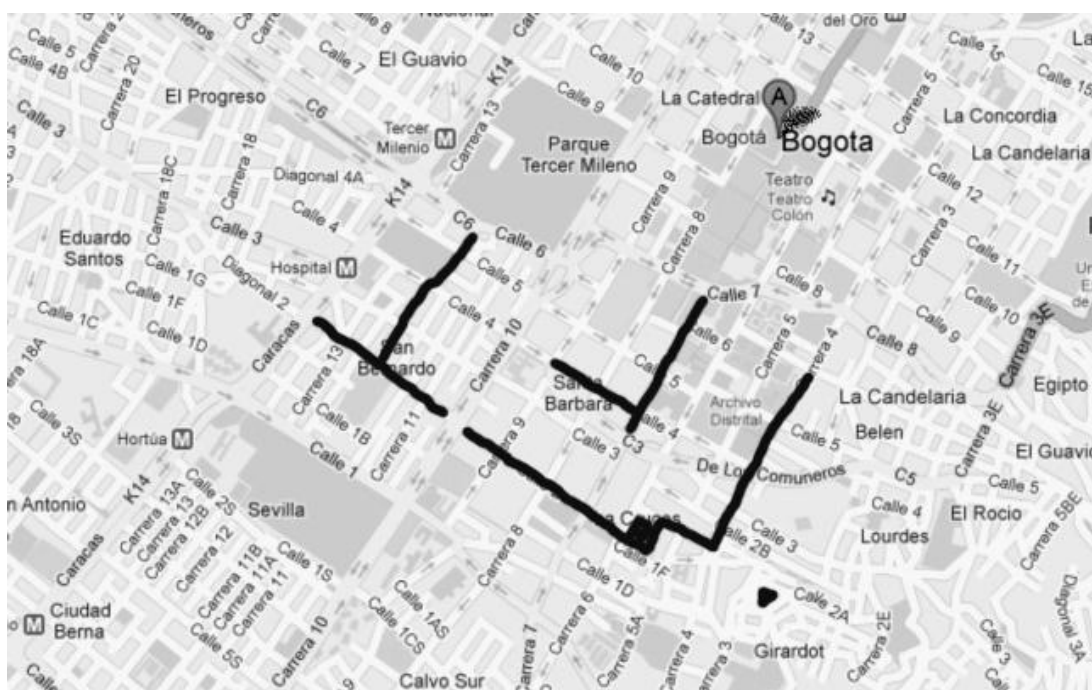


Figura 24. Mapa da localização do projeto piloto de renovação urbana (Orientado Norte-Sul, base Googlemaps2011). Elaborado com base em: Departamento Nacional de Planeación-CONPES 3471, 2007

As ruas e os pontos de intervenção marcam a limite sul do centro histórico da cidade, revelando-se como uma zona onde se aplica uma mudança de uso segundo os parâmetros da zonificação, que pretende, como vimos, a produção de espaço público e de solo habitável.

A Operação Estratégica do Centro de Bogotá e o Plano Zonal Centro (PZC) foram promulgados pelo Decreto 492 de 2007. Neste documento especifica-se inicialmente a zona

da cidade que deve ser objeto de intervenção, levando em conta a divisão por UPZ promulgada no Plano de Ordenamento Territorial (POT) de 2000. Igualmente apresentam-se as definições dos termos para ser utilizados no documento, sendo uma destas a de “Plano parcial de renovação urbana”, que interessa por divergir da definição inicial do Decreto 619 de 2000, o Plano de Ordenamento Territorial de Bogotá:

Es un instrumento de planeamiento establecido para áreas determinadas del suelo urbano con tratamiento de renovación urbana en la modalidad de redesarrollo, a través del cual se articulan de manera específica los objetivos de ordenamiento territorial con los de gestión del suelo concretando las condiciones técnicas, jurídicas, económico-financieras y de diseño urbanístico que permite la generación de soportes necesarios para nuevos usos urbanos o para la transformación de los espacios urbanos previamente existentes, asegurando condiciones de habitabilidad y de protección de la Estructura Ecológica Principal, de acuerdo con las previsiones del POT (Decreto 492, 2007).

Qual a divergência das definições? Inicialmente a positividade do Decreto de 2007 frente ao Decreto de 2000. Se no Plano de Ordenamento Territorial do ano 2000 se mencionam palavras como perda, deterioração, degradação, abandono e baixo aproveitamento, no ano 2007 estas palavras desaparecem para dar lugar aos termos de “redesenvolvimento”, geração, gestão e transformação. Assim, as duas definições se complementam: a primeira fornece as bases para a identificação de lugares dentro da cidade que correspondam com o discurso da carência e da falência. A segunda dispõe a forma na qual estas carências devem ser mudadas. Por outro lado, estas duas definições divergem do Decreto 880 de 1998, pois passa-se do específico e particularizado para o genérico. Assim, se antes se assinalava com exatidão o local degradado, este começou a ser caracterizado, de modo que a identificação já não corresponde a uma denominação pontual mas ao diagnóstico disperso. Portanto, aqueles locais da cidade que correspondem com as características de desuso e degenerescência arquitetônica podem ser alvo das políticas de renovação urbana, sem importar sua localização no espaço da cidade.

O Decreto 492 de 2007 estipula, além disto, a possibilidade das parcerias público/privado para o desenvolvimento urbanístico e imobiliário. Deste modo, a criação da cidade e a comercialização do solo fica ligada ao desenvolvimento do espaço público. As duas faces que usualmente aparecem separadas, o capital e o Estado, aliam-se para a geração da cidade, o que determina uma forma particular de consumo e de comportamento. Uma das definições que interessam, junto com a de renovação urbana é a de Espaços Estratégicos:

Son áreas delimitadas del territorio donde se concentran actividades residenciales, comerciales y de servicios en las cuales se priorizan acciones de ordenamiento que se desarrollan en los Programas Territoriales Integrados (Decreto 492, 2007)

Entre os espaços estratégicos definidos pelo PZC ressaltam os nodos de articulação da borda, entre os quais aparecem Cidade Saúde e *Aduanilla de Paiba*, que a relacionam diretamente com as duas UPZ nas quais vou me deter: La Sabana e Las Cruces como se apresentam no mapa anterior (**figura 24**). Dentro destas UPZ estão os bairros localizados nos arredores do PTM que apresentam, segundo o mapas e os diagnósticos de segurança e convivência, a maior concentração do homicídio no centro histórico da cidade (**figura 22**). Portanto, vamos ver como se administram estes novos espaços da morte, para poder enxergar as similaridades e diferenças com respeito às políticas aplicadas durante e após a destruição de *El Cartucho* e com a construção do PTM.



Figura 25. Mapa da localização das UPZ La Sabana e Las Cruces, 2007 (orientado norte-sul, base Googlemaps 2011). Elaborado com base em: Decreto 492, 2007

Igualmente, dentro do documento aparecem um regime excepcional para a UPZ La

Sabana, enquanto se especifica a existência do Decreto 187 de 2002 onde aparecem os lineamentos para os Planos Parciais de Renovação Urbana para esta UPZ. Neste documento de 2002 a UPZ La Sabana (**figura 25**) destaca-se como nodo articulador do centro histórico com o eixo ocidental da cidade mediante as grandes avenidas que a delimitam: Avenida Eldorado, Avenida Caracas, Avenida 30 e Avenida 6. Aprecia-se no mapa que sua esquina sul tem limites com o PTM, incluindo também os locais que foram descritos no diagnóstico do ano 2006 realizado pela Secretaria de Governo: *Calle del Bronx*, *Cinco Huecos* e o bairro Voto Nacional. Este Decreto 187 de 2002 menciona que esta área apresenta uma oportunidade para a renovação urbana, definida brevemente como instrumento para a recuperação de áreas degradadas. Igualmente, caracteriza-se esta UPZ por conter os usos de alto impacto, entre os quais se incluem casas de lenocínio e de *striptease*, dentro da chamada Zona de Tolerância, como foi definida a partir da Tutela T672 de 2000. Já o Decreto 492 de 2007 (PZC) define que seja objeto de renovação urbana o lote de *Aduanilla de Paiba*, local onde foram concentrados os moradores de rua expulsos com a destruição de *El Cartucho*.

No **mapa 10** também se apresenta, de menor tamanho, a UPZ Las Cruces, onde ficam os locais para o plano piloto de renovação urbana do centro da cidade especificados no CONPES 3471 de 2007. No Decreto 492 de 2007 a UPZ Las Cruces é uma das áreas onde se executam o Programas Territoriais Integrados (PTI), os quais procuram articular projetos urbanos, sociais e econômicos mediante as atuações público/privado, entre estes os planos parciais de renovação urbana. Assim, o PTI para os bairros San Bernardo e Las Cruces, que compõem a UPZ Las Cruces tem como objetivo:

Apoyar el desarrollo social y económico frenando la cadena de deterioro, para mejorar las condiciones actuales de vida y habitabilidad del sector, generando la permanencia de sus moradores y nuevas alternativas para nuevos habitantes (Decreto 492, 2007)

Para o bairro Las Cruces o PZC especifica o fortalecimento do comércio local e das edificações tradicionais, tanto as residenciais quanto as patrimoniais, das quais se destacam a Igreja de Las Cruces, a Praça de Mercado e a Praça de Armas. Procura-se ainda a articulação desta zona com Cidade Saúde. Para o bairro San Bernardo o PZC especifica a promoção do comércio local tradicional e das edificações tradicionais, tanto residenciais quanto patrimoniais como o a Igreja de San Bernardo. Neste bairro também se prevêem projetos imobiliários de vivenda, nos oito quarteirões que ficam na frente do Parque Terceiro Milênio (PTM) assim como o incremento do espaço público com o fim de reverter o processo de “esvaziamento” do centro histórico de Bogotá.

Como aconteceu antes, durante e depois da construção do PTM, no caso dos novos empreendimentos para configurar um novo espaço da cidade a Alcaldia Mayor fez um novo levantamento de dados sobre os moradores da rua no ano 2007, o *V Censo de habitantes de la calle en Bogotá* (IDIPRON – SDIS, 2009). Dentro da introdução ao livro vemos novos elementos com respeito aos outros Censos, como a reflexão acerca da importância da criação de conhecimento para o desenvolvimento das sociedades e da necessidade da gestão e produção público/privada da cidade. Para complementar as formas de construção de conhecimento o documento inicia com uma série de definições começando pela de morador de rua:

Toda persona que no reside en una vivienda prototípica (casa, apartamento o cuarto) de manera permanente (al menos treinta días continuos) y estable (al menos sesenta días en la misma unidad de vivienda) en un momento dado; así como toda persona que reside en un lugar especial de alojamiento como recurso o estrategia para evitar, suspender o terminar con la residencia en viviendas prototípicas (IDIPRON – SDIS, 2009: 29).

Chama a atenção o fato de haverem elementos diferenciais nas definições, pois se nos primeiros censos a condição dos moradores de rua relacionava-se com as doenças mentais e com uma apresentação da aparência ligada à sujeira, ao uso de farrapos e à potencial violência nos seus atos, aqui desvia-se a definição para as relações com a moradia. Derivam-se, assim, dentro deste Censo duas definições inter-relacionadas aos moradores de rua que tem sido estudadas aqui, habitat e rua. O primeiro é uma concorrência de características qualificativas de um dado espaço da cidade, que na síntese cognitiva permite especificar as formas de inter-relação social que podem ocorrer neste espaço, o que permite calcular padrões de conduta específicos. O habitat tem assim, segundo os autores do Censo, “el poder de estructurar comportamientos, establecer patrones de conducta y crear percepciones y representaciones duraderas” (IDIPRON – SDIS, 2009: 34). O que devemos ver aqui é a relação entre poder e espaço, ou melhor ainda, como as relações de poder se manifestam em um espaço dado da cidade e como o Estado constrói uma percepção e uma representação particular encheda de valorações sobre os moradores de rua que implicam uma série de transformações no espaço da cidade como espaço de poder. Já nas relações entre o Estado e o morador de rua como objeto de intervenção o V Censo de 2007 apresenta sucintamente uma leitura das mudanças a partir do século XIX até o presente:

Los cambios recientes podrían interpretarse como el paso desde una política disciplinaria hacia una política de la reparación redentora, ya como la conversión de la condena en justificación, revisten ante todo un carácter formal, semántico, estilístico, casi estético; con pretensiones de pasar por las transformaciones simbólicas de pleno derecho. Ya sea que la

habitabilidad en la calle constituya una manifestación de pobreza o indigencia, de ejercicio radical de autonomía individual, de adopción de modos de vida que desatienden los confines entre actividades públicas y privadas, de exposición de los límites de la corporeidad por cuenta de la sujeción a trastornos mentales o a los efectos del consumo de sustancias psicoactivas, o sea una combinación específica de todo la anterior, cuales fueren las lógicas de la causalidad de la habitabilidad en la calle, lo que parece que es claro es que en el encuadramiento social y estatal de la población predominan las viejas y simples lógicas del control social, sustituto cómodo de una búsqueda de explicaciones científicamente soportadas que devengan en lucidez social y refinamiento conceptual y pragmático del Estado a la hora de “intervenir” esta realidad (IDIPRON – SDIS, 2009: 39-40)

Assim, primeiramente pareciera como si a existência de uma mudança nominal dentro do tratamento fosse apariência e transformação de fachada. Trata-se de uma dupla crítica, a primeira relaciona-se com o fracasso dos modelos alternativos de “atenção”, onde se permitia a expressão dos sentimentos, contra o uso muito freqüente da alimentação e o abrigo como ações caritativas e de “redenção”. A segunda crítica relaciona-se com uma mudança nominal, onde o DABS começou a exigir que os indigentes fossem chamados “cidadãos moradores de rua”, como si uma mudança nominal bastasse para fazer deles portadores de direitos.

A pretensão desta dissertação, longe de ser a procura da verdade, é conhecer em detalhe a ação do Estado sobre um conjunto de pessoas de modo a transformá-las em uma população passível de ser conduzida. Ação do Estado que implica também uma transformação do Estado, pois como vemos o caráter dos dispositivos de segurança que se desdobram sobre os moradores de rua distribuem-se além da intervenção direta sobre os corpos e chega à modificação do espaço urbano como forma de diminuir, mas não de acabar, com os moradores de rua. Trata-se, portanto, de ver não somente as mudanças formais das definições jurídicas dos moradores de rua e suas novas formas de institucionalização, mas de como estas formalidades atingem e transformam frações da cidade. Mesmo assim, o V Censo de moradores de rua de Bogotá apresenta-se como mais um modo de medição e de fazer legíveis pessoas cujos comportamentos não podem ser totalmente apreendidos pela instituição estatal. O V Censo de 2007, da mesma forma que os outros censos realizados desde o piloto de 1996, mostra a intensidade das formas de controle sobre os moradores de rua. Intensificação da conhecimento e dos comportamentos que aparecem como uma positividade, diferente dos pressupostos investigativos triviais baseados na ignorância e na desatenção frente a estas pessoas, i.e. contradições dentro das hipóteses de pesquisa que ficam no sujeito sem passar para a cidade como foco de mudança estatal.

Entre os locais identificados pelo Censo de 2007 aparece *La Calle del Bronx* como o local onde se encontra a maior concentração de moradores de rua na cidade e, como vemos nos mapas elaborados pelo SUIVD de 2005 (**figuras 21 e 22**), é um dos locais de maior

concentração dos homicídios na cidade. Além deste local, a identificação dos moradores de rua deu-se através da observação de características conspícuas destas pessoas como o deterioro físico, o asseio deficiente e os gestos particulares de apropriação da rua. Após da ampla apresentação da metodologia, os resultados deste Censo são apresentados em uma longa série de tabelas e mapas, sem qualquer tipo de descrição qualitativa e retórica da população e do hábitat como foi no caso dos censos anteriores. Assim, o processo de investigação e desenvolvimento proposto inicialmente pelos pesquisadores se resume estatisticamente em 230 tabelas e 20 mapas da cidade, de modo que se objetiva a informação deixando um amplo espaço interpretativo a partir dos densidade dos números. O resultado final foi uma população de moradores de rua estimada em 8.385 pessoas na cidade de Bogotá.

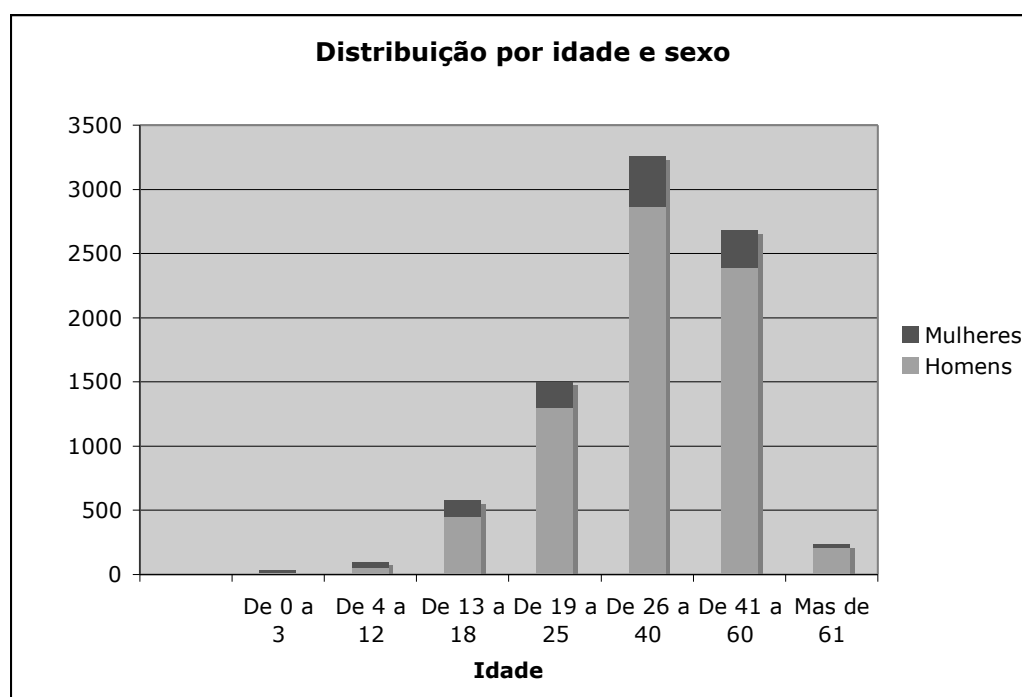


Figura 26. Gráfico da distribuição por idade moradores de rua em Bogotá, 2007. Fonte: IDIPRON – SDIS, 2009

Na distribuição por idade, como vemos **figura 26** as classificações dos diferentes grupos aparece segundo a ordem das competências institucionais, com o abandono definitivo das categoria próprias dos moradores de rua. Aparecem, portanto, os grupos de idade bebês (de 0 a 3 anos); infantes (de 4 a 12 anos); jovens (de 13 a 18 anos); jovens maiores (de 19 a 25 anos); adultos (de 26 a 40 anos); adultos maiores (de 41 a 60 anos) e maiores (mais de 61 anos). Uma divisão semelhante àquelas dos censos anteriores.

Sobre as localidades nas quais se encontram localizados os moradores de rua existe

uma persistência nas localidades de Santa Fé, com 909 moradores de rua e Los Mártires, com 1.901, de modo que se comparado com os gráficos da número de moradores de rua e de cambuches nas duas localidades (**figuras 17 e 18**) vemos um incremento significativo nas duas localidades com respeito ao ano 2005, i.e. uma tendência à concentração dos moradores de rua na localidade de Los Mártires. Igualmente, com o intuito de destrinchar mais detalhadamente os comportamentos dos moradores de rua, este Censo de 2007 apresenta tabelas com o número de cachorros que acompanham a estas pessoas; a origem e motivos para trasladar-se a Bogotá; o nível educativo, que aparece sempre como variável não determinante em todos os censos; lugares de pernoite na cidade de Bogotá, onde as localidades de Santa Fé e Los Mártires aparecem com as maiores cifras; e tempo de convivência e contato com parentes (mãe, pai, irmãos, cônjuges e filhos). A maioria dos moradores de rua, 5.237, são pessoas solitárias, embora existe uma grande quantidade, 732, com vínculos conjugais e filhos na rua. Igualmente, entre os familiares encontram-se as relações de apoio da maioria dos moradores de rua, especialmente da mãe e dos irmãos, embora o estudo não especifica o tipo de apoio ao que se refere com estes familiares. Aparece desagregado o tipo de apoio, onde os mais importantes são a alimentação, o dinheiro e o vestuário. De modo que, não há qualquer descrição do tipo de vínculo que se estabelece entre as pessoas e modo como elas ajudam aos moradores de rua. Por outro lado, fora da família são as entidades públicas as que dão apoio à maioria dos moradores de rua, na forma de alimentação, serviços médicos, asseio e alojamento temporal. Em ambos os casos, tanto familiares como instituições estatais oferecem estes diversos apoios diariamente.

Como nos outros censos, a reciclagem catando o lixo, a mendicância e outras atividades informais como cuidar e lavar carros aparecem como as formas de trabalho mais importantes, efetuadas por 7.234 moradores de rua; o restante dedica-se primordialmente a atividades ilegais. O lugar destas atividades concentra-se também nas localidades de Santa Fé e Los Mártires. Entre as razões para chegar à rua aparece como a principal o consumo de entorpecentes seguido da falta de afeto e dos castigos físicos dentro do lar. O V Censo de 2007 apresenta, como os anteriores censos, a prevalência do consumo de entorpecentes os que geralmente são utilizados em conjunto, de modo que os moradores de rua poucas vezes se restringem ao consumo de uma sustância exclusivamente. Foram 7.033 os moradores de rua que responderam às perguntas relacionadas com o consumo. Como nos outros censos, existe um grande quantidade de entorpecentes consumidos, entre eles álcool, maconha, cigarro, basuco, cocaína, tabaco, inalantes (especialmente cola de sapateiro chamada de “boxer”) e outras drogas psiquiátricas como o êxtase comumente chamadas de “pepas”. Sem levar em

conta que existem diversas combinações, podemos extrair a partir dos dados do Censo a prevalência no uso de cada uma destas substâncias.

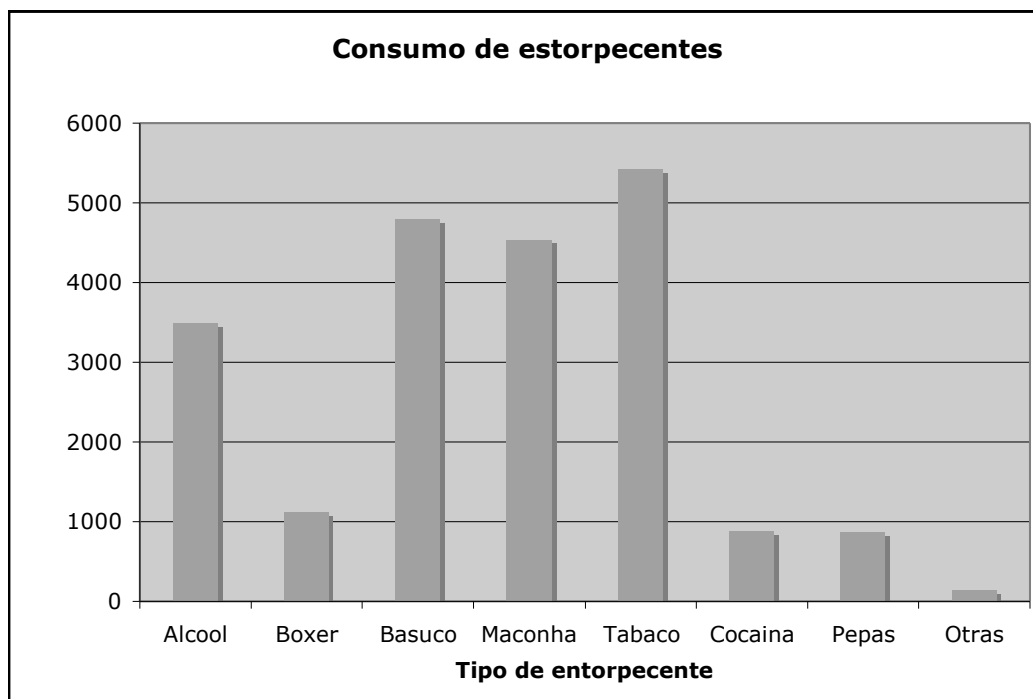


Figura 27. Gráfico da prevalência no consumo de drogas entre os moradores de rua em Bogotá, 2007. Elaborado com base em: IDIPRON – SDIS, 2009

A medida que os moradores de rua envelhecem o consumo de drogas entorpecentes aumenta, de modo que a combinação de maconha, álcool, basuco e tabaco é a mais frequente a partir dos 19 anos de idade. É possível observar também que os menores de 12 anos e os maiores de 61 anos tem as menores taxas de consumo, e que somente 421 moradores de rua declararam não consumir qualquer tipo de substância. A apresentação dos resultados mediante esta enorme quantidade de tabelas exemplifica o intuito de legibilidade mediante a estatística a redução numérica dos indivíduos. A fraqueza das descrições neste último Censo implica uma prioridade na forma quantitativa de enxergar os comportamentos destas pessoas, de modo que facilita, mediante a construção deste indicadores, as formas pelas quais o Estado pretende reduzi-los ou aumentá-los, i.e. trata-se da redução cada vez maior dos comportamentos individuais à frequência para assim tentar modifica-los. Finalmente, o Censo apresenta o mapa com a localização dos moradores de rua na cidade de Bogotá, onde vemos como a maior concentração desta população está no centro histórico da cidade.

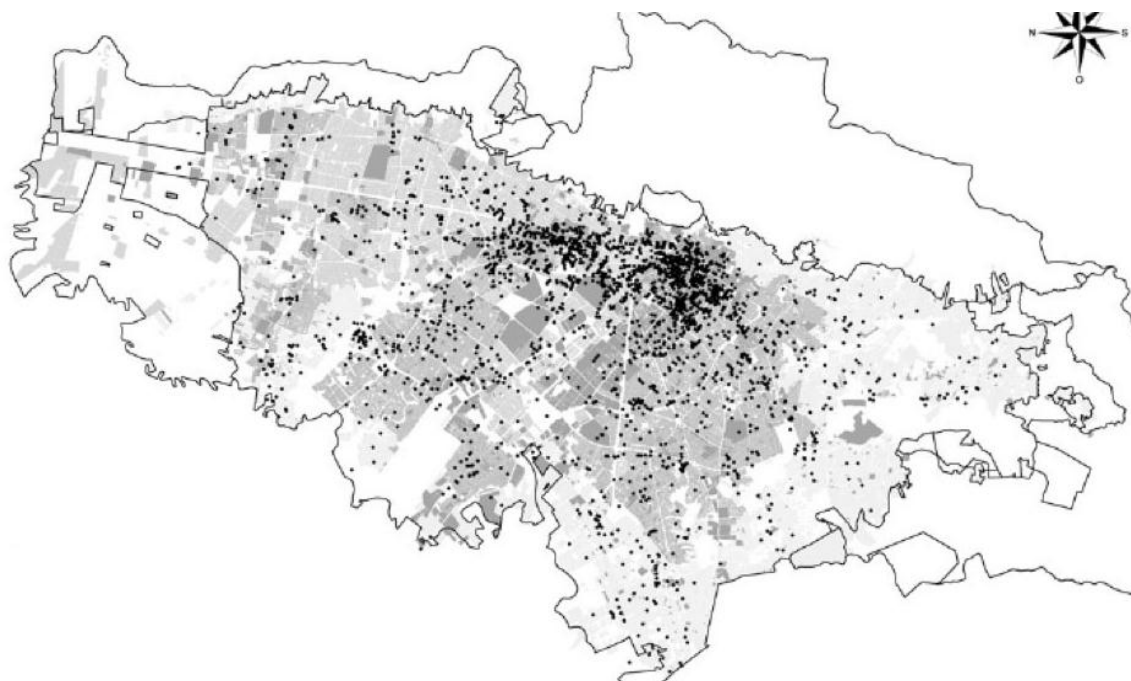


Figura 28. Mapa da distribuição dos moradores de rua na cidade de Bogotá, 2007 (Orientado oeste-leste). Fonte: IDIPRON – SDIS, 2009

Assim, comparando os diversos mapas da cidade até o ano 2007 vemos ainda a correspondência apresentada antes e durante a construção do PTM, ou seja, uma correspondência entre as zonas de maior concentração do homicídio, os locais para a renovação urbana no centro histórico de Bogotá e a distribuição dos moradores de rua no espaço da cidade. Destarte, a tríplice correspondência disciplinar se reforça mutuamente a través da construção da percepção da cidade. Por isto, a renovação urbana se transforma na dispositivo de segurança mais eficaz para mudar os comportamentos por via da destruição dos habitat daqueles indesejados.

A criminologia é também uma disciplina fundamental para enxergar estas mudanças. No ano 2008 a Secretaria de Governo de cidade de Bogotá apresentou o Plano de prevenção de setores críticos em Bogotá, cujo objetivo era reduzir os indicadores de conflitos, violências e delitos. O setor crítico é definido neste caso como um local onde recorrentemente se apresentam ações delitivas, é percebido como inseguro pela cidadania, tem uma alta dinâmica comercial, baixa regulação de atividades como prostituição, venda e consumo de álcool e entorpecentes e invasão do espaço público pela presença de atividades informais industriais como oficinas mecânicas. Das 31 zonas críticas identificadas na cidade o documento ressalta a Calle 19, o bairro Voto Nacional e o bairro Las Cruces. Os critérios de seleção destes dois bairros no Plano de prevenção foram o impacto na percepção de segurança no centro da cidade, a alta concentração de delitos como homicídio, a localização de entidades do estado e

de zonas de lazer para o turismo e a necessidade de levar a cabo o CONPES 3471 pelo qual se financia o PZC. O mecanismo de prevenção dividem-se em dois tipos segundo sua natureza em: infra-estrutura, que inclui vias, iluminação pública, recuperação do espaço público, a renovação urbana e a revitalização do centro da cidade; e de prevenção comunitária, focado nos moradores de rua e trabalhadores sexuais. O documento apresenta também mecanismos de intervenção, especialmente de tipo policial mediante a redução dos roubos na rua, da distribuição de entorpecentes, da economia ilegal, da prostituição e da pornografia.

O setor da localidade de Los Mártires, compreendido entre os bairros La Favorita e Voto Nacional caracteriza-se pela presença de moradores de rua, a localização da Zona de Alto Impacto (como é chamada a zona de tolerância), a presença de zonas de venda e consumo de entorpecentes, especialmente *La calle del Bronx* e *Cinco Huecos* e alta concentração de homicídios e outras atividades criminosas. *La calle del Bronx* em particular caracteriza-se pela alta densidade de moradores de rua, aproximadamente 2.000 segundo o documento, tráfico de alucinógenos, presença de catadores de lixo e vivendas deterioradas que funcionam como inquilinatos e “sopladeros”. Em maior detalhe, *La Calle del Bronx* é descrita assim:

La droga que se distribuye en este lugar no se procesa ni almacena en grandes cantidades. Se acopia en establecimientos cercanos y su producción se realiza en viviendas de diferentes zonas de la ciudad.

Las grandes cantidades de dinero que se intercambian diariamente en el sector (\$250'000.000 aproximadamente), salen en costales y carretas para ser transportadas a los verdaderos dueños del negocio.

Existen cuatro expendios principales de droga denominados “ganchos” clasificados por su calidad y distribuidos territorialmente: Manguera, Nacional, América y Homero (Secretaría de Gobierno, 2008).

O documento apresenta também uma das mais importantes ferramentas para visualizar a concentração do crime, o mapa da concentração do homicídio elaborado pela SUIVD que apresenta os dados dos anos 2006 e 2007 para este setor da cidade (**figura 29**). Neste mapa podemos ver o epicentro da morte, o local conhecido como *La calle del Bronx*, localizado atrás do Batalhão de Recrutamento de Exército e do lado da Basílica do Voto Nacional. Comparado com o mapa de 2005 (**figura 22**), os pontos são diferenciados em celdas menores, o que permitem ver com maior clareza os limites dos locais de venda de entorpecentes do centro da cidade e que contornam o Parque Terceiro Milênio.

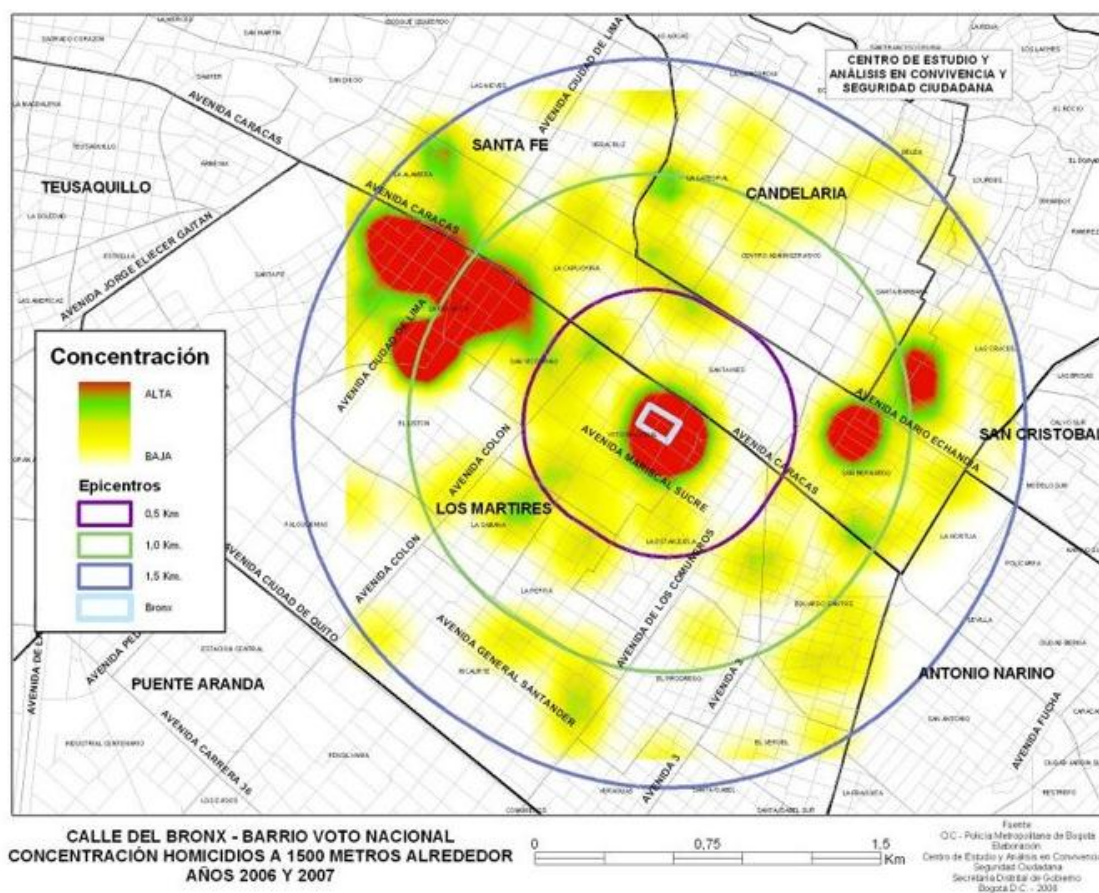


Figura 29. Mapa da concentração do homicídio no centro histórico de Bogotá, 2006-2007 (Orientado oeste-leste). Fonte: Secretaria de Gobierno, 2007.

A ação da Secretaria de Governo depende dos dados do homicídio para a identificação do local junto com as descrições das atividades ilegais que se desenvolvem no local. Constrói-se assim, mediante uma série de discursos os novos locais da morte da cidade que vão ser objeto de intervenção. As diversas ferramentas que o Estado usa para ler os comportamentos da cidade a fim de mudá-los mostram os efeitos das primeiras ações do Estado, i.e. o percurso que va desde a projeção de um tipo ideal de cidade até a cidade construída. Este percurso implicou o deslocamento dos moradores de rua desde seu habitat “tradicional”, ou seja, *El Cartucho* até *La Calle del Bronx*. O acompanhamento temporal permite ver que ambos locais compartilham dentro dos discursos do Estado as mesmas características. O deslocamento das pessoas moradores de rua poderia corresponder a uma ação de condução que derivou no deslocamento simbólico do local da morte, da degradação e da violência.

O Estado operou a renovação urbana como o mecanismo privilegiado de condução dos moradores de rua, pois esta política está concebida como a destruição do hábitat. Este é um mecanismo radical que supera a política de atenção. Assim, o número de moradores de rua tanto no centro quanto na cidade diminuiu, mas se como vimos houve inicialmente uma

concentração em *El Cartucho*, a destruição implicou a deslocamento controlado para o sul e o oriente da cidade, i.e. os locais onde não se prevê qualquer tipo de investimento do setor público ou privado. O Estado se apresenta como gerente e administrador das eventualidade que ele mesmo propicia e que tem como efeito mudanças dentro dos limites da ação do Estado. Ou seja, o Estado estabelece dinâmicas dentro das relações de poder que são transformações dos princípios da natureza em razão do Estado. Deste modo, o limiar entre as duas ordens deve ser radicalizado, sem possibilidade de ambigüidade na passagem de uma para outra. O objetivo que se coloca não é somente da ordem estética mas sobre tudo da ordem econômica, i.e. da reprodução da possibilidade de consumo dentro dos circuitos de conta e de lucro. Isto é evidente nos estímulos constante às parcerias público/privadas para a transformação da cidade como pólo de desenvolvimento econômico e de bem-estar.

Para Colômbia, o Departamento Nacional de Planejamento (DNP) elaborou uma proposta no ano 2006 no documento *Visión Colombia II Centenario* uma estratégia de desenvolvimento humano relacionado com a possibilidade de desenvolvimento econômico e social para o país. O plano *Vision Colombia* reúne também a síntese do projeto estatal que pretende a construção de “cidades amáveis” como meio para alcançar uma série de objetivos econômicos. Da mesma forma, a cidade é para o Estado o futuro da sociedade, de modo que da boa gestão dela dependerá o bem-estar dos cidadãos:

La construcción de ciudades más amables, ordenadas bajo un modelo de desarrollo urbano planificado, con espacio público adecuado, vivienda digna, sin restricciones en la cobertura de servicios básicos como el agua potable y el saneamiento básico, y con un sistema de transporte urbano al alcance de todos contribuirá enormemente al logro de una sociedad más justa y con mayores oportunidades (DNP, 2006: 1, grifos meus).

Esta proposta de estruturação do Estado prevê que a cidade seja um local gerador de riqueza e crescimento econômico, onde se localizem moradias e espaços públicos de qualidade, onde prime a economia no consumo de solo e de energia, que sejam viáveis financeira e institucionalmente e com governabilidade no planejamento urbano e, finalmente, que integrem o mercado do país com o exterior. A razão econômica, que depende das economias de escala e de aglomeração, só é possível, neste sentido dentro das cidades. A cidade se apresenta como meio e fim da expressão dos valores econômicos do Estado contemporâneo.

Neste capítulo final apresentei os modos de formalização das políticas de renovação urbana como forma de administração do perigo e dos comportamentos indesejados na cidade. Se anteriormente vimos os esboços dos programas de renovação, primeiro com sua prova de

eficiência iniciada no Decreto 880 de 1998, continuada com a expansão do programa de renovação como prioridade para certas UPZ do centro de Bogotá, terminamos observando a estruturação de um projeto de grande envergadura. Os efeitos que teve sobre o real a proclamação de decretos e leis foi a transformação da cidade; e essa mesma transformação teve outra série de efeitos que deviam ser continuamente administrados pela ação do Estado. Ou melhor dizendo, a ação do Estado era a administração destas eventualidades. Assim, existe dentro da ação do Estado um certo cálculo de probabilidades a partir das ações anteriores. Por isso o intuito de fazer medições contínuas e exaustivas, como neste caso, dos moradores de rua e da concentração do homicídio. Medir aparece simultaneamente como uma forma de intervir e como uma forma de identificar espacialmente a localização dos moradores de rua. Essa medição cria instrumentos para o desenho de políticas públicas novas a partir do impacto das anteriores. Destarte, o Censo é um instrumento que mide a efetividade da administração do Estado. A medição se faz neste caso cada vez mais quantitativa e numérica, de modo que as variáveis podem ser melhor controladas, descartando ao mesmo tempo aquilo que é invariante.

Assim, as séries dos mapas permitem de visualizar com maior exatidão os movimentos e as mudanças provocadas pelas políticas públicas de renovação urbana. Os mapas da concentração do homicídio apresentam com clareza os deslocamentos de certo tipo de comportamentos associados com a violência. O homicídio é a manifestação mais clara da falta de controle estatal e do caos dentro da cidade. Portanto, localizar a sua aparece como objetivo fundamental para a administração da cidade. A localização dos *hot-spots*, assim como a presença dos moradores de rua, são índices do que esta fora da razão do Estado. Eis o que deve ser governado. A política pública que aparece como mais conveniente para a “solução do problema” é uso do instrumento de renovação urbana. Esta aparece como destruição material, segundo a experiência do PTM, que permite, aliás, o controle dos fluxos e dos deslocamentos. Verifica-se assim a tríplice coincidência entre os *hot-spots*, a presença de moradores de rua e os locais onde deve atuar o instrumento da renovação urbana.

Para fazer efetivo este instrumento, o discurso centra-se na construção dos vazios urbanos. No entanto, aprecia-se uma diferença entre a proposta inicial do PTM com respeito ao projeto posterior de Cidade Saúde. Se no primeiro caso o projeto procurou deletar, no segundo há uma conciliação entre a preservação e a destruição. A manifestação da razão do Estado muda, portanto, a partir dos interesses particulares envolvidos. Eis onde o paradoxo de Henri Pierre Jeudy (2005) deve desenvolver-se, que é o paradoxo entre o que deve ser declarado monumento e o que deve ser destruído. A decisão estética parece inserida dentro

das economias morais norteadas pela própria dinâmica de consumo de mercado, que se expressa no espaço da cidade. Se Clara Van der Hammen assinala que o patrimônio apresenta vários paradoxos no momento de dar esta determinação a uma construção, é preciso analisar as particularidades dos casos estudados. Primeiro, por que idealmente o patrimônio é uma emergência sócio-espacial construída coletivamente, pois é um rótulo imposto a um produto da cultura. Porém, no caso das edificações históricas, as pessoas vivem este processo de patrimonialização como uma desapropriação territorial. Segundo, por que as políticas de patrimonialização iniciam-se, a maioria das vezes, quando os prédios ameaçam ruína (VAN DER HAMMEN *et al.*, 2009). Esta é a decisão sobre uma construção, que transita entre ser um legado que deve preservar-se (desde uma visão “romântica”) ou um obstáculo para o desenvolvimento (desde o “futurismo”).

Ao se conjugar os paradoxos, o monumento adquire um caráter estranho e âmbito vazio, de pura fachada, de casca sem possibilidade de ser explorado ou estudado. Fica coberto de um referente neutro, como se fosse um objeto que tem transcendido qualquer significação para permanecer aparentemente estáticos e veneráveis com o passo dos séculos. No entanto, parece que não estamos perante deste tipo de monumentos desprovidos de função. Pelo contrário, o que aparece é a sacralização da função, neste caso hospitalar. Aqui, a política de renovação urbana parece cumprir, simultaneamente, a função de inverter a significação espacial, de mudar o signo da morte pelo signo da vida, o signo do vazio contraposto com o signo da produção e da reprodução da espécie.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

A DISCIPLINA SOBRE A CIDADE

Durante o processo descrito e analisado que foi da construção de um local específico da cidade como lugar da morte, *El Cartucho*, sua posterior destruição e substituição pelo Parque Terceiro Milênio, mostrei a direção do deslocamento da população de moradores de rua. Esta população ocupou novos lugares perto daqueles dos quais partiram, configurando-se assim novos locais da morte e do medo na cidade, para os quais se projeta sua destruição como forma de administração dos comportamentos. Como apresentei nesta dissertação, foram três disciplinas que se conjugaram como ações dispersas e intensas do Estado sobre o espaço, sobre os comportamentos e sobre as pessoas. Cada uma destas disciplinas agiu com uma série de instrumentos particulares sobre os quais me detive para ver quais as particularidades do processo de construção dos moradores de rua e de sua significação dentro do território da cidade.

Primeiro, os instrumentos para a contagem e a intervenção do que chamei o trabalho social. Neste processo de contagem dos moradores de rua o que mais chama a atenção é a mudança dos nomes das categorias usadas como princípios de discriminação dos indivíduos para a intervenção dentro dos diferentes Censos. A idade aparece como a mais importante variável dentro do processo de identificação; se inicialmente foram usadas as categorias próprias dos moradores de rua para descrever cada um dos grupos de idade, esses nomes vão ser cada vez mais objetivados, passando pelas categorias de intervenção das instituições até chegar ao puro número. Assim por exemplo, se no primeiro Censo algumas pessoas foram colocadas na categoria de “largos”, esta passou a ser denominada como jovens para terminar em um puro lapso de idade, de 17 a 21 anos. Chama a atenção a gradativa pormenorização das categorias de idade, que foram progressivamente aumentando em quantidade, diminuindo os intervalos de cada grupo etáreo. Assim, é possível observar a pretensão do escudrilhamento excessivo e exaustivo dos comportamentos, que são medidos em termos de frequências. Por

isso as descrição dos moradores de rua vão transitar cada vez mais da narração para a numeração, de modo que se nos primeiros Censos se percebe uma descrição quase literária dos comportamentos e um intuito de pormenorizar mediante palavras, no último Censo essa pretensão desaparece completamente, sendo a descrição numérica que da conta das possibilidades combinatórias dos comportamentos, medidos como séries de variáveis que podem ser isoladas e contabilizadas separadamente. A única narrativa que sobra desse Censo é a ampla justificativa do uso dos números, como forma de criação e de desenvolvimento científico. Desse modo, equaciona-se a possibilidade de fazer ciência e, sobretudo, fazer uma ciência socialmente útil, com a capacidade que tem a instituição estatal de escudrilhar com minúcia cada vez maior as frequências do desejo e das necessidades. Finalmente, se nos primeiros censos a localização era dada mediante a descrição extensiva de alguns lugares da cidade, no último Censo aparece um mapa onde os indivíduos estão georreferenciados. Deste modo, fixam-se no espaço da cidade a localização de indivíduos que, pelas suas características e formas de vida, são prioritariamente móveis.

Que se percebeu dentro da criminalística? Temos nesta disciplina o princípio da contagem, da qual ressaltai particularmente uma forma de expressão da violência na cidade qual foi a concentração do homicídio. Nas primeiras descrições do homicídio aparecem a quantificação das mortes e sua localização por localidades. Acompanhando as gráficas de incidência das políticas de segurança aparecem as descrições e as narrações que dão conta de uma emoção em particular: o medo. Esta se constitui como indicador do impacto e da efetividade das políticas de segurança e, portanto, da diminuição daquilo que causa mais espanto no espírito ocidental: a morte. Medo e morte se equacionam e mantem uma relação direta dentro dos objetivos das políticas públicas de segurança, de modo que o descenso dos homicídios implica a diminuição da sensação do medo. Junto com as descrições da sensação se percebe a necessidade de constituir umas margens de frequência a partir do uso da cartografia. Os mapas são deste modo instrumentos de medição tanto das frequências dos comportamentos indesejados como do impacto das políticas.

Paulatinamente vemos como as técnicas de referência geográfica, i.e., a localização pontual do acontecimento, são continuamente depuradas e acuradas. Se inicialmente o medo e a morte localizam-se mediante a descrição, percebe-se como o uso de palavras dá progressivamente passo aos mapas. O mapa informa gráfica e eficazmente sobre a possibilidade de administração dos comportamentos. As técnicas cada vez mais acuradas não somente colocam os pontos de ocorrência do acontecimento no mapa, mas também calculam a dispersão deste comportamento no espaço. Deste modo, os mapas apresentam na verdade

unicamente os pontos de ocorrência, mas as regiões de probabilidade. Deste modo, os cálculos do que pode acontecer, do que pode vir, se apresentam cada vez mais absolutos graficamente e mais moldáveis administrativamente. A possibilidade de visualizar implica a possibilidade de mudar as regiões de probabilidade.

Finalmente, aparece uma disciplina que conjuga a promulgação e a ação mediante as políticas públicas, a capacidade de administração e da ação do Estado sobre os indivíduos. A transformação da cidade mediante a renovação urbana como instrumento do planejamento urbano é um processo diferente dos outros. Se no trabalho social e na criminalística se percebe uma maior propensão a minúcia na descrição e na visualização dos dados como modos de enxergar os comportamentos, isto faz delas disciplinas descritivas. Pelo contrário, o planejamento é uma disciplina projetiva. Se as primeiras trabalham com representação do real esta última trabalha transformando o real, sendo o real a cidade. Assim, os modos da sua ação é diferente das outras, ainda que se realize de acordo com as descrições das anteriores. Como disciplina projetiva o planejamento já traz em si a probabilidade e a previsão. Por isso, se no primeiro decretos foi necessária uma descrição como justificativa da ação, neste caso a presença de moradores de rua, depois o projeto se constituiu negativamente em termos de eliminação. Posteriormente, deixa-se de lado a justificção pela negação e se faz uma avaliação positiva da possibilidade.

Se os decretos descreviam especificamente áreas da cidade a ser intervenidas dentro das suas particularidades, se aprecia como progressivamente os decretos são cada vez mais genéricos e propositivos. A identificação dos locais passa de ser específica para genérica, de modo que se caracteriza sem particularizar onde e de que modo deve atuar o instrumento de renovação urbana. Se inicialmente os decretos indicavam as zonas de intervenção, os planos posteriores descrevem sucintamente as características genéricas do que deve ser destruído.

Vemos como se afinaram os instrumentos de observação, a capacidade de racionalizar o ininteligível, do que não tem cabida na sociedade e mesmo assim permanece. Racionalização pela numeração, ao invés da descrição narrativa, que neutraliza e faz manuseável, mensurável e administrável o que se apresenta como fugidio, ardiloso, viciado e ilegal. Administração numérica dos comportamentos, cuja maior expressão se dá nas margens da ação do Estado, onde este deve manifestar-se com uma maior potencia de racionalidade e com uma maior capacidade de previsão. Assim, quanto mais ardiloso o comportamento mais mecanismos de controle atuam sobre os indivíduos? Como considerar as pessoas cujos comportamentos são ininteligíveis como população? É possível pensar nelas como população?

Desta forma as três disciplinas se complementam mediante a densificação dos instrumentos de medição e de intervenção. A ação do Estado é assim cada vez mais dispersa e exaustiva, cada vez mais abrangente e pontual. A ação do Estado realiza assim um movimento de neutralização, do passo dos princípios de natureza para a razão do Estado, onde a razão do Estado se configura como a transformação dos princípios de natureza nele mesmo. Assim, nada poderia ficar no limiar entre a natureza e o Estado, ou entre o princípio e a razão. De modo que, não estamos perante um fenômeno de continuidade entre a razão do Estado e os princípios de natureza, mas na tensão constante existente na transformação.

Destarte, a condução aparece como a forma pela qual se realiza a adequada administração e o governo dos indivíduos, como nos lembra Foucault. Neste caso a condução requer primeiro de um modo de sujeição dos indivíduos mediante a objetivação, que se realiza com a quantificação. Assim, é possível decidir a diminuição ou o aumento dos números como indicadores de comportamento. Condução objetiva e numérica, que transforma aos indivíduos em frequências de ação e em pontos dentro dos mapas. Deste modo se dá a sujeição pela qual é possível colocar em movimento aos indivíduos. Sujeição como pretensão de reconhecimento de vontade, do desejo e do interesse dos indivíduos mediante a redução numérica dos comportamentos. A sujeição aparece, portanto, como a condução dos corpos de um estado para outro, ou melhor dizendo, quando se realiza a condução dos indivíduos dos princípios da natureza para a razão do Estado, i.e., quando se incorporam os indivíduos às lógicas da razão do Estado e às lógicas de consumo. Assim, existe dois modos de condução, o primeiro que é o processo que sujeita mediante a objetivação e o segundo que conduce aos sujeitos dos princípios de natureza para a razão do Estado.

Dois movimentos simultâneos e indissociáveis que permitem finalmente a administração das populações. O processo de objetivação permite igualmente ligar os sujeitos com os objetivos da ação do Estado enquanto projeto. Ou seja, unicamente mediante a redução do indivíduo ao objeto e ao cálculo probabilístico que é possível predizer os comportamentos. Sem a redução do comportamento ao número a possibilidade de transformação em uma determinada direção, i.e., com um objetivo específico, não pode ser completamente realizada. Por isso, a motivação constante da medição das frequências e dos impactos, que servirão tanto de instrumento quanto de formas de visualizar a condução dos sujeitos. O indivíduo como individualidade e como problema é construído para poder ser sujeitado objetivamente e assim ser conduzido. Inseparabilidade do duplo movimento de sujeição e de objetivação visando a condução, de modo que não é possível pensar uma sem a outra. Porém, o que se está conduzindo?

O que se conduce não é objetivo ou inteligível, nem subjetivo ou com vontade. Duplo princípio da condução, do ininteligível para o inteligível, da minoridade para a maioria, ou melhor dizendo, da falta de vontade para a autonomia das decisões. Portanto, parece surgir a pergunta, o que é aquilo que estou conduzindo, que não é objetivo nem subjetivo? O abjeto. O que é o abjeto? Aquilo que se encontra no limiar das práticas de condução e das práticas de administração, aquilo que está no trânsito e, ao mesmo, tempo aquilo que não podemos excluir, que não podemos eliminar, que não podemos reduzir até a anulação. Aquilo que foge das práticas normais mas que deve ser devuelto e reintegrado. Vemos o duplo modelo descrito por Foucault se desenvolvendo aqui: por um lado, o modelo do leproso que deve ser afastado e, pelo outro, o modelo do empestado que deve ser integrado. Os dois atuam sobre indivíduos considerados perigosos e ameaçantes, e os dois modelos se conjugam na administração das eventualidades. O primeiro modelo materializa-se mediante a destruição de certos locais sob o princípio da infecção; o segundo modelo atua sem destruir o agente infeccioso, o empestado, mas tentando sua diminuição numérica.

Consolidaram-se mediante a conjugação destes dois modelos formas de conhecimento e práticas específicas sobre os moradores de rua em Bogotá, que implicavam a possibilidade de sujeição e de comando. Assim, as diferentes formas de saber/poder determinavam a direção e norteavam o destino, na forma da predição e do cálculo probabilístico, dos efeitos sobre os acontecimentos. O que tentei apresentar foi também uma experiência limite da ação do Estado, i.e., das determinações de que incluir e de que destruir, que preservar e que mudar. No entanto, a experiência limite evidencia também os mecanismos e dispositivos da ação do Estado, fazendo mais fácil a sua compreensão. Como expliquei ao início, não se trata da procura da verdade nem de desvendar os mistérios do aparato estatal. Pelo contrário, aproveitar as formas como os limites são construídos para entender os modos de ação do Estado e as formas como se constituem as relações de poder. Assim, apresentei toda uma série de discursos de várias disciplinas que se complementam, se negam e se conjugam tanto diacrônica como sincronicamente, e que em definitiva determinam a direção da razão do Estado.

As relações do poder entre o Estado e os cidadãos se manifestam na atualidade de uma forma diferente da era clássica. Se antes a manifestação do poder real se dava na destruição total do corpo do criminoso, que era considerado um traidor à integridade do rei, agora na Colômbia o poder do Estado se manifesta mediante a destruição do hábitat daqueles cujos comportamentos são considerados indesejáveis e perigosos. Há, portanto, um deslocamento das relações de poder que não se manifestam diretamente nos corpos mas no espaço que eles

ocupam. Consegue-se assim a condução da população sem destruí-la, evitando desta forma a possibilidade de revolta. Estamos perante uma lógica da economia dos corpos, de evitar os riscos desnecessário do suplício público. No entanto, as novas formas de expressão da ação do Estado diferem daquelas descritas por Foucault, do segredo disciplinar detrás das grades. O que se faz atualmente é mais refinado, pois se trata de construir uma representação do morador de rua como abjeto e, portanto, de sujeito passível de deslocamento e ainda de destruição. No entanto, não existe crime no comportamento dos moradores de rua, pois eles estão considerados fora dos circuitos de conta da economia formal, de modo que seus hábitos de consumo não podem ser controlados plenamente. Assim, não é possível puni-los ostensivamente, menos ainda mediante o espetáculo do suplício e do sangue. Deve haver uma economia na punição, mas ao mesmo tempo um deslocamento do que deve ser punido. Deste modo, se o interesse é a diminuição objetiva de um comportamento esta diminuição não se realiza mediante a transformação direta do indivíduo, já considerado “perdido”, mas com a destruição do ambiente que estes “indivíduos “perdidos” ocupam na cidade.

Por isso, é preciso ser cuidadosos quando tentamos fazer a comparação de fenômenos que apresentam uma semelhança formal. Assim, por exemplo, devemos ver as formas como foram construídas e administradas as representações dos moradores de rua e dos lugares que eles ocupam se queremos entender a ação do instrumento de reforma urbana. No caso brasileiro as semelhanças aparecem em dois casos: crackolândia em São Paulo e os Arcos da Lapa no Rio de Janeiro. No primeiro, a ação do Estado se manifesta às vezes violentamente ou mediante a indiferência. No segundo caso, a abertura da explanada que ligou visualmente a Lapa com a Avenida Beira Mar deve ser entendida nas suas particularidades locais. Temos unicamente uma semelhança formal, mas que não dá conta da emergência dos discursos e das formas de administração da ação do Estado. Portanto, esta dissertação apresenta-se como uma forma contemporânea do método científico, da análise e comparação minuciosa das séries e das construções discursivas no tempo, ainda que sem o intuito de enxergar o erro, mas olhar os mecanismos de predição das eventualidades.

O Estado, para se configurar em procura da ordem, deve administrar os acontecimentos que derivam da sua própria ação, corrigindo e ajustando o processo de construção da cidade. O paradigma da circulação que foi definido no século XIX, cuja máxima demonstração foi a reforma haussmaniana no centro de Paris aparece de novo na virada do século XX para o XXI em uma metrópole Latinoamericana. O paradigma da circulação explicado por Foucault parece ligar as ações do Estado nos dois casos:

Não mais estabelecer e demarcar o território, mas deixar as circulações se fazerem, controlar as circulações, separar as boas das ruins, fazer que as coisas se mexam, se desloquem sem cessar, que as coisas vão perpetuamente de um ponto a outro, mas de uma maneira tal que os perigos inerentes a essa circulação sejam anulados (FOUCAULT, 2008a: 85).

El Cartucho aparecia como um bloqueio da circulação, de modo que era necessária a sua destruição. Além disso, criou-se um espaço aberto e plano, uma lapida de cimento sem qualquer possibilidade de detenção, de criação de uma moradia ou de qualquer tipo de fixação. Qual a diferença entre as duas experiências, separadas amplamente no tempo e no espaço? Existiram nas reformas de Paris um racionalismo técnico-construtivo, onde o embelecimento da nova cidade estava ligado ao traçado de ruas e de canais, à livre circulação de ar, água e homens (Salgueiro, 2001). Portanto, a cidade fechada, cercada de muralhas e fortificações deu lugar a uma cidade aberta, com limites provisórios e dinâmicos: a ideia da circulação que facilitava a higiene e prosperidade públicas começou a ter força a partir o século XVIII. Os fluxos eram ditados pelos novos engenheiros e especialmente pela geometria: a função urbana era dada por meio da circulação. Para os começos do século XIX os técnicos representaram a cidade como um enorme jardim atravessado de infra-estrutura; acentuava-se desta maneira a homogeneidade e descartava-se a diferença. Nesse momento a cidade não podia ser aquela das ruas e becos escuros, do centro amontoados e cheio de população miserável, senão a ambição de concordar a organicidade com a eficiência técnica: a regularidade estática e geométrica da cidade do século XVIII deu lugar à regulação dinâmica da circulação do século XIX. Isto modificou também as leis de desapropriação mediante as quais se fizeram as respectivas reformas no centro escuro e pobre de Paris e o resgate do rio Sena pela destruição de ruazinhas e cais adjacentes. Na fronteira da cidade, mudaram-se as antigas muralhas que protegeram a cidade por novas estações de trem, e assim Paris abria-se ao fluxo das novas estradas de ferro. A cidade foi um campo de confronto, entre o pensamento medieval, a geometrização dos engenheiros e as novas propostas orgânicas de circulação (Picon, 2001).

Os projetos contemporâneos tem outra origem, que data de um século atrás, com a advento dos manifestos futuristas: a construção de avenidas e praças eram para estes visionários concretizações de seu ideal de velocidade. Seguindo esta idéia começaram a circular discursos sobre a demolição de monumentos e a destruição de ruas estreitas e tortuosas, para darem passo as grandes estradas de ferro e vias compridas para automóveis, de tal modo que ao desenvolvimento de Milão os futuristas pregavam a destruição de Roma (Fabris, 2000). Tal idéia de cidade futurista também estava baseada nos grandes tombamentos

feitos na Paris de Haussmann, determinadas por paradigmas de circulação. Os amplos bulevares de Haussmann, por exemplo, buscavam ao mesmo tempo facilitar a marcha dos canhões e acabar com as barricadas, assim como encontrar respostas aos problemas sanitários e de circulação: se pensou pela primeira vez a problemática de cidade em termos de mobilidade. Este foi o modelo a ser transferido às outras grandes capitais do começo do século XX (Salgueiro, 2001) que tinham uma ligação entre uma aceção de racionalismo e de engenharia, uma epistemologia técnica e uma planificação da infra-estrutura de transporte e dos equipamentos. A destruição das marcas geográficas para os futuristas esteve determinada pela velocidade e pelo veículo, que necessariamente implicava o esquecimento do pedestre em prol da emergência da nova máquina.

Os inquietantes modos que tem o Estado para manifestar-se, dentro dessa lógica da mudança da sua ação como relações de poder que transformam as ordens do discurso e concomitantemente a própria definição do Estado, tem começado a propiciar câmbios morfológicos nas cidades e na iconografia mental dos cidadãos. Apesar das tentativas de regulação, como as estudadas dentro desta dissertação, os aparatos estatais com sua institucionalidade e legalidade não conseguem controlar à totalidade dos indivíduos que se encontram inseridos dentro das relações de poder. Nesta dissertação vimos como foram transformados alguns locais do centro histórico da cidade de Bogotá marcados como malignos e como epicentros da morte e do caos, onde deviam criar-se vazios para evitar a desordem dos comportamentos que ali se desenrolavam. Vimos como o local inicial da morte, o bairro Santa Inês, conhecido depois como *El Cartucho*, destruído e transformado no Parque Terceiro Milênio implicou mudanças na cidade mediante as políticas de renovação urbana. Vimos também como houve um deslocamento da população moradora de rua que habitava em *El Cartucho* para os bairros contíguos, especialmente Voto Nacional e San Bernardo. E finalmente vimos como a renovação urbana é admitida como o instrumento mais efetivo para diminuir a presença de moradores de rua no centro da cidade, mediante a aprovação de múltiplos planos de renovação nos locais que eles ocuparam. Nas últimas décadas várias grandes urbes na América Latina tem começado a produzir um tipo de miséria que invade especialmente os centros históricos, devido à natureza dos seus velhos prédios que usualmente apresentam estados avançados de abandono. Assim, os centros históricos destas grandes cidades tornam-se locais fora do controle do modelo econômico de reprodução social. Vemos nos antigos centros uma indigência que, como expressa Loïc Wacquant “cada vez está más concentrada em áreas estigmatizadas, más identificada con barrios en particular a los que se consideran, generalmente, como pozos de infierno urbano” (WACQUANT, 2006: 62).

A cidade não é somente aquela dos planejadores, é uma estrutura não rígida, uma rede de relações sempre em contínuo movimento. Esta é a crítica fundamental que faz Brissac Peixoto (2003) ao urbanismo: pensar que a cidade se expressa somente mediante objetos e formas, quando ela é um campo de forças e de poderes que constituem uma geopolítica. Assim, se dá uma lógica auto-organizativa no espaço da cidade que escapa ao planejamento e que altera a forma do espaço público. Existem processos instáveis feitos por aqueles considerados marginais, informais, que desenvolvem uma parafernália instrumental de sobrevivência: as regiões intersticiais se vão redesenhando segundo a ocupação dos sem-teto, das favelas e dos camelôs. Mas que também apresentam a condição radical do capitalismo: a instabilidade, a mobilidade absoluta, a total disponibilização. Os nômades desenvolvem procedimentos para sua auto-suficiência em condições de mudança contínua. Em seus deslocamentos apropriam-se da cidade em um movimento incontrolado pela especulação imobiliária; seus territórios são dinâmicos, espalhando-se por terrenos vagos, desenhando uma outra metrópole. Dentro das lógicas do consumo, a cidade passou a ser uma simples marca, uma grife para melhor vender-se, para aproveitar-se como singularidade dentro do mercado. Mas paradoxalmente, esta competência mercantil vem ligada a uma homogeneização dentro das expectativas e dos parâmetros internacionais, impostos pelos financiadores dos grandes projetos urbanos. Tais modelos visam a atração do turista internacional, não do morador local, o que exige um certo padrão característico do espaço urbano, cujo elemento mais importante é a segurança.

Devemos também observar as diferenças entre as duas intervenções da renovação urbana no centro histórico de Bogotá, pois entre a destruição de *El Cartucho* para a construção do PTM e a destruição do bairro San Bernardo para a possível construção de Cidade Saúde as formas de administração são diferentes no que diz respeito ao espaço da cidade. Assim, se no caso de *El Cartucho* o intuito foi destruir o ícone do morte e do mal na cidade, no caso do bairro San Bernardo a premissa é o aproveitamento dos equipamentos urbanos existentes, i.e., da enorme rede de hospitais que existem na zona. Vários destes prédios são tombados e considerados bens imóveis de interesse cultural de caráter nacional, de modo que os hospitais, além de ter um caráter monumental, são percebidos como ícones da saúde e da vida. É possível ver que a ação do Estado é também uma ação simbólica sobre o espaço da cidade, de modo que Cidade Saúde pretende expurgar as percepções de perigo e morte pelos de segurança e vida. Assim, não se trata de botar abaixo os prédios das zonas caracterizadas como perigosas, mas da inversão racional e calculada da carga simbólica do lugar: a apropriação positiva do território. Ainda que o mercado ilegal que imperava na zona

de *El Cartucho* e atualmente no bairro San Bernardo deixava enormes ganhos econômicos, a falta da contagem legal do dinheiro que escapava a economia formal de consumo fazia –e fazem– estes lugares indesejados. Apesar que o tráfico ilegal de entorpecentes, de venda de armas, de licor adulterado e de prostituição fazia circular mercadorias e dinheiro, esta economia deve passar pelo cálculo estatal. Deste modo, pela ação do Estado estimulou-se o benefício de uma parte da população; no entanto, parece que é necessário ser mais restrictivo enquanto aos beneficiários diretos de tais transformações dentro da face da cidade. Como apresentei anteriormente, o investimento internacional e suas formas de padronização e estandardização requerem certos locais para o desenvolvimento dos seus interesses. Por isso, projetos como Cidade Saúde e o PTM visam a atração do turismo médico e a internacionalização da cidade por via da especialização na oferta de serviços de saúde.

Os planos e processos de renovação urbana aparecem neste caso como parte das estratégias e mecanismos para o controle e a prevenção da violência, onde se ligam os discursos sobre a segurança que são alimentados pelos pânicos morais da sociedade moderna. As políticas de controle que apresentei respondem a dois necessidades das cidades contemporâneas: primeiro, as exigências dos setores comerciais e privados, para os quais os setores deteriorados em geral e os moradores de rua em particular representam um empecilho e um risco para a rentabilidade econômica. Segundo, existe uma necessidade estética contemporânea que está ligada à razão econômica e à razão de Estado, pelas quais se procura a competitividade internacional da cidade, especificamente do seu centro financeiro e de poder. Assim, junto com as políticas de “atenção” aos sujeitos temos uma crescente transformação da estrutura simbólica da cidade que informa da própria razão do Estado. Mediante a análise antropológica que apresentei nesta dissertação é possível perceber na sua forma mais radical –e limite– o modo como o Estado se regula a ele próprio e à sociedade. Assim, o uso de emoções específicas para a construção de sujeitos e a destruição do seu habitat aparece como um dos modos mais importantes de administração. Parece que houve uma manipulação das emoções mais fixas dentro do subconsciente dos seres humanos: o medo e a fobia perante o ininteligível. Como tais emoções foram geradas em certos locais da cidade pelas interações sociais que ali acontecem dentro da razão do Estado, o intuito de destruição aparece como uma forma de domesticação das consciências. Mas, aparentemente, a realidade social não muda simplesmente invertindo o significado na estrutura da cidade. Por isso, dentro da administração das eventualidades e da ação do Estado, estas se constroem e reconstroem incessantemente, em um jogo constante de efeitos que criam problemas novos que precisam de novas soluções.

FONTES

Leis e Decretos

DECRETO 1.136 DE 1970 del Presidente de la República de Colombia. Por el cual se dictan algunas medidas sobre protección social

LEY 100 DE 1993 del Congreso de la Republica de Colombia. Por la cual se crea el sistema de seguridad social integral.

ACUERDO 13 DE 1995 del Concejo de Bogotá D.C. Por medio del cual se crea el Programa Integral de Protección y Seguridad Social a los Indigentes de la ciudad de Santa Fe de Bogotá, D.C.

DECRETO 897 DE 1995 del Alcalde Mayor de Bogotá D.C. Por el cual se crea el Programa Distrital de Atención al Habitante de la Calle.

LEY 388 DE 1997 del Congreso de la Republica de Colombia. Por el cual se modifican la Ley 9 de 1989 y la Ley 2 de 1991, por las cuales se dictan normas sobre planes de desarrollo municipal, compraventa y expropiación de bienes.

DECRETO 630 DE 1998 del Alcalde Mayor de Bogotá D.C. Por el cual delegase en el Jefe del Departamento Administrativo de Bienestar Social del Distrito la identificación de la población considerada indigente por carecer de vivienda e ingresos.

DECRETO 880 DE 1998 del Alcalde Mayor de Bogotá D.C. Programa de Renovación Urbana para la recuperación del sector comprendido por los barrios San Bernardo y Santa Inés y sus zonas aledañas.

ACUERDO 33 DE 1999 del Concejo de Bogotá D.C. Por el cual se crea una empresa industrial y comercial del Distrito Capital – Empresa de Renovación Urbana.

DECRETO 619 DE 2000 del Alcalde Mayor de Bogotá D.C. Por el cual se adopta el Plan de Ordenamiento Territorial para Santa Fé de Bogotá, Distrito Capital

DECRETO 187 DE 2002 del Alcalde Mayor de Bogotá D.C. Por medio del cual se reglamenta la Unidad de Planeamiento Zonal No 102, La Sabana, ubicada en la localidad de Los Mártires.

DECRETO 346 DE 2003 del Alcalde Mayor de Bogotá D.C. Por el cual se adopta el Plan Maestro del Parque Tercer Milenio.

ACUERDO 192 DE 2005 del Concejo de Bogotá D.C. Por el cual se institucionaliza el

proyecto Ciudad Salud.

DECRETO 239 DE 2006 del Alcalde Mayor de Bogotá D.C. Por medio del cual se reasigna una función a la Empresa de Renovación Urbana de Bogotá, inherente al desarrollo del proyecto Centro Comercial Metropolitano y Proyecto Residencial de Renovación en el sector de San Bernardo.

DECRETO 492 DE 2007 del Alcalde Mayor de Bogotá D.C. Por el cual se adopta la Operación Estratégica del Centro de Bogotá y el Plan Zonal del Centro.

BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO, proyecto TC0011049 de 2002: <http://pws.ladb.org/mobile/projects/project.cfm?id=TC0011049&lang=en>

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PLANEACIÓN – CONSEJO NACIONAL DE POLÍTICA ECONÓMICA Y SOCIAL 3471. 2007. *Garantía de la nación a Bogotá D.C. para contratar una operación de crédito público externo con la banca multilateral hasta por la suma de US\$ 10 millones, o su equivalente en otras monedas, destinado a financiar parcialmente la primera fase del programa multifase de revitalización del centro de Bogotá.*

Estadísticas e diagnósticos

ALCALDÍA MAYOR DE BOGOTÁ, Departamento Administrativo de Bienestar Social. 2000. *Inclusión social del habitante de la calle.*

ALCALDÍA MAYOR DE BOGOTÁ – Instituto de Desarrollo Urbano. 2002. *Rehabilitación del centro urbano, el proyecto Tercer Milenio.*

ALCALDIA MAYOR DE SANTAFÉ DE BOGOTÁ, Observatorio de Cultura Ciudadana. 1998. *Territorios del miedo en Santafé de Bogotá. Imaginarios de los ciudadanos.* Bogotá: TM editores.

ALCALDÍA MAYOR DE BOGOTÁ – Secretaría de Hacienda – Departamento de Planeación Distrital. 2004a. *Recorriendo La Candelaria.*

_____. 2004b. *Recorriendo Los Mártires.*

_____. 2004c. *Recorriendo Santa Fé.*

ALCALDÍA MAYOR DE BOGOTÁ – Secretaria de Gobierno. 2006a. *Diagnóstico de Seguridad y Convivencia de la Localidad de Santa Fe 2005.*

_____. 2006b. *Diagnóstico de Seguridad y Convivencia de la Localidad de Los Mártires 2006.*

ALCALDÍA MAYOR DE BOGOTÁ, Secretaría Distrital de Salud. 2005a. *Diagnóstico local con participación social, La Candelaria.*

_____. 2005b. *Diagnóstico local con participación social, Los Mártires.*

_____. 2005c. *Diagnóstico local con participación social, Santa Fe.*

ALCALDÍA MAYOR DE BOGOTÁ, SUIVD. *Estadísticas de violencia y delincuencia en Bogotá. 2002–2003.*

_____. *Homicidio común, concentración en las localidades de Los Mártires, Santa Fé y Candelaria, 2005–2006.*

_____. *Homicidio común, concentración en Bogotá D.C., 2005–2006.*

_____. *Caracterización del homicidio en Bogotá, enero–abril 2007.*

CÁMARA DE COMERCIO DE BOGOTÁ. 1997. *Habitantes de la calle. Un estudio sobre la calle de El Cartucho en Santa Fe de Bogotá.* Bogotá: Cámara de Comercio de Bogotá.

CENTRO DE ESTUDIOS PARA EL DESARROLLO ECONOMICO. 2000. *Violencia Homicida en Bogotá: más que intolerancia.* Bogotá: CEDE, Alcaldía Mayor de Bogotá.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DE BIENESTAR SOCIAL. 2004. *La inclusión social y los habitantes de la calle.* Bogotá

IDIPRON. 1996. *Estudio piloto del censo de las personas que han hecho de las calles de Santafe de Bogotá su habitat.* Bogotá

IDIPRON – DANE. 2001 . *III Censo Sectorial de Habitantes de Calle en Bogotá D.C.* Bogotá
_____. 2004. *IV Censo Sectorial de Habitantes de Calle en Bogotá D.C.* Bogotá.

IDIPRON – SDIS. 2009. *V Censo de habitantes de la calle en Bogotá, 2007.* Alcaldia Mayor de Bogotá/Protección de la Ninez y la Juventud.

HCT INGENIEROS – Consorcio Proeza. s.d. Resumen del estudio de prefactibilidad del complejo hospitalario del centro: Ciudad Salud.

SEGOVIA, Guillermo. 1994. «Criminalidad y violencia en Santafé de Bogotá», en Cosenso 2, Acerca del conflicto urbano. Bogotá, Consejería Presidencial para los Derechos Humanos.

Impressa

“El Cartucho celebra su primer gran festival”. El Tiempo, 16 de noviembre 2000.

“Nueva revuelta en El Cartucho”. El Tiempo, 2 de marzo de 2000

“Que no nos traten como basura”. El Tiempo. 2 de marzo 2000.

“El temerario líder de El Cartucho”. El Tiempo, 3 de marzo 2000.

LLOREDA; Mauricio. “Hora de soluciones”. 5 de marzo de 2000.

“No hablaré con El Loco: E. Peñalosa”. El Tiempo, 8 de marzo 2000

“Es el abasto de las drogas”. El Tiempo, 10 de marzo 2000.

MALAYER, Ivonne. “Rechazo a niños de El Cartucho”. El Tiempo, 16 de maio 2000.

“Extrañas muertes en El Cartucho”. El Tiempo, 1 de agosto 2000

“Asesinan en Bogotá a líder de El Cartucho”. El Tiempo, 4 de marzo 2001.

“El Cartucho está de luto”. El Tiempo, 5 de marzo 2001.

“Sepultado ayer el Loco Calderón”. El Tiempo, 6 de março 2001.

“Muerte en El Cartucho”. El Tiempo, 6 de março 2001.

CORTES FIERRO, Ernesto. “EL hombre de El Cartucho”. El Tiempo, 11 de março 2001.

GOMEZ, Lucevin. “Barbarie contra los servicios”. El Tiempo, 5 de setembro 2002.

“Encuentran escuela de sicarios en Los Martires, en el centro de la ciudad”. El Tiempo, 18 de junho 2008.

“Bogotá se consume”. El Espectador, 13 de julho 2008

“Descubren red de trafico de niños en Bogotá”. El Espectador, 12 de fevereiro 2009

“Autoridades dismantelaron dos imprentas de dolares falsos en Bogotá”. La Vanguardia, 19 de outubro 2009.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAYA Jiménez, María Del Carmen. 2006. “El acoso de las fantasías en San José. La ciudad del ¿caos? y del miedo”. In *Realidad y Reflexión, año 6, No 18*. Pp. 23-48
 _____. 2007. “San José siglo XXI, dinámica del capitalismo e imaginarios urbanos”. In *Vínculos*, Vol. 30 No 1-2. Pp. 127-146.

ARGAN, Giulio Carlo. 1995 [1971]. “O espaço visual da cidade”. In *História da cidade como história da arte*. São Paulo: Martins Fontes.

BANCES Gómez, Alexander. 2001. *Mas allá de un hogar de paso*. Monografía de graduação em Antropologia. Bogotá: Universidad Nacional de Colômbia.

BARRIOS Miguel, Andrés Góngora y Carlos José Suárez, eds. 2006. *Derechos deshechos: Modelo de gestión para la garantía de los derechos sexuales y reproductivos de niños, niñas, adolescentes y jóvenes*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia – Instituto Colombiano de Bienestar Familiar.

AMADOR, Camilo. 2003. *Un acercamiento comparativo a la subcultura de grupos de niños y jóvenes marginados y excluidos*. Monografía de Sociología. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia.

BEATO, Claudio. 2002. *Proyecto control de homicídios en Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Universidad Federal de Minas Gerais.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. 1996. “La delincuencia y los derechos individuales: redefiniendo la violencia en América Latina”. In *Construir la democracia: derechos humanos, ciudadanía y sociedad en América Latina*. Elizabeth Jelin y Eric Hershberg, coords. Caracas: ed. Nueva Sociedad.

COMAROFF, Jean & John Comaroff. 2004. “Criminal obsession, after Foucault: Postcoloniality, policing, and the metaphysics of disorder”. In *Law and Disorder in the Postcolony*, Jean Comaroff & John Comaroff, eds. Chicago: The University of Chicago Press.

DAS, Veena & Deborah Poole. 2004. “State and its margins. Comparative ethnographies”. In *Anthropology in the margins of the state*. Santa Fe: School of American Research Press.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PLANEACIÓN. 2006. *Visión Colombia II Centenario: construir ciudades amables, propuesta para discusión*. Bogotá: Departamento Nacional de Planeación.

FABRIS, Annateresa. 2000. *Fragmentos urbanos. Representações culturais*. São Paulo: Studio Nobel.

FOUCAULT, Michel. 2005 [1991]. “Governmentality”. In *The anthropology of the state*. Aradhana Sharma & Akhil Gupta eds. Oxford: Blackwell.

_____. 2007a [1975]. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Editora Vozes.

_____. 2007b [1966]. *As palavras e as coisas. Uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes.

_____. 2007c [1999]. *Los anormales. Curso en el Collège de France (1974-1975)*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.

_____. 2008a [2004]. *Segurança, território e população. Curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes.

_____. 2008b [1971]. *A orden do discurso. Aula inaugural do Collège de France 1970*. São Paulo: Edicoes Loyola

GÓNGORA Andrés e Carlos José Suárez. 2008. “Por una Bogotá sin Mugre. Violencia, vida y muerte en la cloaca urbana”. In *Universitas Humanistica No 66*. 107-138.

GUPTA, Akhil. 1995. “Blurred boundaries: the discourse of corruption, the culture of politics, and the imagined state”. In *American Ethnologist Vol 22, No 2*. Pp. 375 – 402.

GUPTA, Akhil & James Ferguson. 2005 [2002]. “Spatializing States: Toward an ethnography of neoliberal governmentality”. In *Anthropologies of Modernity. Foucault, Governmentality, and Life Politics*. Jonathan Xavier Inda ed. Oxford: Blackwell publishing.

HUGO, Victor. 1939 [1862]. *Los Miserables*. Barcelona: Editorial Ramón Sopena.

JEUDY, Henri-Pierre. 2005 [2002, 2003]. *Espelho das cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra.

JIMENO, Myriam, Andrés Góngora, Marco Martínez y Carlos José Suárez. 2007. *Manes, mansitos y manazos: una metodología de trabajo sobre violencia intrafamiliar y sexual*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia – Departamento Administrativo de Bienestar Social.

MARTINEZ, Pedro Winston. 2000. *Entre el pánico y el éxtasis, territorio en el Cartucho*. Monografía em Antropología. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia.

MITCHELL, Timothy. 2006. “Society, economy and the state effect”. In *The anthropology of the state, a reader*. Blackwell publishing: Malden & Oxford.

ONG, Aihwa. 2005a [1999]. “Clash of civilization or Asian liberalism? An anthropology of the state and citizenship”. In *Anthropological Theory Today*, Henrietta Moore, ed. Cambridge: Polity Press.

_____, 2005b [2000]. “Graduated sovereignty in South-East Asia”. In *Anthropologies of modernity: Foucault, governmentality, and life politics*, Johnatha Xavier Inda, ed. Oxford: Blackwell.

PARRA, Federico, 2004. *Procesos de territorialización entre los recicladores de Bogotá*.

Dissertação de mestrado em Antropologia. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia

PASSARO, Joanne. 1996. *The Unequal Homeless: Men on the Streets, Women in their Place*. New York: Routledge.

PEIXOTO, Nelson Brissac. 2003. *Paisagens urbanas*. São Paulo: Senac.

PEREIRA, Edilmilson de Almeida e Núbia Pereira de Magalhães Gomes. 2001. *Ardis da imagem, exclusão étnica e violência nos discursos da cultura brasileira*. PUC-Minas/Maza Edições: Belo Horizonte.

PICON, Antoine. 2001. “Racionalidade técnica e utopia: a gênese da haussmannização”. In *Cidades capitais do século XIX*. Heliana Angotti Salgueiro (org.) São Paulo: EDUSP.

RAPOPORT, Amos. 1978. *Aspectos humanos de la forma urbana*. Barcelona: G.G. editores.

REGUILLO, Rossana. 2000. “La construcción social del miedo. Narrativas y prácticas urbanas”. In *Ciudadanías del miedo*. Susana Rotker, ed. Caracas: Nueva Sociedad.

ROBLEDO, Ángela María y Patricia Rodríguez. 2008. *Emergencia del Sujeto Excluido: aproximación genealógica a la no-ciudad en Bogotá*. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana.

ROJAS, Carlos. 1994. *La Violencia llamada “Limpieza social”*. Bogotá: CINEP.

ROMERO, Marco Antonio. 2004. Borde del parque Tercer Milenio: estrategia de intervención con tejidos existentes en un sector consolidado de ciudad. Monografía em Desenho Urbano. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia.

ROZO, Alvaro Alfonso e CADENA, Cecília. 2006. *Yo salí del infierno*. Bogotá: Fundación CIEDPAZ.

RYKWERT, Joseph. 2004 [2000]. *A sedução do lugar, a história e o futuro da cidade*. São Paulo: Martins Fontes.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. 2001. “Introdução: da temática, dos autores e de suas idéias”. In *Cidades capitais do século XIX*. Heliana Angotti Salgueiro (org.) São Paulo: EDUSP.

SALCEDO, Maria Teresa. 2000. “Escritura y territorialidad en la cultura de la calle”. In *Antropologías transeúntes*, Eduardo Restrepo y Maria Victoria Uribe eds. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia – ICANH.

STANNOW, Lovisa. 1996. “*Social cleansing*” in Colombia. M.A. Thesis, Simon Fraser University.

VAN DER HAMMEN, María Clara, Thierry Lulle y Dolly Cristina Palacios. 2009. “La construcción de patrimonio como lugar: un estudio de caso en Bogotá”. In *Antípoda No 8*. Páginas 61-85.

WACQUANT, Löic. 2006. “Castigar los parias urbanos”. En *Antípoda No 2*. Páginas 59-66.